

Copyright© Governo do Estado do Amapá. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA

É permitida a livre transcrição de qualquer parte da obra, desde que citada fonte, título, data e página (Lei 9.610, de 14/12/1998).

Arte e impressão: AMAPAZ/DS Projetos Sustentáveis Ltda

Tiragem: 2.000 exemplares

Exemplares desta publicação podem ser solicitados para:

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA

Avenida Feliciano Coelho, 1509 - Trem

CEP.: 68.900-260 Fone/Fax (96) 212.5341 www.iepa.ap.gov.br gabinete@iepa.ap.gov.br

Impresso no Brasil 2005

Coordenador

Benedito Vitor Rabelo

Equipe Técnica

Antonio Tebaldi Tardin
Alandy Patricia do Socorro Cavalcante Simas
Aristóteles Viana Fernandes
Afonso Pinheiro Pena Filho
Cassandra Pereira de Oliveira
César Bernardo de Souza
Francinete da Silva Facundes
Haroldo Nazaré Venâncio Barbosa
José Elias de Souza Ávila
José Pery dos Anjos Lobato Júnior
Josiane do Socorro Aguiar de Souza
Luiz
Alberto Costa Guedes
Marconi Edson da Silva Uchôa (IBGE)
Nagib Jorge Melém Júnior
(Embrapa)
Raul Tabajara Lima Silva (IBGE)
Ronaldo Almeida Pereira
Rosa Maria de
Souza Melo
Socorro de Jesus Chaves de Oliveira
Valdeci Marques Gibson



GEA/IEPA/SEMA/MMA Macapá 2005

Antônio Waldez Góes da Silva

Governador do Estado do Amapá

Alberto Pereira Góes

Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico

José Maria da Silva

Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia

Edvaldo de Azevedo Souza

Secretário de Estado do Meio Ambiente

Antonio Carlos da Silva Farias

Diretor do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA

Benedito Vitor Rabelo

Chefe do Centro de Ordenamento Territorial - COT/IEPA

Imagens: direitos autorais reservados ao acervo COT/IEPA

Instituições parceiras: Embrapa - Amapá/IBGE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mazagão: realidades que devem ser conhecidas/ Coordenado por Benedito Vitor Rabelo...[et al.].-- Macapá: IEPA, 2005. 120 p.: il. 29cm.

ISBN 85-87794-06-X

1. Ordenamento Territorial Mazagão-AP. 2. Diagnóstico territorial. 3. Indicação de uso. I. Rabelo, Benedito Vitor. Coord. II. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

CDD (21.ed.) 333.76098116

Índice para catálogo sistemático

- 1. Ordenamento Territorial Mazagão-AP 333.76098116
- 2. Diagnóstico territorial 333.7617
- 3. Indicação de uso 333.7617



SUMÁRIO

Apresentação ■ 7

Introdução ■ 9

GEOPOLÍTICA MUNICIPAL = 11

Sumário Histórico ■ 12

Grandes Territorialidades ■ 13

TERRA QUE CONCENTRA A MAIOR POPULAÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO ■ 17

Apresentação ■ 18

Rede de Drenagem ■ 20

Clima **■ 22**

Grandes Feições Naturais ■ 23

SISTEMA RIBEIRINHO = 25

Conceituação ■ 26

Abrangência e Situação Territorial ■ 27

Vida Ribeirinha ■ 28

Dinâmica Populacional ■ 30

Atendimento Educacional ■ 31

Atendimento da Saúde ■ 32

Sistema Produtivo ■ 32

Particularidades da Vida Ribeirinha **35**

RECORTES DE TERRA FIRME ASSOCIADAS A ÁREAS ALAGADIÇAS ■ 47

Conceituação ■ 48

Abrangência e Situação Territorial ■ 49

Ocupação e Vida Local ■ 50

Recursos Naturais Disponíveis **53**

Dinâmica Populacional ■ 61

Nível de Escolaridade e Infra-estrutura Escolar ■ 61



EIXO DE OCUPAÇÃO RODOVIA EAP-010: SEDE MUNICIPAL/MAZAGÃO VELHO ■ 67

Localidade do Carvão e Vizinhanças Imediatas ■ **69**

Um Dia de Convivência com a Comunidade ■ 69

A Localidade ■ **70**

Escola Família Agroextrativista do Carvão EFAC **71**

A Terra Circundante (os estoques naturais) ■ 72

Prática Produtiva ■ **73**

Localidade do Ajudante e Vizinhança Imediata ■ **75**

A Terra Circundante (os estoques naturais) ■ 77

Mazagão Velho: recortes sócio-culturais ■ 78

Síntese Histórica ■ **78**

Vida Local ■ 78

Religiosidade ■ **79**

Flashes da Festa do Divino Espírito Santo ■ 83

Um Roteiro Histórico Cultural e Turístico ■ 83

EIXO DE OCUPAÇÃO RODOVIA EAP-020: RAMAL CAMAIPI ■ 85

A Comunidade ■ 87

Assentamento Piquizal: O Desafio de Continuar = 91

Um Dia de Convivência com a Comunidade ■ 93

Produção Local de Carvão Vegetal ■ 96

Solo: o que dizer a respeito? ■ 97

A Terra Alagadiça ■ 98

EIXO DE OCUPAÇÃO: MARGEM DIREITA DA BR-156

ENTRE OS RIOS VILA NOVA E PRETO = 101

Considerações e Recomendações ■ 105

APRESENTAÇÃO

O conhecimento satisfatório do Município de Mazagão, considerado como um dos berços de toda a história de colonização e formação sociocultural do Estado do Amapá, ainda constitui uma lacuna que necessita ser suprida para que amapaenses e não amapaenses possam ter acesso e valorizem, cada vez mais, a contribuição desse município na economia e conformação do território, assim como nos costumes e das tradições do nosso povo. Este é o significado maior do presente estudo que através da parceria, Governo do Estado do Amapá e Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Amazônia Legal consegue ser desenvolvido e colocado à disposição do público em geral, configurando todo o empenho que existe no sentido de ampliar as possibilidades de informação da sociedade.

Para o Governo do Estado, é grande a satisfação de voltar a oferecer à sociedade amapaense um novo título de estudos originários do zoneamento ecológico econômico estadual. "Mazagão: Realidades que Devem ser Conhecidas", também reporta uma das questões que muito interessa ao presente governo que é o planejamento e o desenvolvimento regional, realizados a partir dos necessários balizamentos técnicos. Nesse sentido, deve ser destacada a contribuição decisiva do Programa de Gestão Ambiental Integrada - PGAI, que através da competente atuação do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA vem prestando inestimáveis serviços ao Estado como um todo. O planejamento, gestão e desenvolvimento territorial são questões complexas, envolvendo múltiplos interesses e, portanto, necessitam ser investigadas com isenção para que possam instrumentalizar da melhor maneira a tomada de decisão pública. Nesse ponto, sentimos que o referido documento, focado na investigação geral da geopolítica municipal e no estudo detalhado dos diferentes processos naturais, uso e ocupação do solo e condições de vida das populações residentes na área de maior densidade populacional do município, deve ser irrestritamente conhecido por toda a sociedade.

Restando dizer que a publicação deste estudo também é parte dos compromissos do governo no apoio contínuo e na promoção do desenvolvimento estadual baseados em premissas de justiça social e de valorização ao conhecimento responsável da realidade regional. Estamos convencidos, que agindo assim, estamos contribuindo da melhor maneira, para que gerações presente e futura sintam-se mais à vontade e tenham maior autonomia para discutir e ajudar a construir as melhores alternativas de progresso e desenvolvimento para o Estado do Amapá e, em particular, para o município de Mazagão.

Antônio Waldez Góes da Silva Governador do Estado do Amapá

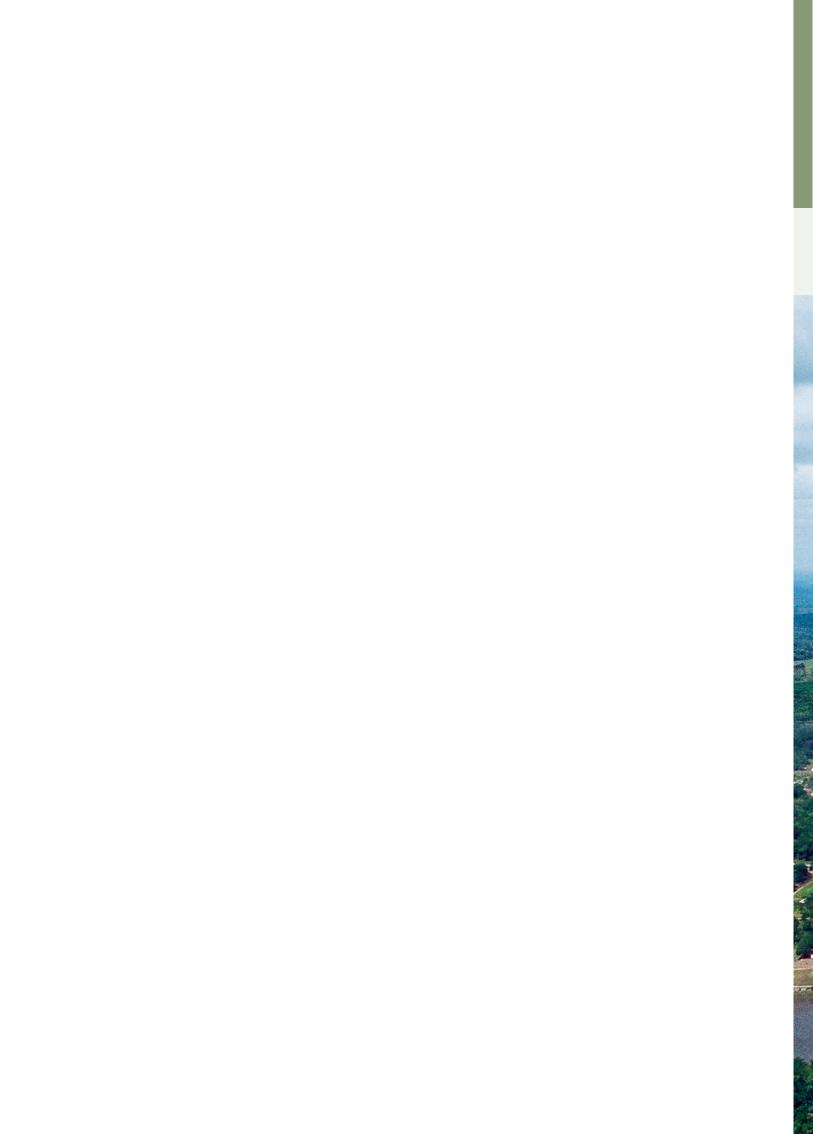
Introdução

Produzir conhecimentos é sempre uma nova experiência e renovadas expectativas de que os mesmos possam contribuir, da melhor forma possível, para o alcance do objetivo proposto. Acreditando nisso, é que o zoneamento ecológico econômico do Estado do Amapá, agora institucionalizado pelo Centro de Ordenamento Territorial do Instituto de Estudos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, com o apoio da parceria GEA/MMA, outra vez consegue tornar público o estudo empreendido na área de maior densidade de vida rural do município de Mazagão. O título "Mazagão: Realidades que Devem ser Conhecidas" é o segundo da série Estudos Municipais, que muito precisa ter continuidade para que o povo amapaense possa conhecer cada vez melhor o seu estado, através do conhecimento particularizado dos municípios.

Infelizmente, houve um atraso de três anos entre o tempo de realização e publicação do referido estudo. Sem deixar de lamentar o fato, acredita-se que a temática retratada e sua conformação geral tornam o documento atual e lhe conferem a qualidade necessária para ampliar o nível de informação geral do município e de informações aprofundadas na parte que foi objeto do estudo de caso.

Do ponto de vista técnico, todas as expectativas depositadas no referido estudo têm a ver com o incansável objetivo buscado pelo zoneamento ecológico econômico, que é de subsidiar o planejamento e o desenvolvimento territorial sempre baseado na investigação objetiva dos fatos, realidades e fenômenos naturais, econômicos e socioculturais. É necessário continuar acreditando que gestores públicos e sociedade em geral muito poderão crescer em suas relações de trabalho se estiverem assessorados pela informação técnica cada vez mais aprofundada. É, com esse espírito, que todos aqueles ligados direta ou indiretamente aos trabalhos do zoneamento estadual se sentem recompensados pelos seus esforços todas as vezes que conseguem tornar público seus aprendizados e conhecimentos à maneira do que está ocorrendo com o presente documento. Finalmente, reconhecer que no exercício das investigações de campo, organizar e interpretar dados para em seguida informá-los à sociedade, têm-se contribuições de várias naturezas o que nos motiva agradecê-las e recepcioná-las no destaque prestado à efetiva participação das comunidades locais.

Equipe técnica



GEOPOLÍTICA MUNICIPAL

■ SUMÁRIO HISTÓRICO ■ GRANDES TERRITORIALIDADES ■



Sumário Histórico

A história de Mazagão está diretamente relacionada à expansão política de Portugal na África e das lutas decorrentes da tentativa de dominação cristã sobre o islamismo naquele continente. No século XVII, Portugal conquista a região da antiga Mauritânia, no reino de Marrocos, ao norte da África. A resistência dos muçulmanos impôs altos custos ao erário português que, ante a impossibilidade de manutenção daquela possessão (cidadela de Mazagão "africana"), devido as constantes lutas entre "cristãos e mouros" (muçulmanos), e à iminência da invasão dos muculmanos à cidadela, arrasando-a (como de fato aconteceu), o rei D. José I, através da Carta Régia de 10 de março de 1769, determinou a imediata retirada de todas as famílias ali residentes. As 340 famílias, retiradas, foram levadas a Belém do Pará e dessas, 163 foram conduzidas à região do que é hoje Mazagão Velho, sendo que a primeira leva chegou ali em 23 de janeiro de 1770, data histórica da fundação do atual Município de Mazagão.

Com a chegada daquelas famílias à região, instala-se a Vila de Mazagão (amazônica), à margem esquerda do então rio Mutuacá (hoje rio Mazagão) e se implantam as atividades produtivas, centradas na produção agrícola (algodão e arroz) e comércio que serviam para abastecer à Companhia de Comércio "São Luís e Grão Pará" (Era Pombalina). Junto com as 163 famílias vieram suas tradições de base profano-religiosas que, ao longo do tempo foram sendo dinamizadas tanto por parte dos "senhores" como por parte dos escravos com consentimento daqueles - (com as 163 famílias vieram em torno de 103 escravos). Essas tradições formam a essência da psicologia social da comunidade, que, acrescidas das instituídas ao longo da história da Vila Mazagão amazônica, vão dar a conformação do calendário de eventos existente na realidade presente, rememoradas anualmente de janeiro a dezembro.

Politicamente, a Mazagão amazônica, atualmente Mazagão Velho, foi o centro dinâmico da região, quer como vila, inicialmente instituída, quer como sede da Comarca, até 1915 quando essa primazia passou à Mazaganópolis (hoje Mazagão Novo), então significativa Vila da Comarca. Assim, pela localização geográfica e processo de decadência que Mazagão Velho passava, Mazagão Novo passou a se constituir sede da Comarca.

O município de Mazagão foi criado através da lei N°226 de 28 de novembro de 1890, portanto o segundo município criado no Estado (o primeiro foi Macapá - em 06 de setembro de 1856), cujas terras foram desmembradas do município de Macapá, num total de 46.787,9 km². Atualmente, Mazagão detém apenas uma área de 13.189,6 km², devido o seu desmembramento para a formação dos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari. O município possui três distritos, Mazagão sede, Carvão do Mazagão e Mazagão Velho, com uma população total de 12.027 habitantes (Censo 2000).

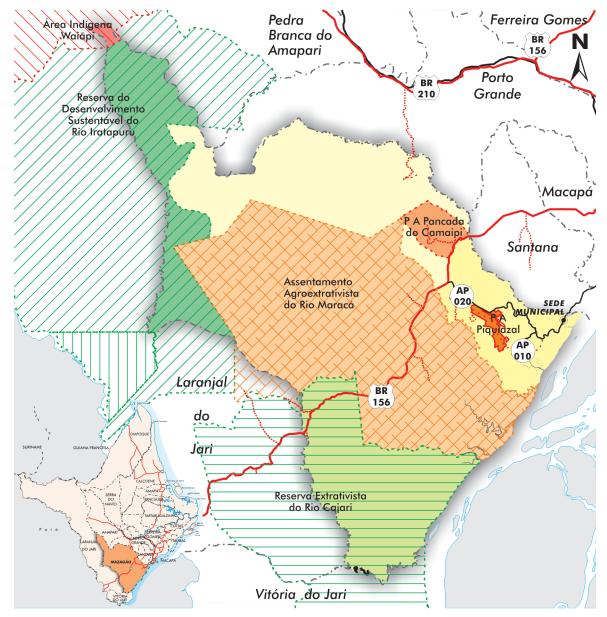


FIGURA 01 - Grandes territorialidades do município ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

GRANDES TERRITORIALIDADES

Após os dois desmembramentos das terras do município de Mazagão para a criação dos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari a extensão territorial do município passou a ser de 13.189,6 km². Desse montante, uma parte da terra está mais diretamente ligada à administração municipal e, outra menos, por estar vinculada a outros poderes institucionais. Por tratar-se de uma questão relevante para os interesses do Estado e em particular do município tem-se a seguir, a espacialização dos principais padrões de territorialidades do referido município (Figura 01).

1°- 49,6 km² correspondentes à Terra Indígena Waiãpi

Pelos documentos cartográficos disponíveis na FUNAI/AP, a Terra Indígena Waiãpi não faz parte do município de Mazagão. Entretanto, no presente estudo, o exercício cartográfico acurado da questão, a partir da sobreposição de bases cartográficas tanto do

município quanto da terra indígena, ficou demonstrado que uma pequena parte está localizada no referido município. São, precisamente, as terras das nascentes do rio Iratapuru que se limitam a leste com as nascentes do rio Riozinho.

Todavia, em que pese essa relação territorial, não foram evidenciados outros registros que comprovem maiores relações dos Waiãpi com o município de Mazagão, nem mesmo de acesso, que é todo feito através da BR-210 (Perimetral Norte), portanto com os municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

Os Waiãpi estão organizados em cinco grupos distintos que historicamente tiveram trajetórias diferenciadas em percursos e nucleamentos dentro do Estado. Segundo a FUNAI, existem na área demarcada, 13 aldeias permanentes, além de outros 10 assentamentos de ocupação temporária.

2°- 1.412 km² correspondentes à Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru-RDS

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru é uma unidade de conservação estadual criada em 11 de dezembro de 1997 pelo Decreto Lei Nº 0392 e se destina à proteção dos recursos naturais e ao desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis dentre as quais o extrativismo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*). Além do município de Mazagão a referida reserva também se estende pelos municípios de Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari.

Com respeito ao ambiente natural da parte mazaganense da reserva, igualmente ao que ocorre na parte do município de Laranjal do Jari, continua a ser marcado por seqüências colinosas densamente recobertas por florestas de alto porte com grandes concentrações de castanha-do-brasil. A parte mazaganense da reserva é limitada pelo igarapé Amazonas, continuando pela margem esquerda do alto curso do rio Iratapuru, que dentre outros aspectos naturais, ainda abrange grandes castanhais que vêm servindo de base extrativista para a população humana da referida reserva (Laranjal do Jari: Realidades que Devem ser Conhecidas, IEPA/2004).

3°- 5.692,10 km² correspondentes ao Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Maracá/INCRA

O PAE Maracá, como é institucionalizado pela Reforma Agrária, foi criado em 27 de outubro de 1988 sob a condição de Maracá I, II e III e unificado em 28 de abril de 1997.

O referido assentamento pertence a uma nova modalidade de assentamento humano criada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em 1987, objetivando a "exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas" (IEA, 1995, p.15). Os PAE's são, desta forma, a expressão jurídica no contexto da Legislação Fundiária vigente (Estatuto da Terra, 1964) da proposta das Reservas Extrativistas, originalmente apresentada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros a partir do I Encontro Nacional de Seringueiros em Brasília em 1985 (PDA Maracá, 2004). O PAE Maracá representa 43,16% do território mazaganense e também é a sua área de maior expressividade na produção extrativista da castanha-do-brasil.

4°- 2.172 km² correspondentes à Reserva Extrativista do Rio Cajari - Resex

A Resex do rio Cajari foi criada em 12 de março de 1990, em atendimento às manifestações e interesses da população residente que, dentre outras questões, reivindicavam a solução de seus conflitos de posse da terra. A reserva extrativista é de uma unidade de conservação de uso direto o que possibilita o desenvolvimento de práticas produtivas e de convivência social aliadas à proteção dos recursos naturais. A vinculação institucional e gerenciamento integram um modelo que envolve o IBAMA/CNPT, governo estadual e sociedade, o que permite entre as partes envolvidas o compartilhamento de responsabilidades, segundo acordos estabelecidos no Plano de Utilização, elaborado mediante consulta popular, assembléias regionais e gerais.

Além do município de Mazagão a referida reserva extrativista também se estende pelos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Das comunidades da RESEX localizadas no município de Mazagão, uma parte vive em função direta da utilização da várzea como base de suprimento extrativista e da pequena criação de gado bubalino. Para aquelas que já dispõem de terra firme, a base de renda fica compreendida pela lavoura tradicional de mandioca e demais gêneros consorciados e pelo extrativismo da castanha-do-brasil que tem, na comunidade de Santa Clara, a maior referência de produção.

5°- 240,5 km² pertencentes ao Assentamento Pancada do Camaipi/INCRA

O Assentamento Pancada do Camaipi, integralmente situado no município de Mazagão, foi criado pela Portaria Nº 54/INCRA de 16 de dezembro de 1998.

Sua criação atendeu aos requerimentos de comunidades há muito tempo instaladas, desde sua foz até o alto curso, no igarapé Pancada do Camaipi . No período, em conta de encaminhamentos particulares, foram abertos novos ramais para loteamento do assentamento além do acesso principal.

Dentre os aspectos naturais do assentamento chama a atenção o relevo fortemente acidentado de quase toda a área o que implica em sérios riscos às atividades agrícolas baseadas na itinerância de roçados (Figura 02).



FIGURA 02 - Registro de roçado em vertente íngreme.

6°- 61,6 km² pertencentes ao Assentamento Piquiazal/INCRA

O Assentamento Piquiazal foi criado pela Portaria Nº000289/INCRA de 01 de abril de 1987 e se encontra integralmente situado no município de Mazagão. Dado fazer parte da área de estudo do presente documento, o referido assentamento será tratado de modo particular em outro item do citado documento.

7°- 3.561,9 km² que não constam de vinculação institucional

Considerada as grandes posses institucionais descritas acima, restam os 27% do território municipal (não incluído ilhas fluviais) que estão vinculados a diferentes formas de uso e ocupação territorial, tais como: pequenas posses quase sempre sem título definitivo, seguidas das médias propriedades quase sempre envolvidas com a criação extensiva de gado bubalino e bovino, sede municipal, núcleos distritais, comunidades dispersas, mineração e garimpagem, etc. Espacialmente, essa área municipal pode ser subdividida em duas áreas distintas:

- Uma menos extensa, que é tratada no presente estudo como "Terra que concentra a maior população rural do município" e;
- Outra, mais extensa que se encontra limitada pela RDS do rio Iratapuru, assentamentos Maracá e pancada do Camaipi e margem direita do rio Vila Nova. Nessa área, praticamente em estado natural, as maiores intervenções são representadas pelo desenvolvimento de garimpagem e mineração localizadas.

TERRA QUE CONCENTRA A MAIOR POPULAÇÃO RURAL DO MUNICÍPIO

■ APRESENTAÇÃO ■ REDE DE DRENAGEM ■ GRANDES FEIÇÕES NATURAIS ■



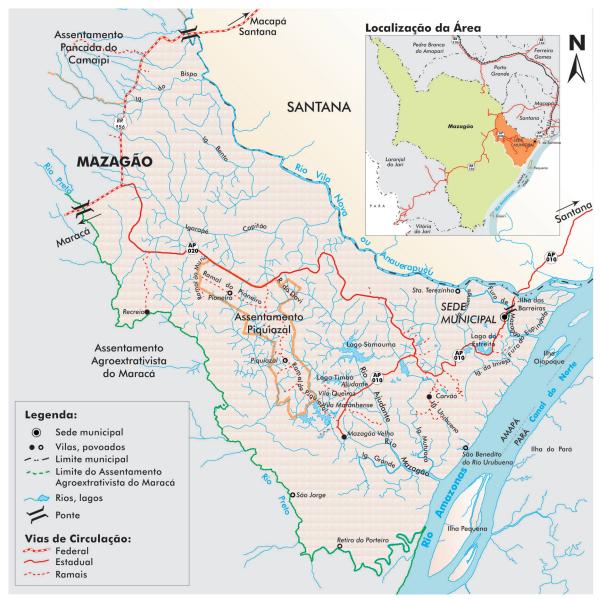


FIGURA 03 - Condições espacial e planimétrica da área de estudo ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

APRESENTAÇÃO

Com densidade demográfica da ordem de 0,91 hab/km² (IBGE, 2000), a população do município de Mazagão encontra-se mais concentrada numa área de 1.141 km² que representa 8,65% da área total do município (Figura 03), incluindo a sede municipal (Figura 04).

A referida área se limita exteriormente, com o baixo curso do rio Vila Nova, canal do Norte do rio Amazonas e rio Preto. Na porção interior, o limite é dado pela BR-156, trecho compreendido entre as interseções com os rios Vila Nova e Preto. Dentre as referências da área, destaca-se a presença da sede municipal que é acessada pela EAP-010 e pelo furo de Mazagão em cuja margem está situada a cidade de Mazagão.

As principais vias de circulação e acesso à área são representadas pelas EAP-010 e EAP-020 que cortam o interior da área nos sentidos rio Vila Nova/vila Mazagão Velho e entroncamento da EAP-020/BR-156, respectivamente. A BR-156 constitui outra via de acesso à área de estudo, mas não adentra as suas terras. O meio fluvial através do canal Norte

do rio Amazonas e respectivos rios que fazem parte da área ainda tem papel importante para o trânsito da população ribeirinha e transporte da produção local, destacando-se o açaí e o camarão.

Os principais setores ou núcleos de colonização rural são representados pelas ocupações ribeirinhas nos rios Vila Nova, Preto, Mutuacá, Mazagão, Furo do Mazagão e canal do Norte. Nas EAP-010 e EAP-020, além da população dispersa ao longo do percurso principal e ramais, destacam-se as vilas do Carvão, Ajudante e Mazagão. O PA Piquiazal é um assentamento humano vinculado ao INCRA que tem como um dos seus limites territoriais, parte do eixo da EAP-020. No trecho da BR-156, a população também é dispersa ao longo da estrada.

No seu contorno geral, o perímetro da referida área é de 203,4 km e seu eixo de maior circulação corresponde a 69,0 km de estrada com a seguinte distribuição:

- 50,3 km correspondentes ao percurso da EAP-010 no trecho, rio Vila Nova/Vila Mazagão/Mazagão Velho;
- 19,5 km correspondentes à EAP-020 (ramal do Camaipi);
- 27,0 km correspondentes aos ramais Pioneiro e Piquiazal no PA Piquiazal;
- 24,0 km correspondentes ao trecho da BR-156.

Sem desmerecer os demais núcleos de colonização, a indicação desta área, como palco mais representativo da dinâmica rural do município decorre das seguintes considerações:

- Constitui a maior base da movimentação rural e do tráfego terrestre intermunicipal;
- Representa a área de influência mais imediata da sede municipal;
- Concentra a maior população do município;
- Possui o maior percentual de áreas alteradas do município.



FIGURA 04 - Vista parcial da sede municipal de Mazagão.

Dentre os fatores mais relevantes para explicar a referida concentração populacional do município, quatro deles podem ser considerados como determinantes:

- Conectividade com a história de Mazagão Velho.
 - A partir de janeiro de 1771, com a chegada das primeiras famílias trasladadas de Marrocos (da Mazagão africana), iniciou-se a formação da Vila de Mazagão (atual Mazagão Velho), cujo processo ensejou a aproximação e inserção de outros segmentos populacionais, inclusive dos habitantes autóctones (os aruãs), que viviam nas circunvizinhanças, possibilitando uma dinâmica sócio-produtiva bastante acentuada.
- Viabilidades fluviais.
 - Como é fato, ainda hoje, na maior parte da Amazônia, os rios continuam a ter papel destacado na movimentação das pessoas e na manutenção de práticas extrativas como, caça e pesca artesanais, coleta de frutos e sementes, exploração madeireira, etc. No passado, essas mesmas condições também favoreceram as primeiras ocupações ribeirinhas de Mazagão e continuam favorecendo as atuais populações residentes.
- Ligação rodoviária: Macapá/Mazagão/Mazagão Velho/Ramal do Camaipi.
 - Sem dúvida a abertura da estrada que primeiramente ligou a Vila Mazagão Velho à sede municipal de Mazagão e, posteriormente, esta à cidade de Macapá, capital do Estado, foi condição primária para o povoamento desse trecho tanto no que concerne às populações estabelecidas ao longo da estrada quanto para a formação dos núcleos comunitários do Carvão e do Ajudante. No final dos anos setenta, com a abertura do Ramal do Camaipi, novas frentes de ocupação passaram a ser formadas, incluindo o eixo da estrada e a criação do PA Piquiazal.
- Ligação rodoviária: Macapá/Laranjal do Jari no trecho rio Vila Nova/rio Preto.
 - Embora a margem do trecho de estrada que faz parte deste estudo não seja densamente ocupada, o fato de ligar-se diretamente a uma rodovia federal passa a ter significado particular para o município. Neste caso, sua inclusão é justificada principalmente pelo modelo de ocupação que apresenta, centrado na implantação de pastagem em terra firme.

REDE DE DRENAGEM

No caso da rede de drenagem da área de estudo, a mesma é formada por:

- cursos fluviais permanentes diretamente influenciados pela movimentação diária das marés amazônicas estuarinas (rios Vila Nova, Preto e Mazagão);
- cursos fluviais intermitentes que, em sua maioria, possuem nascentes em região de terra firme, fortemente controláveis pelos regimes pluviais locais;
- coleções d'águas pouco ou não correntes que formam inúmeras bacias de acumulações com características pantanosas, lagoas e lagos temporários e permanentes.



FIGURA 05 - Rede de drenagem ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

Os principais cursos permanentes são navegáveis e têm grande importância para o transporte municipal. No seu limite mais exterior, a referida área é servida por um trecho do canal do Norte do Rio Amazonas que representa também o meio fluvial de maior importância para o Estado. Os rios Vila Nova e Preto constituem limites laterais da área de estudo, desde seus cruzamentos com a BR-156 até suas respectivas desembocadura no referido canal do Norte. Outros dois importantes cursos fluviais da área de estudo são o rio Mazagão, que dá acesso à histórica vila de Mazagão Velho e, o furo de Mazagão, em cuja margem está localizada a sede do município (Figura 05).

As águas pouco ou, não correntes, ocupam uma área de aproximadamente 147,0 km², em pleno período das chuvas regionais, diminuindo para aproximadamente 6,1 km² no final do período de estiagem regional. Essa configuração física, extremamente variável, compõe um cenário de terras interiores alagáveis, com paleodrenagens, drenagens recentes de canais meandrantes, depressões do terreno e igarapés. Dependendo do local, essas terras alagáveis podem apresentar-se totalmente como águas livres ou como pântanos campestres, florestais, muito conhecido localmente como igapós. Fazendo parte desse cenário, ocorrem, com certa freqüência, pequenas ilhas de terra firme florestadas.

CLIMA

A Figura 06 mostra as médias mensais de precipitação registrada entre 1983 e 1997 na estação experimental da Embrapa localizada próxima à sede municipal de Mazagão (Figura 03). Nessa série histórica de quinze anos, se observa uma grande similaridade com as curvas construídas com dados pluviométricos das estações meteorológicas distribuídas nas demais regiões do Amapá, embora os totais apresentem grandes diferenças entre si. Por exemplo, na região de Calçoene a média de precipitação total anual está acima de 4.000mm, enquanto que em Mazagão este valor está em torno de 2.250mm.

Na área de estudo, em Mazagão, verifica-se que em torno de 80% do total anual da precipitação está concentrada nos seis primeiros meses do ano, com pico de maior intensidade observado no mês de março. Um aspecto positivo, que merece destaque, diz respeito à boa distribuição diária das precipitações no período de inverno e, conseqüentemente, a ausência de veranicos, presentes nas regiões sul e sudeste brasileiro que afetam sensivelmente o rendimento agrícola.



FIGURA 06 - Médias mensais de precipitação, obtidas a partir de dados coletados na Estação Experimental da Embrapa/Mazagão referentes ao período de 1983 a 1997 = Fonte: Embrapa - 1997.

De junho em diante a precipitação cai rapidamente, atingindo o patamar médio mínimo em setembro (19,8mm) e se mantendo ainda muito baixo durante o mês de outubro (25,9mm), ou seja, nestes dois meses, o acumulado de chuva não vai além de 2% do total anual, caracterizando um período extremamente seco e ainda agravado pela distribuição irregular das chuvas. Assim, nos quinze anos de observação, sete apresentaram, no mês de setembro, precipitações abaixo de 10mm.

As temperaturas médias mensais ponderadas (Figura 07) sofrem pequenas variações ao longo do ano com amplitude térmica de 1,7°C obtida da diferença das médias dos meses de outubro (28,3°C) e fevereiro e março (26,6°C). A média anual é de 27,3°C. As temperaturas médias máximas estão no intervalo de 34°C (março) e 36,7°C (maio) e as médias mínimas entre 19,4°C e 20,5°C calculadas respectivamente para os meses de janeiro, maio e agosto.

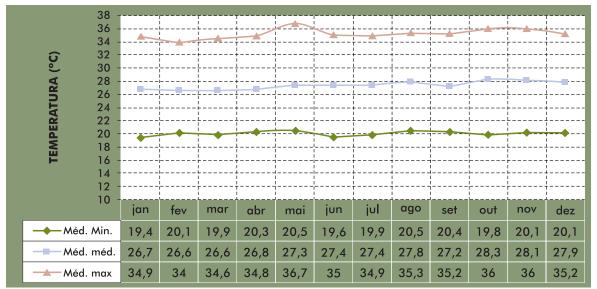


FIGURA 07 - Temperaturas médias, máxima, média e mínima, avaliadas a partir de dados registrados na Estação Experimental da Embrapa - Mazagão no período 1993-1997 = Fonte: Embrapa - 1997.

GRANDES FEIÇÕES NATURAIS

No item anterior foi visto que a maior distribuição populacional da área de estudo está concentrada ao longo dos rios e igarapés e das estradas e ramais que entrecortam suas terras interiores. Este fato sugere uma indagação: que outros fatores, além do transporte, favoreceram ou continuam a favorecer a implantação e o desenvolvimento desses modelos de ocupação territorial?

A resposta mais óbvia é que o tipo de recurso natural disponível teve e continua a ter papel decisivo na manutenção desses sistemas de vida por tudo aquilo que pode oferecer e influenciar na determinação das atividades produtivas.

Exemplo disso é a maior identidade das populações ribeirinhas que continuam ligadas à pesca para auto-consumo e comercialização e da várzea para o extrativismo vegetal e pecuária extensiva. No caso das áreas interiores, que intercalam terras firmes e terras alagadiças, a pequena lavoura agrícola é sem dúvida o componente produtivo mais importante. A pecuária, tanto na várzea interior quanto na terra firme, representa a segunda maior referência produtiva das referidas áreas. Em face disso, pode-se admitir que para a área de

estudo, dois grandes padrões naturais, a seguir descritos, tem norteado toda a história da ocupação local, inclusive suas atuais estratégias produtivas, de desenvolvimento rural e de formação comunitária, a saber:

- Em primeiro plano, todo o limite exterior da área é composto por sistema ribeirinho;
- A partir deste, todo o ambiente interior da referida área de estudo é composto por recortes de terras firmes associados às áreas alagadiças.

Admitindo que essas mesmas condições devam também ser tomadas como indicadores para o desenvolvimento local, convencionou-se utilizá-las como base dos estudos e, a tratá-las como grandes feições naturais conforme a Figura 08.

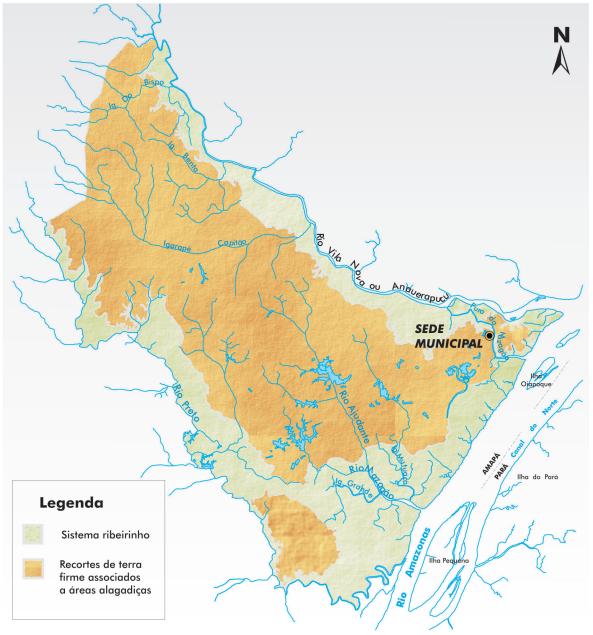


Figura 08 - **Grandes feições naturais da área de estudo ■** Fonte: COT/IEPA - 2003

SISTEMA RIBEIRINHO

- CONCEITUAÇÃO ABRANGÊNCIA E SITUAÇÃO TERRITORIAL VIDA RIBEIRINHA DINÂMICA POPULACIONAL ■

 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ATENDIMENTO DA SAÚDE SISTEMA PRODUTIVO ATIVIDADE AGRÍCOLA ■

 O EXTRATIVISMO A PECUÁRIA ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS ■
- Composição da Renda Bruta Familiar/anual Sistema Ribeirinho Particularidades da Vida Ribeirinha ■



CONCEITUAÇÃO

Porquê sistema ribeirinho e não área ribeirinha? Primeiro porque o termo sugere um entendimento mais ampliado sobre as inúmeras relações naturais que aí decorrem, destacando o dinamismo da paisagem em seus aspectos físicos e biológicos que resultam da ação combinada de forças, fluxos e regimes locais e/ou gerais complexos, mas integralmente dinâmicos em suas particularidades. Segundo porque valoriza muito mais as interdependências locais que são estabelecidas entre o meio e as estratégias de vida das populações residentes, o que contribui para o melhor entendimento do processo de ocupação do sistema como um todo (Figura 09). Enfim, uma simplificação dessas circunstâncias poderia atribuir aos sistemas ribeirinhos as seguintes características:

- Estão sempre envolvidos por fluxos fluviais que lhes impõem inundação temporária parcial ou total. Dada essa condição, também são denominados de várzeas;
- Abrigam populações que cultivam hábitos de vida voltados ao extrativismo vegetal, a pecuária extensiva e a pesca.

Como pode ser percebido, o conceito não se refere apenas sobre a margem do rio, do rio em si ou das populações humanas ali residentes. A condição de sistema atribui às áreas integrantes uma identidade mais funcional e, por conseguinte, mais realística em termos de suas particularidades seja no campo natural, seja no campo social.

A abrangência ou delimitação espacial não é fácil de ser definida. Para o presente estudo, propõe-se que o sistema ribeirinho seja reconhecido como toda a área diretamente ligada aos cursos fluviais, entendidos como rios, igarapés e furos acrescidos das respectivas terras imediatamente interiores cujo regime de inundação é muito regulado pelas cheias e vazantes dos referidos corpos d'água.



FIGURA 09 - Registro da vida ribeirinha.

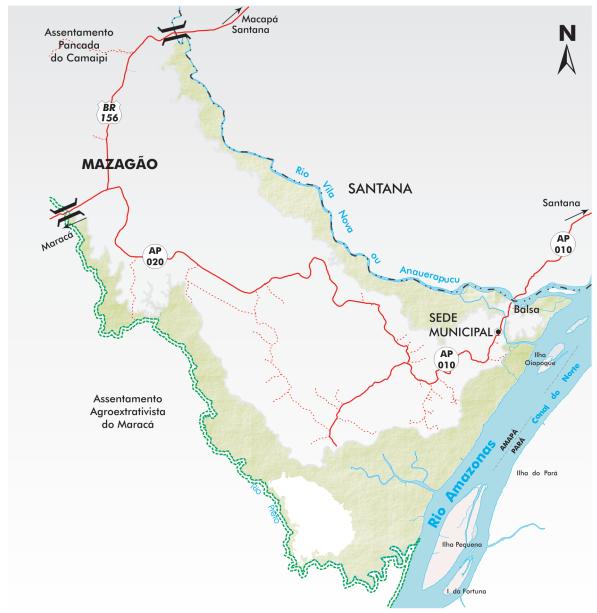


Figura 10 - Situação espacial do sistema ribeirinho ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

ABRANGÊNCIA E SITUAÇÃO TERRITORIAL

Na parte do município de Mazagão tida como área do estudo, a abrangência do sistema ribeirinho é de aproximadamente 381,6 km² e compreende toda a margem direita do rio Vila Nova e área inundável imediatamente contígua, desde o cruzamento do rio com a BR-156 até a sua foz, perfazendo uma extensão de aproximadamente 62,6 km. Margens do furo de Mazagão com 12,0 km de extensão, margem do Canal Norte do rio Amazonas, no trecho rio Vila Nova/rio Preto com uma extensão aproximada de 31,7 km que inclui o rio Mazagão e formadores e margem esquerda do rio Preto e área inundável imediatamente contígua com uma extensão de aproximadamente 91,1 km (Figura 10).

No sentido interior, a delimitação espacial do sistema ribeirinho nem sempre consegue ser feita exclusivamente através de limites naturais. Em alguns casos, como o da área diretamente ligada ao canal do Norte, o limite com a terra firme interior é nítido o que facilita a separação espacial dos dois sistemas territoriais. Nos rios Vila Nova e Preto o sistema

ribeirinho inclui áreas inundáveis interiores que em alguns locais alcançam grandes extensões em largura e adquirem funções diferenciadas das ribeirinhas propriamente ditas. Neste caso, o limite de separação passou a ser artificial, conhecido tecnicamente como *linha seca*, pois não seria possível separar com clareza a influência pluvial da fluvial.

VIDA RIBEIRINHA

A vida ribeirinha reproduz em suas generalidades as multi-relações vividas pelas populações locais com o meio natural circundante, onde o rio com seus regimes de cheias e vazantes regula todo o fluxo de transporte, do suprimento alimentar e, em alguns casos, dos excedentes comercializáveis, dos padrões ou modelos de ocupação espacial, da edificação residencial, (Figura 11) da natureza e desenvolvimento da floresta, da formação do solo, enfim das próprias estratégias humanas em suas mais amplas dimensões de trabalho e de dependências sociais, culturais e econômicas.

A terra propriamente dita é conformada principalmente por várzeas e constitui, em suas particularidades de maior ou menor influência fluvial, o outro componente natural que irá determinar grande parte das oportunidades e limitações que as populações ribeirinhas terão para o

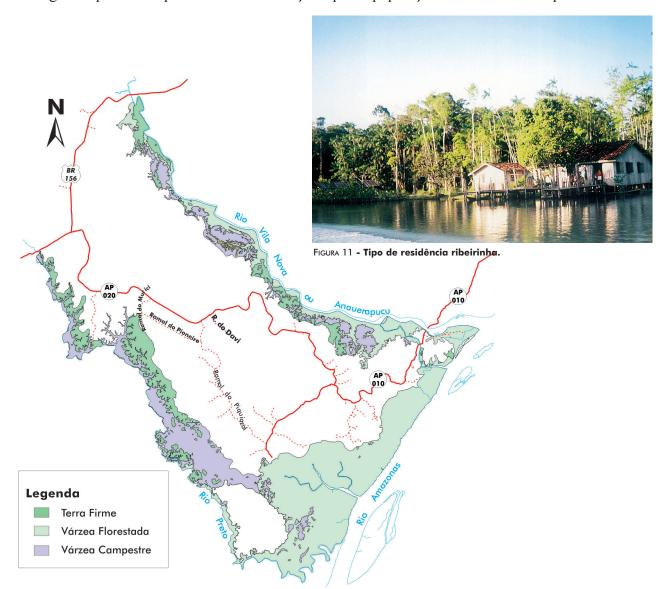


FIGURA 12 - Tipologias naturais do sistema ribeirinho ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

desenvolvimento de suas atividades produtivas. Nesse sentido, o uso da terra dependerá da capacidade do homem ribeirinho para controlar solos, florestas e campos submetidos a regimes de inundações periódicas.

No tocante ao significado geral dessas tipologias naturais (Figura 12) para a vida ribeirinha, têm-se as seguintes considerações:

- A várzea florestada ou floresta de várzea é muito rica em palmeiras destacando o açaí (Euterpe oleracea), buriti (Mauritia flexuosa), (Figura 13) murumuru (Astrocaryum murumuru) que tanto podem estar distribuídas em meio a outras espécies quanto na forma de populações densas principalmente às margens e proximidades de rios e igarapés. Dentre as árvores de grande porte e maior importância comercial destacam-se a andiroba (Carapa guianensis), virola (Virola surinamensis), pracuuba (Mora paraensis), pau-mulato (Calycophyllum spruceanum), seringueira (Hevea guianensis), macacaúba (Platymiscium ulei), macucu (Licania sp.), cedro (Cedrella odorata), pracaxi (Pentaclethra macroloba), taperebá (Spondias mombim), tamaquaré (Caraipa sp.), pataíca (Swartzia acuminata), mututi (Pterocarpus amazonicus), ananim (Symphonia globulifera), mauba (Licaria mahuba), ventosa (Hernandia guianensis), dentre outras.
- A várzea campestre ou campos inundáveis são formas naturais que em alguns locais compõem a paisagem da margem ribeirinha e em outros se situam imediatamente posterior à floresta. Ocupam áreas geralmente rebaixadas ou em depressão o que além da influência fluvial também passam a ser diretamente influenciada pelo acúmulo de águas pluviais.



FIGURA 13 - Paisagem ribeirinha destacando a população de buritis.

Nas duas condições descritas acima, predominam solos desenvolvidos de sedimentos geologicamente recentes (Holoceno), mal drenados e com as mais diversas formas de composições físico-química, dependendo principalmente da origem dos sedimentos e condições locais particulares. O horizonte superficial, de espessura variável, pode conter altos teores de matéria orgânica.

O resultado da análise química de quatro amostras de solos coletadas no rio Preto submetidos a análise de freqüência (Figura 14) demonstrou que a maioria (75%) das amostras apresentavam acidez média. A saturação por bases alta foi encontrada para 50% das amostras e média para o restante. Na totalidade das amostras foi encontrada saturação por alumínio baixa e altos e médios teores de Ca²++ Mg²+, respectivamente em 75% e 25% das referidas amostras.

Quanto ao teor de potássio (K⁺), 25% das amostras apresentaram teores baixos, 50% níveis médios e 25% altos. Para o fósforo (P) os resultados indicaram que 50% das amostras apresentaram níveis baixos, 25% médios e 25% altos.

Na maioria (75%) das amostras foram encontrados teores altos de matéria orgânica e, no restante, teores médios. A CTC foi média em 50% dos solos e alta no restante.

■ A área ribeirinha de terra firme ou ribanceira constitui pequenas extensões descontínuas da terra firme interior que chegam até a margem ribeirinha. No conjunto da paisagem ribeirinha essas áreas se destacam por não sofrerem inundação o que lhe atribui um papel muito particular nas relações de vida da população local.

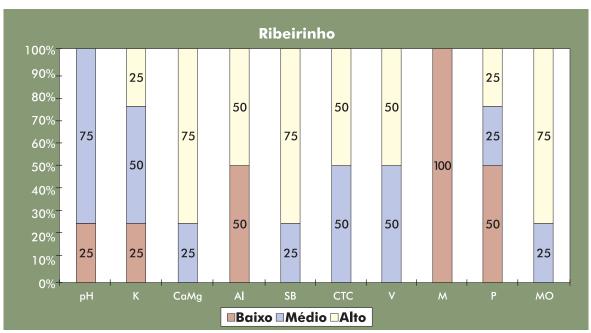


FIGURA 14 - Freqüência relativa dos resultados das análises químicas dos solos ribeirinhos **=** Fonte: Embrapa.

Dinâmica Populacional

Aspectos demográficos - A Tabela 01 explicita a realidade do sistema ribeirinho quanto à distribuição (concentração/dispersão) populacional, cujos dados demonstram que a população é, na sua grande maioria, bastante jovem, haja vista que 76,5% da mesma tem de 25 ou menos anos de idade. Esse fato constitui-se num elemento altamente favorável à

perenidade populacional humana da área e, por extensão, ao desenvolvimento socioeconômico da região, desde que os fatores/insumos sejam aplicados conforme diretrizes de gestão sustentável. Ademais, corroborando essa inferência, verifica-se que a população da faixa de 26 a 55 anos de idade, que representa um eixo significativo da PEA, concentra apenas 18 % da população da área em estudo. Verificando-se, também, a preponderância quantitativa do sexo masculino (em torno de 55,3%), sobre o feminino (44,7%), o que se enquadra na tendência do Estado - população rural (54,3% - sexo masculino).

TABELA 01 - Composição da população do Sistema Ribeirinho - Mazagão, 2002

Faixa Etária	SEXO (%)		Sub-Total	Acumulado
	Masculino	Feminino	(%)	(%)
0 a 6 anos	10,3	11,5	21,8	21,80
7 a 14 anos	15,5	12,4	27,9	49,80
15 a 25 anos	16,7	10,0	26,7	76,50
26 a 35 anos	2,4	3,2	5,6	82,10
36 a 45 anos	2,8	3,6	6,4	88,50
46 a 55 anos	3,6	2,4	6,0	94,50
56 a 64 anos	2,8	1,2	4,0	98,50
65 ou mais	1,2	0,4	1,6	100,00
Total	55,3	44,7	100,00	-

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

Atendimento Educacional

A apreciação analítica do Nível de Escolaridade da população do sistema ribeirinho é focada em dois segmentos. O primeiro concentra-se na população de 7 a 14 anos, cuja salvaguarda legal é assegurada na legislação vigente, que estabelece a responsabilidade do município e do Estado e dos pais na permanência dessa população na escola, e o outro é constituído pela população de 15 ou mais anos de idade.

No primeiro caso, conforme dados da Tabela 02, observa uma defasagem entre a população escolar (de 7 a 14 anos) e a população efetivamente em sala de aula (4,3%), taxa essa que pode ser considerada relativamente baixa, se considerar os diversos fatores que sempre estão a interferir no processo educacional na região, destacando-se dentre eles a necessidade da participação da criança na atividade produtiva como forma de ajudar na formação da renda familiar; a dispersão populacional que distancia a criança da escola, fato que é minimizado pelo transporte escolar, feito numa lanchinha, mas que nem sempre funciona a contento; os conteúdos trabalhados em situação de ensino, dissociados da realidade do cotidiano do aluno, na maioria das vezes se constitui em forte desestímulo à permanência do aluno na escola.

Com relação ao segmento populacional de 15 ou mais anos de idade, tem-se a considerar o nível de alfabetização por se constituir, em forte indicador de desenvolvimento humano. Sob essa perspectiva, ante aos dados apresentados, infere-se que o nível de escolaridade desse segmento populacional é relativamente bom (haja vista sua taxa de alfabetização - 86,73%), tendo-se em conta os diversos fatores restritivos do acesso à educação

formal na região, inclusive se constituindo em forte elemento de identidade cultural das populações ribeirinhas, cuja formação através dos processos de "educação informal" é o determinante à dinâmica do setor produtivo. Entretanto esse entendimento esvai-se ante à realidade da população dos produtores, onde se constata que 34,4% são analfabetos, o que pode se constituir em elemento restritivo ao desenvolvimento humano pela reduzida capacidade de assimilação de novos fatores necessários à dinâmica social e produtiva.

TABELA 02 - Nível de escolaridade da população ribeirinha

População que freqüenta escola (%)			Média de anos de estudo	População de 15 ou mais anos de idade		
de 7 a 14 anos de idade	de 15 a 25 anos de idade	de 26 anos ou mais de idade	Pop. de 7 ou mais anos de idade	Alfabetizada*	Analfabeto	
95,7	28,5	0,5	2	86,73	13,27	

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

(*) População de 15 anos ou mais de idade que apenas assina o nome, escreve e lê pequenos textos.

Com relação à infraestrutura educacional da área em estudo, segundo informativo da SEED, a população escolar é atendida por 9 escolas, sendo 5 estaduais e 4 municipais, localizadas a saber: rio Preto (04), rio Mazagão (01), rio Mutuacá (01) e no rio Vila Nova (03).

Aquelas escolas, de um modo geral, com forte condição de precariedade, ora pelas frágeis condições sanitárias, da água usada, que na maioria das vezes é do rio ou igarapé e quase sempre sem tratamento, além da falta de espaço/habitação aos professores.

A merenda escolar é um fator positivo na dinâmica escolar, por ser constante e, em muitos casos, por utilizar produtos das respectivas localidades.

Atendimento da Saúde

As condições de acesso ao convencional atendimento à saúde da população ribeirinha é deficitário, principalmente levando-se em conta a baixa densidade demográfica dessas áreas e as grandes distâncias em que estas se encontram dos núcleos populacionais que dispõem de recursos médicos. Os casos de emergência da região, quando dispõem de transporte, são encaminhados ao posto de saúde de Mazagão Velho e hospital de Mazagão sede, ou para os municípios de Macapá e Santana. As campanhas de vacinação, que funcionam com relativa eficiência nos núcleos comunitários da terra firme, raramente chegam aos ribeirinhos, tampouco são avisados dessas campanhas, a tempo, para se deslocarem aos postos de vacinação. Existe um agente comunitário que, mensalmente, distribui hipoclorito aos moradores.

Ante essa precariedade de acesso aos serviços médicos, se vê destacado o uso da medicina caseira de base natural com utilização das essências animais e vegetais (gorduras, cascas, folhas, raízes, ervas e outros), além de rezas e benzeduras. Destaque para a participação das parteiras tradicionais que continuam a ser as principais agentes dessa prática de atendimento.

Sistema Produtivo

O sistema produtivo ribeirinho é caracterizado por padrões primitivos com aspectos de subsistência, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar e de baixa apropriação de

recursos tecnológicos. Trata-se, portanto, de um sistema produtivo, cujas atividades são, a princípio, definidas segundo as condicionantes naturais e com respostas mais decorrentes de vetores sociais do que econômicos onde a lógica e a dinâmica não seguem rigorosamente os padrões normais de sistemas produtivos consolidados, e sim fundamentados nas estratégias de garantia da permanência da unidade familiar, como elemento de fixação do homem à terra. Nessas considerações, tem-se o extrativismo como principal fator desse sistema produtivo, seguido pelas atividades agrícolas e de pequenas criações.

■ Atividade Agrícola

A atividade agrícola ribeirinha vista pelos moldes da lavoura convencional da região, apresenta-se como secundária no conjunto das atividades produtivas locais. Este fato decorre tanto da forte limitação natural das áreas ribeirinhas ao cultivo principalmente da mandioca quanto da falta de incentivos e valorização do potencial agrícola da várzea através de técnicas e cultivos adaptados às condições reinantes. Para esse quadro, tem-se uma área média de aproximadamente 1,5 tarefa/ano por propriedade ocupada com roça (banana, mandioca, milho, melancia, cana, macaxeira, entre outros). Em condições domésticas verifica-se ainda, a presença de algumas culturas permanentes em forma de pequenos sítios (limão, manga, cupuaçu, entre outros).

■ O Extrativismo

O extrativismo é a principal fonte de renda do homem ribeirinho e decorre das atividades de pesca artesanal do camarão em maiores proporções e peixe, extração de palmito e frutos de açaí (*Euterpe oleracea*) e exploração madeireira. Em pequenas proporções, incluem-se também como produção extrativista a caça de animais silvestres e a coleta de outros frutos comestíveis, destacando o taperabá (*Spondias mombim*). A maioria desses produtos é destinada à comercialização, com exceção da caça e do peixe, que atende principalmente o consumo familiar. Ressalta-se, portanto, a importância dos produtos extrativistas, para o ribeirinho, na formação da renda familiar.

Quanto à exploração madeireira, dá-se basicamente em duas condições: a primeira, através de madeira serrada, cujo processamento é feito em pequenas serrarias locais e, a segunda, pela venda de madeira em tora que, em muitos casos, é realizada entre os pequenos produtores locais e os agentes compradores de madeira, vindos de fora da área, ou mesmo pelos próprios donos de serraria estabelecidos na área em questão.

■ A Pecuária

Mesmo em menor dimensão, registra-se a presença de pequenas e médias criações de bubalinos no setor ribeirinho, com maior incidência nos rios Vila Nova e rio Preto, sendo estas dirigidas basicamente por caseiros. Ressalta-se ainda, que a maioria dos criadores de gado dessa região reside fora da propriedade, onde desenvolvem outras atividades econômicas, principalmente aquelas localizadas nas sedes dos municípios de Macapá, Mazagão e Santana.

Particularmente, os ribeirinhos não dispõem de práticas pecuárias que possam ser caracterizadas como sistemáticas. As práticas existentes são estritamente de sistemas abertos (quintais domésticos) onde se criam pequenos animais, principalmente para autoconsumo, como porco, pato, galinha, entre outros.

■ Atividades Não Agrícolas

As atividades não agrícolas dos produtores ribeirinhos, basicamente, restringe-se às oportunidades da população auferir outros ganhos para o complemento da renda familiar através da venda de mão-de-obra em outras atividades, aposentadorias ou outras formas de rendas assistenciais.

■ Composição da Renda Bruta Familiar/anual - Sistema Ribeirinho

A composição da renda familiar dos produtores ribeirinhos traduz, em parte, a realidade da dinâmica produtiva local, centrada nos rendimentos do extrativismo vegetal e animal, que responde, em média, por 74,8% da renda bruta familiar anual. Percebe-se, ainda no conjunto de rendimentos médios dessa população, uma significativa participação do montante de outras rendas, na ordem de 15,6%, fortemente influenciada por situações assistenciais (Tabela 03).

Os dados demonstrados na Tabela 04, a seguir revelam que a participação de **74,8%** das atividades do extrativismo na renda familiar dá-se principalmente pela comercialização do açaí, que corresponde a **41,6%** do total de renda bruta familiar. A quantidade média coletada/propriedade é de aproximadamente 220 sacas/fruto, realizada principalmente no período de safra que vai de fevereiro a julho.

Tabela 03 - Composição da renda bruta familiar (monetária + auto-consumo)

Trechos/Segmentos	Renda Bruta Anual por atividade, em % = (venda da produção + auto-consumo + outras rendas)				Renda Bruta Familiar Anual
	Atividade agrícola	Extrativismo	Pequenos animais	Outras rendas*	(R\$)
Rios Preto e Vila Nova	10,40	73,30	2,70	13,60	5.593,68
Bacia do rio Mazagão e igarapé Urubueno	2,80	77,60	3,80	15,80	5.501,00
Furo de Mazagão (igarapé Banha)	4,00	73,60	4,90	17,50	6.186,88
Geral (média)	5,73	74,83	3,80	15,63	5.760,52

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

(*) População de 15 anos ou mais de idade que apenas assina o nome, escreve e lê pequenos textos

Apesar do papel que representa para a condição ambiental, o extrativismo da madeira, na área de estudo e, em particular, na bacia do rio Mazagão, representa um determinante componente da renda bruta familiar, em relação aos demais elementos formadores dessa renda, haja vista que o montante verificado (27,4%) é marcadamente superior à média verificada na área de estudo (13,4%). Tal evidência é corroborada pela motivação à instalação de pequenas serrarias (atualmente já existem 17), geralmente de propriedade dos próprios moradores locais, realidade essa diferenciada em parte do que ocorre nos trechos do rio Vila Nova e do rio Preto, onde a exploração madeireira, cuja comercialização é feita na maioria das vezes em "toras", e, em pequena intensidade, a exploração ocorre através de serrarias de pequeno porte, cujos proprietários nem sempre residem na localidade.

Composição % da Renda Bruta Anual Extrativismo Vegetal e Animal **Trechos/Segmentos Outros** Açaí fruto Camarão Madeira **Total** produtos Rios Preto e Vila Nova 46,70 6,50 6,00 14,10 73,3 Bacia do rio Mazagão 19,60 23,40 27,40 7,20 77,6 e igarapé Urubueno Furo de Mazagão 58,38 3,64 7,06 4,52 73,6 (igarapé Banha) Geral (média) 41,56 11,18 13,49 8,61 74,83

TABELA 04 - Participação do extrativismo na renda bruta familiar

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

PARTICULARIDADES DA VIDA RIBEIRINHA

Nos itens anteriores, sobre a renda produtiva das populações ribeirinhas verificouse que há diferenças marcantes entre os três trechos/segmentos ribeirinhos em estudo que certamente resultam das oportunidades ou restrições ao acesso dos recursos naturais disponíveis. Compreender melhor como se dá essa relação na vida das populações locais pode contribuir para melhorar o entendimento com respeito às características produtivas de cada trecho/segmento ribeirinho. Nesse sentido, as descrições a seguir visam oferecer outros elementos da vida ribeirinha municipal.

1º Trecho/segmento bacia dos rios Mazagão/Urubueno

Os dados históricos dão conta que a conformação populacional mais antiga do município de Mazagão e, em particular, do sistema ribeirinho, provêm das bacias do rio Mazagão e igarapé Urubueno, devido a influência de formação da vila Mazagão Velho, a partir do último quartel do século XVIII. Ainda hoje, a ocupação do referido trecho se mantém muito ligada à vila de Mazagão Velho, mantida principalmente por laços familiares, educação de filhos, acesso a transporte rodoviário, saúde, venda da produção, aquisição de víveres etc.

No geral, são inúmeras pequenas comunidades que ocupam o referido trecho, ora distribuídas ao longo do próprio rio Mazagão, ora ao longo dos igarapés Grande, Espinhel, Mutuacá, este dando acesso à localidade Carvão e do igarapé Ajudante que dá acesso a localidade de mesmo nome. Na Figura 15, elaborada em conjunto com a comunidade local, temse uma recuperação aproximada da distribuição espacial das principais localidades ou propriedades locais do trecho em questão. Pelo mapeamento, tanto o rio principal quanto seus afluentes, encontram-se ocupados, em alguns locais mais dispersamente e, em outros, mais concentrados. Os tipos de ocupação incluem residências domiciliares, pequenas serrarias, igrejas, comércios, escolas e pequenas criações de gado. Considerando todas essas ocupações, pode-se afirmar que na bacia do rio Mazagão verifica-se o maior adensamento populacional de todo o sistema ribeirinho do município.

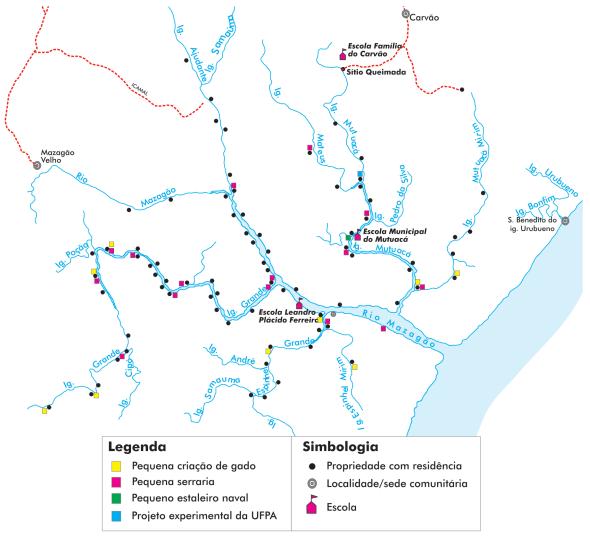


FIGURA 15 - Formas de ocupação das bacias hidrográficas do rio Mazagão e igarapé Urubueno ■ Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.



FIGURA 16 - Registros da reunião comunitária local.

Com respeito ao rendimento produtivo do trecho/segmento, o diagnóstico chama a atenção para os percentuais brutos de 2,8% para a agricultura e 77,6% para o extrativismo (Tabela 03). Certamente, esses resultados produtivos refletem as oportunidades e limitações da população local frente às condições naturais reinantes.

Na composição percentual da participação do extrativismo, tem-se que a comercialização do açaí/fruto contribuiu com 19,6%, do camarão com 23,4% e da madeira 27,4 %. Isto quer dizer, que a realidade local está valorizando muito mais o comércio de camarão e de madeira do que o de açaí/fruto. Este fato tanto pode estar associado aos estoques naturais disponíveis quanto a outros fatores como, dificuldades de transporte, dificuldades de comercialização, etc., que acabam influenciando decisivamente na vida extrativista local.

Na Figura 17, tem-se uma representação mais localizada das referidas condições naturais donde conclui-se que todo o trecho/segmento situa-se em área tipicamente de várzea florestal, diretamente ou imediatamente alimentada pelas águas amazônicas ricas em sedimentos argilosos.

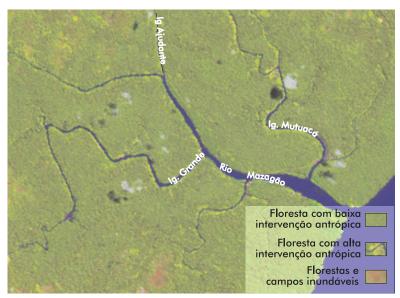


FIGURA 17 - Paisagem natural da bacia do rio Mazagão
Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.



FIGURA 18 - Local da reunião comunitária na foz do rio Mazagão.

Em termos práticos que lições podem ser tiradas dessa informação?

- Primeiramente, o fato das áreas de várzea sofrerem inundações periódicas decorrentes das cheias e vazantes diárias dos rios e igarapés constitui grande limitação ao desenvolvimento da lavoura convencional;
- Todavia, considerando que essas inundações são ocasionadas por águas com grandes concentrações de sedimentos em suspensão tem-se, então, um regime contínuo de fertilização natural da várzea;
- Isto indica que a baixa produção agrícola da várzea não é decorrente da fertilidade natural da terra;
- O produtor ribeirinho, de certo modo conhece essas condições e busca aproveitá-las com cultivos mais adaptados ao meio, como, milho, banana, (Figura 19) melancia, principalmente;
- Todavia, as carências locais, ausência de incentivos, de assistência técnica adequada e as precariedades no escoamento e comercialização da produção contribuem para o baixo aproveitamento agrícola da várzea.

Com relação à exploração e comercialização de madeira que são feitas a partir da referida condição natural que representa 27,4% dos 77,6% correspondente à renda oriunda do extrativismo, pelo que foi possível conhecer, trata-se de uma realidade local no mínimo singular ante as demais localidades da região. Em primeiro lugar, por que envolve a maior parte da população



FIGURA 19 - Cultivo de banana à margem do rio Mazagão.

do trecho/segmento o que muito favorece um possível controle comunitário da atividade. Por segundo, tem-se o indicativo da existência de dezessete pequenas serrarias em operação o que já pode ser considerado como um pequeno pólo local de exploração e transformação madeireira.

Refletindo um pouco mais sobre o citado comércio da madeira e as reais disponibilidades dos estoques locais é possível acrescer alguns comentários que devem ser levados em conta para melhores encaminhamentos da questão:

- A Figura 20, demonstra que toda a paisagem local já é demarcada por florestas com intervenções antrópicas e também por áreas campestres;
- Em termos gerais, esses dados permitem afirmar que se a atividade madeireira no local continuar da maneira como vem sendo feita ocorrerá
 - Aumento progressivo das áreas alteradas e conseqüente redução dos estoques madeiráveis;
 - Diminuição da oferta de matéria prima e fragilização da atividade extrativista local;
- Medidas acertadas incluiriam, de imediato, acordos comunitários que internalizassem a devida consciência da problemática e buscassem soluções através do manejo florestal como prática obrigatória da atividade madeireira local.



FIGURA 20 - Registros do transporte de madeira/toras flutuantes para serem trabalhadas em pequenas serrarias localizadas margens dos rios e igarapés do trecho/segmento: rios Mazagão-Urubuena.

Na pesca local de camarão comum ou regional (*M. amazonicum*) destacam-se os apetrechos e equipamentos artesanais utilizados que incluem os de captura propriamente dita, como o *matapi* e pequenas redes de arrasto e os de armazenamento chamados *gaiolas* que são mantidos no próprio leito do rio (Figura 21).

2° Trecho/segmento margens dos rios Vila Nova/Preto

Esses dois rios, apesar de estarem espacialmente distanciados, dispõem de situações em comum o que justifica serem estudados ao mesmo tempo na condição de trecho/segmento naturais da área de estudo.

- Constituem limites extremos da área de estudo.
- Por essa razão, apenas uma das margens de cada rio faz parte do estudo.
- Seus percursos de estudo dispõem de iguais estoques naturais que, nas devidas proporções, servem de bases para as atividades agroextrativistas locais.
- Em ambos os rios, a propriedade ribeirinha é, constituída em maior proporção, por pessoas que não residem no local.
- A distribuição da população de ambos os rios é predominantemente dispersa o que não evidencia a presença de núcleos comunitários mais representativos.



Figura 21 - Registros de apetrechos de captura e de armazenamento de camarão e do próprio envolvimento da população.

Particularidades do rio Vila Nova

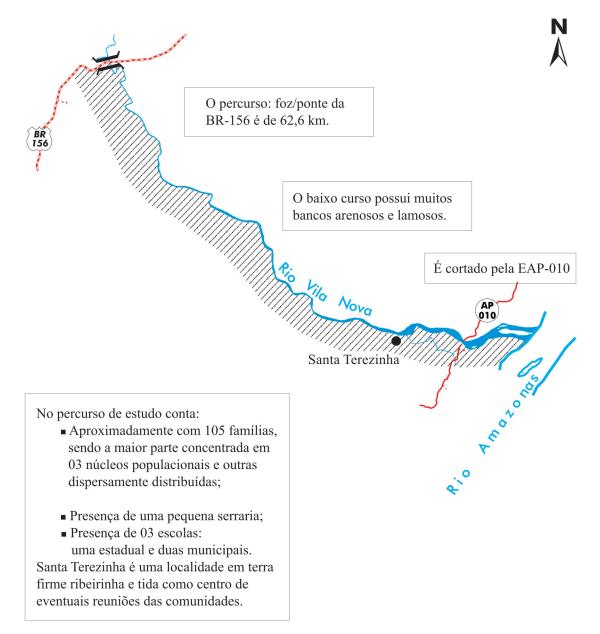


Figura 22 - Trecho de estudo do rio Vila Nova ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

Em todo seu percurso, o rio Vila Nova constitui o limite político do município de Mazagão com os municípios de Santana e de Porto Grande. No trecho do rio, da foz até o cruzamento com a BR-156, a ocupação humana é, em maior parte, dispersa com alguns pequenos aglomerados, destacando o de Santa Terezinha.

No plano natural toda a margem ribeirinha é formada por florestas de várzea, ricas em palmeiras, e muitas marcas de alterações antrópicas decorrentes da ocupação local. Em dois locais, sendo um deles onde o rio é cortado pela EAP-010, a terra firme chega até a margem do rio (Figura 23).

A vida local é muito dependente das atividades extrativistas e de outras rendas não agrícolas que chegam a representar respectivamente, 75,5 % e 15,7% do conjunto de renda

bruta anual da população. Particularmente, o extrativismo do açaí/fruto é o que mais se destaca dentre as demais atividades, chegando a 50,6% do total da renda extrativista anual. Nesse tocante, as localidades dos igarapés Banha e Banhinha, situadas nas proximidades e foz do rio principal e população aproximada de 80 famílias são as que mais se destacam na produção de açaí/fruto, em parte, motivada pelas disponibilidades dos estoques naturais e, em parte, pelas facilidades de transporte e venda do produto local. Quanto à última condição, releva-se que além da proximidade fluvial, principalmente com Santana, as referidas localidades ainda contam com um forte sistema de compra local do açaí/fruto que certamente vem favorecendo e incentivando o comércio e produção de açaí/fruto, principalmente, o do rio Vila Nova.

Afora esse padrão de vida ribeirinha tradicional, o rio Vila Nova também já evidencia outras formas de uso como, por exemplo, presença de propriedades que à primeira vista parecem destinadas muito mais ao lazer e entretenimento que o rio possa oferecer.

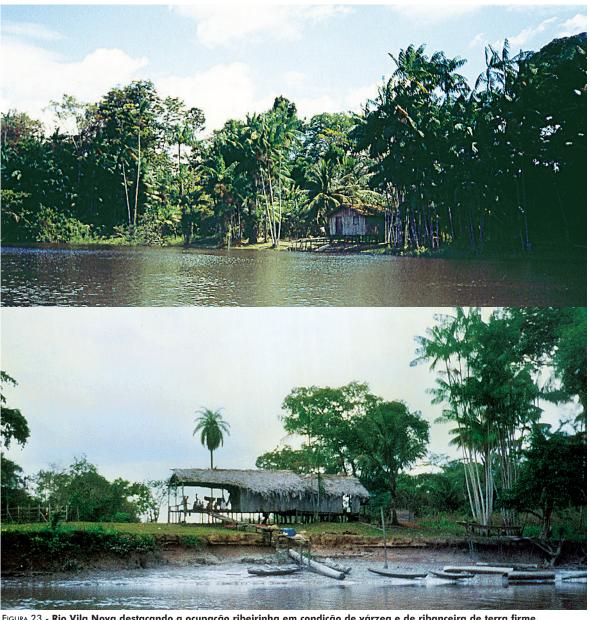


FIGURA 23 - Rio Vila Nova destacando a ocupação ribeirinha em condição de várzea e de ribanceira de terra firme.

Em termos gerais, o trecho do rio Preto, em estudo, apresenta três padrões locais que muito influenciam as estratégias de vida da população residente. No baixo curso fluvial, onde ocorrem as maiores áreas de florestas de várzea, a vida ribeirinha é muito dependente do extrativismo do açaí/fruto e da exploração de madeira. Todavia, como já foi dito, tratase de uma área de baixa ocupação humana e ainda assim com a posse da terra em mãos de proprietários que não residem no local. Neste caso, certamente as famílias residentes devem conviver com restrições ao desenvolvimento de suas atividades extrativistas.

Particularidades do rio Preto

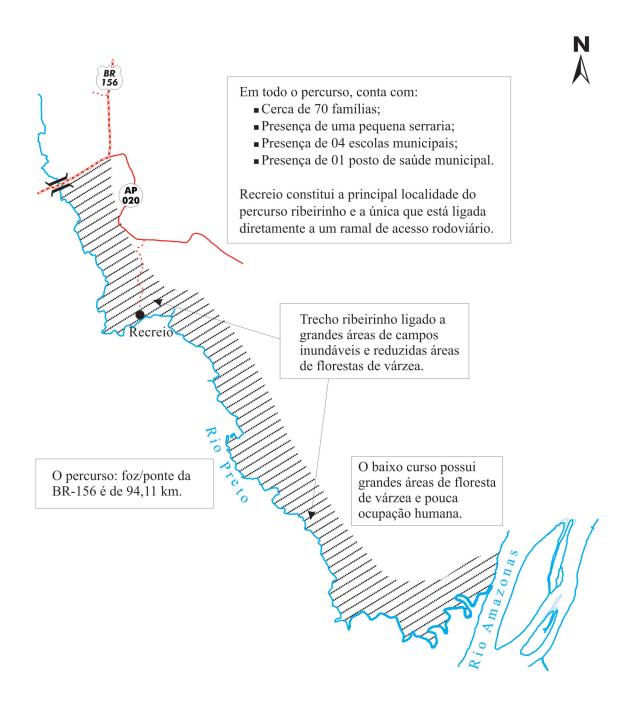


FIGURA 24 - Trecho de estudo do rio Preto = Fonte: COT/IEPA - 2003.

O percurso imediato é o de maior extensão e se caracteriza pela formação de uma paisagem ribeirinha diferenciada onde predomina os campos inundáveis. Essas áreas são literalmente utilizadas como pastagens naturais para o desenvolvimento de pecuária bubalina em regime extensivo (Figura 25). A propriedade da terra é centrada na condição de pequenas ou médias fazendas que, via de regra, são administradas por caseiros/empregados.

Finalmente, dos arredores da localidade Recreio até a confluência do rio com a BR-156, têm-se um terceiro percurso que embora ainda disponha de campos inundáveis e de criação bubalina, a presença de terras firmes mais próximas da área ribeirinha e de ramal rodoviário parecem ser o grande motivo para o aumento da população residente e da maior presença da agricultura no conjunto das atividades locais.

3º Trecho/segmento furo Mazagão

Além de via de acesso fluvial à sede municipal, esse trecho/segmento também dispõe de uma segunda identidade que é de concentrar os mais importantes projetos do município na área de manejo de várzea para a produção de açaí/fruto, dispor de relevante projeto industrial e de manejo de várzea para a produção açaí/palmito e, finalmente, abranger outras atividades produtivas, muito influenciadas pela proximidade local com a sede municipal.



FIGURA 25 - Pecuária extensiva na margem do rio Preto.

No plano natural, o furo Mazagão constitui uma segunda ligação do rio Vila Nova com o canal Norte do rio Amazonas (Figura 26) e dá origem à ilha das Barreiras que tem uma parte formada por terra firme e outra por várzea. O percurso do furo com entrada pelo canal Norte do rio Amazonas até a sede municipal, possivelmente, deve ter sido o primeiro a ser ocupado o que, ainda hoje, pode ser comprovado pela maior presença de residentes locais e de propriedades que evidenciam marcas de convivência humana antiga. Nesse percurso, além dos moradores do furo propriamente dito, podem ser incluídos os dos igarapés Piratinga e Eugênio e do furo Espíndola.

As condições de vida dessas populações além das atividades básicas de pesca artesanal de peixe e camarão, extração de açaí/fruto, extração de madeira incluem outras que são diretamente determinadas pelas particularidades naturais locais e pelas relações que se estabelecem da proximidade e acesso à sede municipal. Exemplo disso, tem-se a pecuária no igarapé Eugênio e o cultivo de frutíferas no furo Espíndola que já vem sendo comercializado na forma de polpa.

O outro percurso do referido furo que dá acesso ao rio Vila Nova é caracterizado pela menor presença de residentes ribeirinhos e, por dois importantes projetos de manejos produtivos da várzea. O primeiro se trata de um projeto para a produção de açaí/fruto que é propriedade de pessoa da própria comunidade local. Estudos do IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá) e da Embrapa (Empresa Brasileira



FIGURA 26 - Situação espacial do trecho: Furo Mazagão ■ Fonte: COT/IEPA - 2003

de Pesquisa Agropecuária) vem acompanhando as diferentes fases do referido projeto.

O segundo projeto é de âmbito empresarial e tem como objetivo o manejo da várzea para a produção de açaí/palmito (Figura 27). Na sua dimensão industrial, pelo que foi possível conhecer, além de boas instalações físicas e de processamento, procura ter bons encaminhamentos na assistência social de seus empregados, destacando a educação que além do atendimento local, também contribui no atendimento de outras crianças das circunvizinhanças ribeirinhas.



FIGURA 27 - Açaizal no furo Mazagão e vista geral das instalações físicas da empresa.

RECORTES DE TERRA FIRME ASSOCIADOS A ÁREAS ALAGADIÇAS

- CONCEITUAÇÃO ABRANGÊNCIA E SITUAÇÃO TERRITORIAL OCUPAÇÃO E VIDA LOCAL
 - RECURSOS NATURAIS DISPONÍVEIS DINÂMICA POPULACIONAL ■
 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE E INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR ATENDIMENTO DA SAÚDE
 - ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS COMPOSIÇÃO DE RENDA BRUTA FAMILIAR/ANO ■



CONCEITUAÇÃO

Porquê empregar o termo recortes para as terras firmes que fazem parte da área de estudo no município?

Em primeiro lugar porque retrata a real conformação territorial das referidas terras cuja Figura 28, demonstra o quanto são profundamente descontínuas e irregulares o que muito as diferenciam de outras terras firmes caracterizadas pela formação de grandes extensões só interrompidas por tênues linhas de drenagens. Segundo, considerando que são áreas fisiograficamente diferenciadas, é possível que provoque outros procedimentos capazes de tirar proveito da referida condição, principalmente no aprimoramento dos atuais critérios de posse e uso da terra local.

Certamente, está se falando de um novo juízo de valor à terra rural que possibilite às instituições federais, estaduais e municipais discutirem, de modo mais técnico, a adoção de novas bases ou critérios de apropriação do território (fundiário) dando mais valor às reais particularidades físicas, biológicas, ambientais, etc.

No caso em questão, o fato das referidas terras municipais serem fortemente recortadas e associadas a áreas alagadiças, constitui uma situação bem apropriada para que sua forma de utilização, incluindo o tamanho e sentido da propriedade, deva merecer atenção particular, principalmente por tratar-se da área de maior densidade populacional do município além de situar-se próxima da sede municipal e dos maiores centros urbanos do estado que são Macapá e Santana.

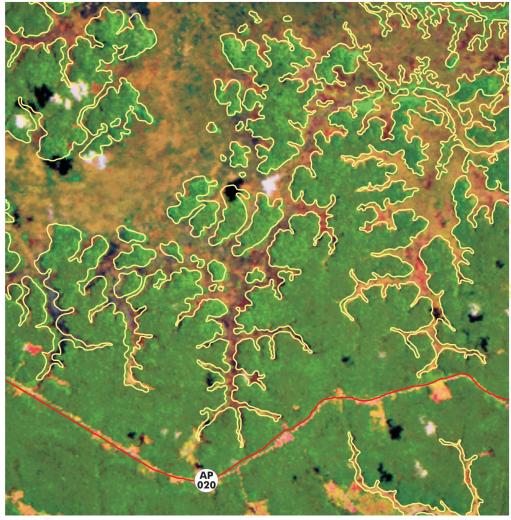


FIGURA 28 - Imagem Landsat mostrando recortes de terra firme e áreas alagadiças ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

ABRANGÊNCIA E SITUAÇÃO TERRITORIAL



Figura 29 - Condição espacial do sistema de terra firme associado às áreas alagadiças ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

Na parte do município de Mazagão, objeto deste estudo, a abrangência territorial dos recortes de terra firme associados a áreas alagadiças corresponde a uma superfície aproximada de 759,4 km² que ficam circundados integralmente pelo sistema ribeirinho, excetuando a porção noroeste que é limitada pela BR-156, no trecho rios Vila Nova/Preto. Ao sul, uma pequena porção de terra firme bem próximo à margem esquerda do rio Preto complementa o referido conjunto de terra firme (Figura 29). A fisiografia de todo esse conjunto de terras firmes recortadas destaca duas tipologias dominantes:

- Uma mais extensa, de aproximadamente 504,3 km², caracterizada por topografia aplainada onde 123,1 km² são representados por áreas alagadiças e;
- Outra, de menor extensão, com aproximadamente 255,1 km², caracterizada por topografía mais movimentada, onde 13,9 km² são representados por áreas alagadiças.

As principais vias de circulação são representadas pela EAP-010 que liga a sede municipal à localidade Mazagão Velho, a EAP-020 que dá acesso ao interior da área e um trecho da BR-156, entre os rios Vila Nova e Preto.

OCUPAÇÃO E VIDA LOCAL

O estado atual de ocupação das referidas terras firmes tem, como primeira referência, a própria história de formação e crescimento dos dois maiores centros populacionais do município, Mazagão Velho e sede municipal de Mazagão e, por segundo, todo o processo de indução originado pela abertura das vias de circulação rodoviária do município com o seguinte corte seqüencial:

- Documentos históricos dão conta que Mazagão Velho constituiu o primeiro pólo de colonização do município cujo crescimento e problemas, vividos pelos seus primeiros habitantes, motivaram a formação de outros pequenos núcleos dentre os quais destacam-se os atuais aglomerados humanos do Ajudante e do Carvão que se situam em plena terra firme;
- Na época, certamente as incursões e acesso a esses aglomerados eram feitos através dos rios atualmente conhecidos como igarapés Ajudante e Mutuacá;
- A atual cidade de Mazagão, sede municipal, tem sua história de formação muito ligada à localização estratégica de maior proximidade com o canal Norte do rio Amazonas e com a cidade de Macapá;
- Na década de setenta com a abertura em definitivo da estrada que liga a sede municipal a Mazagão Velho naturalmente houve retração do trânsito fluvial das populações então instaladas no perímetro e, conseqüentemente, maior dinamização da nova via de circulação o que veio a contribuir para o crescimento das concentrações humanas já existentes, surgimento de outras incluindo o adensamento de colonização da própria rodovia;
- A colonização dos eixos Camaipi e PA Piquiazal data do final da década de setenta e início dos anos oitenta, o primeiro em conta da abertura do ramal do Camaipi que cortou o bloco de terra firme mais contínuo da área até encontrar o recém trecho aberto da BR-156. O PA Piquiazal, como era de se esperar, teve origem e desenvolvimento ligados a atos institucionais do INCRA;
- A colonização da margem direita da BR-156, no trecho de estudo, possivelmente deve datar dos mesmos períodos do item anterior e, diferentemente, está mais centrada na formação de pastagem para a pecuária do que de agricultura propriamente.

O cenário resultante desses episódios obtido pela análise temporal de imagens Landsat permite identificar as áreas desflorestadas, mesmo aquelas que já se transformaram em capoeiras adultas com fisionomia semelhante à cobertura florestal primitiva. Dados obtidos nesse sentido permitem dizer que o estoque total de áreas alteradas até 2002 perfaz 9.340ha, que correspondem a capoeiras e áreas em processo produtivo efetivo.

Em termos programáticos, o papel dessas capoeiras poderá revestir-se de grande importância para a região se as mesmas forem destinadas a ações de aproveitamentos produtivos em substituição à expansão de fronteira agrícola sobre ambientes de cobertura vegetal primitiva.

A vida da população desta região é marcada por experiências rurais cotidianas em alguns casos ainda bastante primitivas objetivando somente a subsistência e em outros já acompanhadas de pequenos avanços sociais e produtivos. Há ainda, instaladas mais recentemente, propriedades particulares que realizam investimentos e têm acesso à tecnologia.

Apesar dessas diferentes realidades e de outras: ritmo, intensidade, oportunidades, limitações, entre outras, o modo de vida local mantém relativa regularidade, podendo ser enquadrado em modelos como segue (Figura 30).

■ Predomínio da lavoura de mandioca para a fabricação de farinha

A lavoura da mandioca, freqüentemente associada a outras culturas como feijão, arroz, milho, macaxeira, maxixe, melancia, abóbora etc., tem um significado muito profundo para a sustentação da vida rural, pois constitui a principal atividade que o pequeno produtor pode exercer, considerando suas tradições produtivas e possibilidades econômicas e tecnológicas. A unidade produtiva é a roça e o capital investido é basicamente a força de trabalho familiar. A farinha, produto básico dessa atividade, constitui a principal fonte alimentar e possivelmente a mais importante na composição de renda monetária da população rural.

■ Outros cultivos diferenciados

De um modo geral, a residência do pequeno produtor rural é composta de quintais onde são feitos cultivos domésticos de plantas frutíferas, medicinais, etc. Em alguns casos já se observa a presença de cultivos mais extensivos que se destinam essencialmente à comercialização. Pelo que foi possível observar os cultivos mais freqüentes e expressivos são: abacaxi, laranja e banana.



FIGURA 30 - Cultivo de abacaxi na localidade Carvão, pecuária bubalina extensiva e roçado de mandioca na localidade Carvão.

■ Pecuária

A pecuária local, entendida como uma das atividades econômicas do município, ocorre na forma de pequenas e médias fazendas de criação de gados bovino e bubalino que muito freqüentemente pertencem a proprietários não residentes diretamente no local. Para estes casos, a relação de trabalho é feita através de familiares-caseiros que são mantidos com vínculos empregatícios.

■ Pesca

A pesca é praticada em rios e igarapés que cortam ou circundam as terras firmes bem como nos campos interiores submetidos à inundação. Constitui prática regular da população local de onde obtém parte de seu suprimento alimentar e certamente é uma das principais fontes de proteína de sua alimentação.

■ Extrativismo vegetal e animal

A exploração do açaí (*Euterpe oleracea*) e da bacaba (*Oeonocarpus bacapa*), prática comum da população local, permite acesso a dois produtos básicos para a suplementação alimentar. A caça para auto-consumo também é freqüente e, dependendo do local, pode ter maior ou menor importância na dieta alimentar da população. A exploração de madeira, embora fato presente na vida da população, vêm sendo restringida pela limitada disponibilidade de estoques e pelo efetivo controle exercido pelo órgão ambiental.

■ Produção de carvão

A produção de carvão na área rural sempre representou uma fonte de renda complementar o que se permite incluí-la no conjunto das práticas gerais da população em estudo. Todavia, a grande produção de carvão no PA Piquiazal torna a atividade muito relevante no assentamento, assunto que será tratado em item posterior.



FIGURA 31 - Carvão armazenado para a comercialização, pesca em lagos temporários e população de bacabas.

Recursos Naturais Disponíveis

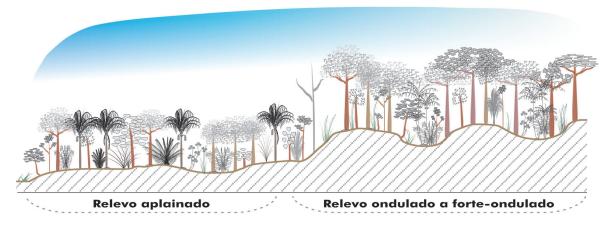
A floresta, o solo e os campos inundáveis, com seus regimes de alimentação e de drenagem muito particulares, constituem os grandes componentes naturais que as populações residentes estão diretamente em contato. A paisagem diferenciada, identificada como recortes de terras firmes associados à áreas alagadiças, estão dispostas em duas condições topográficas (Figura 32):

- Uma parte da área abrangendo todo o sentido das EAPs 010 e 020 é caracterizada pelo predomínio de topografia aplainada que se estende para o interior até às proximidades do ramal Recreio.
- Outra parte, com predomínio de topografia ondulada a forte-ondulada se estende do referido ramal no sentido da BR-156 e abrange toda a área marginal dessa estrada desde o rio Preto até o rio Vila Nova.

Num plano muito geral, pode-se admitir que toda a terra firme é coberta por florestas densas que chegam até as margens das áreas alagadiças. Nessas condições, dentre as espécies arbóreas mais conhecidas destacam-se pela frequência, os taxizeiros (Sclerolobium spp., Tachigalia myrmecophyla), cupiúba (Goupia glaba), quaruba (Qualea sp., Vochysia guianensis), visgueiro (Parkia pendula, P. nitida), tatajuba (Bagassa guianensis), tauari (Couratari guianensis), jarana (Lecythis poiteau), matamatá (Eschweilera spp.), caripé (Licania heteromorpha), quinarana (Geissospermum sericeum), uchirana (Saccoglotis guianensis), pequiá (Caryocar villosum), maparajuba (Manilkara paraensis), angelim-vermelho (Dinizia excelsa), angelim-pedra (Hymenolobium petraeum), angelim-rajado (Pithecolobium racemosum), louros (Ocotea spp.; Nectandra spp.); jatobá (Hymeneae courbaril), amapazeiro (Parahancornia amapa), breus (Protium spp.; Tratinichia spp.; Tetragastris spp.), sorva (Couma guianensis) e a bacaba (Oeonocarpus bacapa).

Nos locais de terreno rebaixado em forma de vales conhecidos popularmente como grotas ou grotões, a floresta passa a conter espécies típicas da várzea como andiroba (Carapa guianensis), açaí (Euterpe oleracea), buriti (Mauritia flexuosa), dentre outras.

Quando se releva a diferenciação dominante do relevo para a conformação geral da floresta, dentre as tantas variações em estrutura, composição e fisionomia destacam-se as seguintes:



- Predomina floresta de porte mediano
- Menor diversidade de árvores
- Menor frequência de espécie emergente Alta freqüência de bacaba

 - Menor presença de grotões
- Predomina floresta de alto porte Maior diversidade de árvores Maior frequência de espécie emergente
- Maior frequência de espécies madeiráveis como, angelim-pedra, cupiuba, quaruba, maparajuba, jarana, etc. ■ Maior presença de grotões

A margem da floresta que faz contato com a área alagadiça constitui um ambiente particular técnicamente definido como ecótono. Dependendo da topografia local essas áreas podem ter as seguintes conformações básicas (Figura 33):

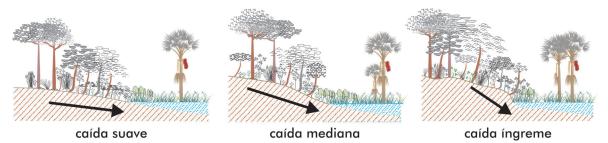


FIGURA 33 - Variação de desníveis nas zonas de contato entre várzeas e terra firme.

Pela legislação ambiental, essas áreas são consideradas de preservação permanente e não podem ser alteradas. Em termos de funcionalidade natural, dentre outros aspectos, as setas das figuras acima indicam fluxos gravitacionais de energia incluindo o movimento dos nutrientes superficiais do solo do interior da floresta para a periferia isto é, para a margem da floresta com as áreas alagadiças. De igual modo, os regimes de drenagem dessas áreas alagadiças garantem maior suprimento de água no solo por períodos mais prolongados. Essas condições já vêm sendo aproveitadas por alguns produtores locais que as utilizam com pequenas lavouras temporárias (Figura 34).



FIGURA 34 - Vista parcial de terra firme associada a áreas alagadiças detalhando o aproveitamento da faixa marginal com lavouras locais.

Outras vezes, áreas dessa natureza são utilizadas para o cultivo de plantas mais permanentes principalmente banana, (Figura 35) cana-de-açúcar e milho. Certamente, as condições freáticas locais favorecem esses cultivos visto que de setembro a novembro (ver clima) toda a área sofre forte impacto da estiagem, o que impõem sérios limites ao balanço hídrico do solo.

A extensão aproximada dessas áreas de contato floresta/alagadiços é de 2.127 km, o que comprova a significativa faixa de terreno que poderia ser incorporada ao uso agrícola. No entanto, é essencial que se conheça melhor as relações solo/água desses espaços. Para isso, sugere-se a condução de trabalhos de pesquisa e experimentação voltados ao estudo do comportamento do lençol freático, considerando, dentre outros aspectos, a declividade e textura dos solos associadas a estudos dos efeitos sazonais sobre teores de umidade no perfil do solo sabendo, de antemão, que resultados conclusivos somente poderão ser alcançados a médio e longo prazos. Enquanto isso, pode-se fazer uso dessas áreas, usando os dados de precipitação, apresentados neste trabalho, e também as experiências bem sucedidas de agricultores locais, transformando-os em agentes multiplicadores.

A floresta também é fonte de essências madeiráveis, principalmente nas áreas de relevo mais movimentado onde é mais freqüente a presença de árvores maiores. A exploração madeireira é flagrante em toda a área, o que deve induzir ao empobrecimento da floresta em curto espaço de tempo. Essências frutíferas comestíveis também são freqüentes, destacando-se o pequiá (*C. villosum*) e a bacaba (*O. bacapa*) sendo esta última da maior importância para a população local pelo largo consumo dos frutos na forma de vinho *in natura* considerado como fonte de suplementação alimentar.



FIGURA 35 - Mostra o interior de um bananal na faixa marginal terra firme/área alagadiça.

Os resultados das análises químicas das amostras de solo desse ambiente submetidos a análise de freqüência (Figura 36) demonstraram acidez elevada na maioria das amostras (93%), saturação por bases baixa em todas as amostras, saturação por alumínio alta em 88% dos solos, média (7%) e baixa (5%) no restante, baixos teores de Ca²+ Mg²+ em 93% das amostras e médios no restante. O teor de potássio (K+) apresentou-se baixo na maioria das amostras (86%) e médios no restante. O nível de fósforo (P) foi baixo na totalidade das amostras. Para a maioria das amostras (66%), foram obtidos teores altos de matéria orgânica (MO) e médios para o restante. A CTC foi média em 61% das amostras, alta em 34% e baixa em 5%.



FIGURA 36 - Freqüência relativa dos resultados das análises químicas dos solos de terra firme = Fonte: Embrapa.

A Figura 37 apresenta a textura dos solos nas localidades estudadas, podendo-se distinguir claramente três classes:

Na região do Ajudante, o solo possui textura franco argilo-arenosa, no Carvão franco argilosa e em Camaipi e Piquiazal os solos são argilosos. Cabe destacar que todas as classes de textura são propícias para o desenvolvimento de agricultura. No caso particular do Assentamento Piquiazal, além da análise de textura convencional, foi realizada uma outra para verificar a quantidade de cascalho (piçarra), como apresentado na Figura 38, tendo sido observado que nesse assentamento a proporção média de piçarra: terra fina é de 367g/633g enquanto que em outras localidades essa relação é de 12g/988g. Tal fato tem implicações diretas no manejo do solo e na escolha das culturas a serem implantadas.

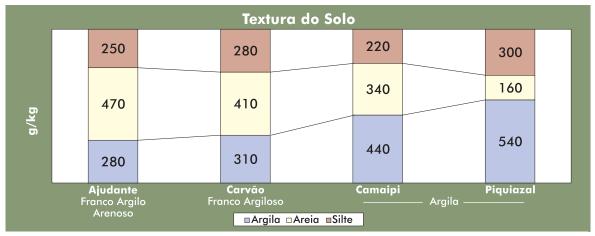


FIGURA 37 - Valores absolutos e classificação textural de solos de localidades estudadas de Mazagão = Fonte: Embrapa.

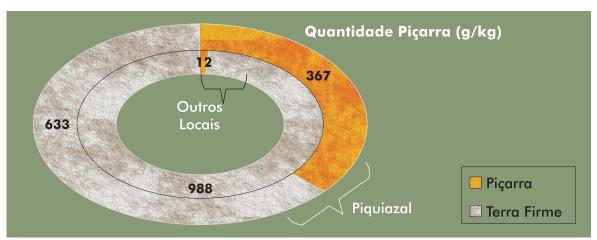


FIGURA 38 - Valores absolutos de piçarra nos solos do Piquiazal ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

As áreas alagadiças propriamente ditas (Figura 39) fazem parte de um grande sistema de terras baixas do Estado classificadas como planícies e terraços quaternários (período geológico mais recente) integralmente submetidos a regimes de inundação fluvial e pluvial. Na área de estudo elas são compostas em sua maior extensão por campos periodicamente inundáveis entrecortados por redes de canais atuantes, pequenos lagos temporários e/ou permanentes e canais colmatados (paleocanais). Pequenas matas inundáveis e ilhas de terra firme são formações que também fazem parte do referido sistema das áreas alagadiças.

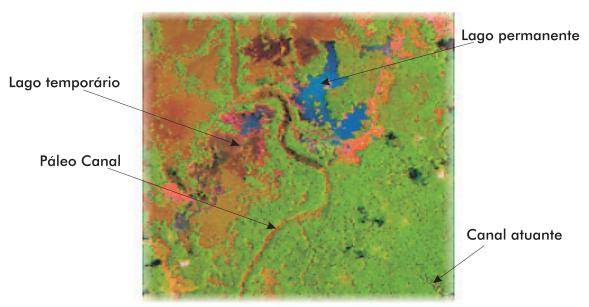


FIGURA 39 - Imagem Landsat mostrando área alagadiça ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

Do balanço das águas sazonais, que determina a funcionalidade das áreas alagadiças, sobressaem os períodos de máximas inundação e seca correspondentes, respectivamente, aos finais do inverno regional, maio/junho e finais da estiagem, novembro/dezembro. No caso da máxima inundação, a área alagadiça se amplia em extensão formando um grande sistema aquático caracterizado pelo acúmulo de águas livres, pouco correntes, povoadas por plantas submersas e flutuantes. No período de máxima seca, todo o sistema se reduz drasticamente com exposição direta do solo em sua maior extensão. A água livre circulante fica restrita aos lagos permanentes e a pequenos canais que continuam sendo alimentados pelos lençóis freáticos superficiais.

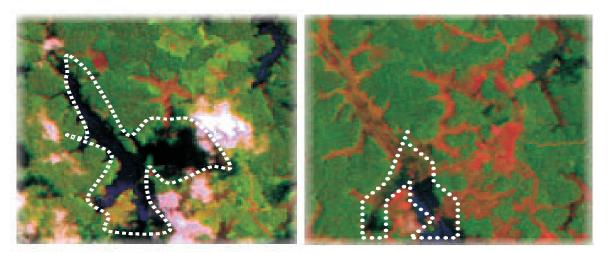


FIGURA 40 - Duas mostras temporais de imagens de satélite de uma mesma área, demonstrando as superfícies de águas livres nos períodos de máxima inundação e seca = Fonte: COT/IEPA - 2003.

Certamente, muito pode ser dito sobre as características e os processos naturais das referidas áreas, todavia, outros conhecimentos tipo, condição potencial e atuais formas de uso são igualmente importantes para ampliar as bases de reflexões sobre o significado dessas áreas para o município.

Por exemplo, ao considerar que, mesmo sem incluir as áreas ribeirinhas, aproximadamente 137 km² ou 18,0% desse módulo estão em áreas alagadiças, faz sentido entender melhor suas implicações ao nível produtivo, ambiental etc. Para isso, propõe-se que sejam vistas sob duas categorias funcionais:

- Uma fase predominantemente terrestre e,
- Outra predominantemente aquática.

Para a fase predominantemente terrestre com média de 2 a 3 meses/ano inundáveis, quais as ofertas de recursos a serem consideradas? Com o escoamento das águas acumuladas (início de seca) dentre os vários processos naturais que ocorrem, o solo vai sendo paulatinamente descoberto e a vegetação também vai se adaptando às condições do meio (sucessão natural). A paisagem reinante é literalmente campestre com predomínio de capins (gramíneas e ciperáceas) acompanhados de outras ervas anuais.

Nos meses de outubro e novembro quando a estiagem local alcança seus menores índices de pluviosidade (ver clima), a paisagem campestre restringe acentuadamente sua cobertura vegetal, expondo o solo em grandes extensões, com aspectos de retração e partição como mostra a Figura 41.

A fase predominantemente aquática corresponde ao aumento e ao represamento máximo das águas pluviais que se iniciam a partir de janeiro e se estendem até maio/junho. Nesse período a paisagem geral tem como referência a presença de lâmina d'água e uma intensa atividade biológica exteriorizada pela riqueza de macrófitas aquáticas, peixes de águas interiores, répteis, quelônios, anfíbios, etc.

Os resultados das análises químicas de três amostras de solos desses ambiente - coletadas nas proximidades das localidades Mazagão Velho e Ajudante e submetidos a análise de freqüência - (Figura 42) demonstrou que a maioria das amostras (67%) apresenta média acidez, média saturação por bases e baixa saturação por alumínio. No restante das

amostras, a saturação por alumínio é média. Para os teores de Ca²+ Mg²+, 33% das amostras apresentaram variação nos teores. A análise de K+ e P evidenciou alto teores de potássio em todas as amostras. Níveis médios de fósforo estão presentes em 67% das amostras e em níveis mais baixos no restante. A análise de matéria orgânica apresentou teores médios em 67% das amostras e teores altos no restante. A CTC foi média em 67% dos solos e alta em 33%. Apesar desses resultados indicarem a necessidade de calagem e de adubação fosfatada, as mesmas são inviáveis devido ao alagamento existente na maior parte do ano o que sugere melhor aproveitamento local com culturas como arroz ou mesmo pastagens para bubalinos, que são mais adaptadas às condições de excesso de água.



FIGURA 41 - Registro do campo inundável em periodo de seca (novembro).

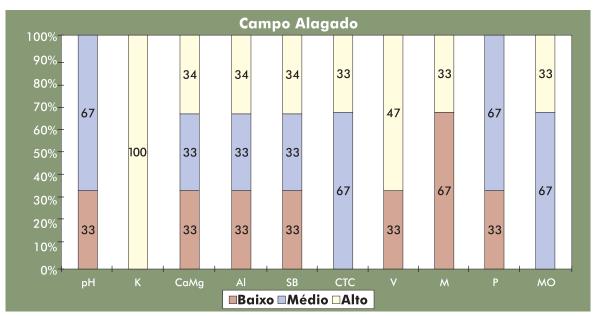


Figura 42 - Freqüência relativa dos resultados das análises químicas dos solos de áreas alagadiças ■ Fonte: Embrapa.

Com relação às atuais formas de uso das áreas alagadiças, independente de fases, destacam-se a pecuária extensiva e a pesca artesanal. A primeira, em maiores proporções, é representada pela criação de búfalo, da maneira mais natural possível aproveitando ao máximo os estoques forrageiros disponíveis. Quanto à pesca, pelo que foi possível saber, tratase somente de atividade de subsistência muito mais ligada às populações das referidas áreas alagadiças e circunvizinhanças.

No trecho da EAP-010 que corta diretamente a área alagadiça denotou-se a presença de inúmeros buracos resultante da extração de areia (Figura 43). Certamente, trata-se muito mais de uma questão localizada que propriamente de atividade convencional ligada às referidas áreas. Como se percebe, na figura ao lado, resulta em inúmeras pequenas escavações que evidenciam revolvimento e retirada do solo, resultando na formação de buracos até encontrar o lençol freático. O material extraído é sedimento de fundo de paleodrenagem que fica exposto durante a fase de seca.

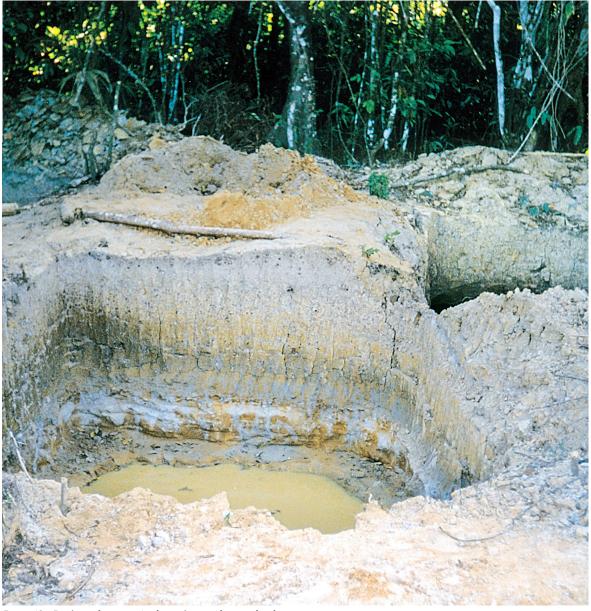


FIGURA 43 - Registro da extração de areia em plena paleodrenagem.

Dinâmica Populacional

A apreciação analítica da população residente nos dá conta de uma destacada preponderância do segmento com idade até 25 anos, que representa 71,6% da população total da área. Esse fato, em condições normais, possibilitaria antever uma perenidade da dinâmica populacional e subsequente desenvolvimento para a área, caso houvesse os investimentos socioeconômicos necessários à garantia da permanência dessa população na área. Saliente-se ainda a predominância, em termos gerais, da população masculina, que representa 54,3% da população considerada, o que se entende como compatível com a realidade rural do estado amapaense (Tabela 05).

TABELA 05 - Distribuição populacional dos segmentos do sistema terras interiores, segundo faixa etária e sexo

Faixa Etária	SEXO (%)		Sub-Total (%)	Acumulado (%)
	Masculino	Feminino		Acomolado (70)
O a 6 anos	11,11	8,64	19,75	19,75
7 a 14 anos	14,81	12,35	27,16	46,91
15 a 25 anos	12,35	12,35	24,69	71,60
26 a 35 anos	3,70	2,47	6,17	77,77
36 a 45 anos	4,94	3,70	8,64	86,42
46 a 55 anos	1,23	3,70	4,94	91,35
56 a 64 anos	4,94	1,23	6,17	97,53
65 ou mais	1,23	1,23	2,47	100,00
Total	54,32	45,68	100,00	-

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

Nível de Escolaridade e Infra-estrutura Escolar

Destaca-se, inicialmente, a questão referente ao analfabetismo por se constituir em significativo fator de restrição ao desenvolvimento humano, enquanto que a taxa de alfabetização, especialmente nas áreas rurais, é indicativo do nível de escolaridade da população residente.

Considerando-se a população da área em estudo, qualitativamente, a mesma apresenta uma taxa de analfabetismo, até certo ponto aceitável (20,9%), conforme a Tabela 07, visto que está bem abaixo das taxas constatadas tanto com relação ao estado do Amapá (28,2%), como da Região Norte (29,9%)e, mesmo, do Brasil (29,8%), consoante aos dados da Tabela 06.

TABELA 06 - Analfabetismo - Pessoas de 15 ou mais anos de idade, por situação de domicílio

	Unidades			
	Brasil (%)	Norte (%)	Amapá %)	
Urbano	10,25	11,15	10,39	
Rural	29,79	29,87	28,20	

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

Outro ponto, considerado bastante positivo, é o contigente da população escolar (de 7 a 14 anos) em sala de aula, que chega a 98% (Tabela 07). A ênfase verificada com relação à população de 15 a 25 anos de idade freqüentando a escola, deve-se à existência do Ensino Fundamental até a 8ª série, que é freqüentado pela população, cuja idade já extrapolou a faixa prevista para esse nível de estudo; além disso em Mazagão Velho já está funcionando o ensino de 2° grau. Mas o forte destaque é dado à existência da *Escola Família do Carvão*, cujo atendimento já extrapola a demanda do estado do Amapá, abrangendo estudantes de outros estados do norte brasileiro, ofertando ensino fundamental, cujos conteúdos programáticos e dinâmicas pedagógicas são plenamente focados na realidade local e circundante sob os aspectos sociais, econômicos, políticos, com ênfase especial à realidade cultural.

TABELA 07 - Nível de escolaridade da população de 7 ou mais anos de idade

População que freqüenta escola (%)			Média de anos de estudo Pop.	População de 15 ou mais anos de idade	
de 7 a 14 anos de idade		de 26 anos ou mais de idade	de 7 ou mais anos de idade	Alfabetizada*	Analfabeto
98,0	65,0	0	3,5	79,1	20,9

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

Com relação à infraestrutura escolar, há sete escolas atendendo a população estudantil dessa área, a saber:

- Em Mazagão Velho Escola Estadual Prof^a Antônia Silva Santos, que oferece ensino de 1^a à 8^a séries do 1° Grau, dispondo de 12 professores; além de duas (02) escola de Pré-Escolar dispondo de duas professoras em cada escola;
- Em Ajudante Escola Estadual Pres. Costa e Silva, que oferece ensino de 1ª à 4ª séries do 1º Grau, dispondo de dois professores;
- No assentamento Piquiazal Escola Estadual Piquiazal e Escola Estadual do Pioneiro, ambas oferecendo ensino de 1º Grau, dispondo de dois professores em cada escola;
- No ramal do Camaipi Escola Estadual Prof^a Graziela Reis de Souza, que oferece ensino de 1^a à 4^a séries do 1^o Grau, dispondo de dois professores em cada escola;
- No Carvão Escola Estadual Fagundes Varela e Escola Família de Carvão, ambas oferecendo ensino de 1º Grau, dispondo de oito professores em cada escola. Além de uma de Pré-Escolar, que dispõe de duas professoras.

Essas escolas, de um modo geral, apresentam deficiência quanto a carência de dependências, especialmente quanto a salas de aula e de leitura, também há deficiência quanto a dependência para acomodação dos professores.

Atendimento da saúde

Na área peri-urbana de Mazagão, no eixo principal da rodovia Mazagão à Mazagão Velho e no eixo principal e vicinais do ramal do Camaipi, é onde se encontra algum serviço de atendimento à saúde, dispensado à população através da rede de saúde oficial do Estado e do município. Embora existam postos de saúde municipal no Carvão, Ajudante, Piquiazal

^(*) População de 15 anos ou mais de idade que apenas assina o nome, escreve e lê pequenos textos.

e Mazagão Velho, estes funcionam com muitas falhas e carências estruturais, profissionais e de medicamentos. Por conta dessas dificuldades, a população recorre, freqüentemente, ao hospital de Mazagão (sede) que, por não dispor de especialidades médicas encaminha os casos mais graves para os municípios de Macapá e Santana. De modo geral, a medicina caseira, de base natural, é muito utilizada pelas comunidades rurais. Em Mazagão também essa prática é bastante comum, pois, além de suprir a carência do atendimento da medicina convencional, reforça a prática do uso de "puxações", ritos com rezas e benzeduras, que perduram por gerações na vida do homem rural.

Principais dificuldades no atendimento

Embora seja uma realidade constante em toda a extensão rural do Estado, na área de estudo enfatiza-se os seguintes aspectos:

- Estrutura física do posto Todos os postos de saúde apresentam estrutura física comprometida, inclusive o forro do posto de Carvão foi retirado para desalojar morcegos. O posto de Camaipi está desativado;
- **Desabastecimento de medicamentos** A falta de medicamentos é freqüente em todos os postos, o que contribui para que, em alguns casos, o profissional (agente de saúde) se ausente por longos períodos e os postos permanecem fechados;
- Carência de atendimento médico O hospital de Mazagão tem carências profissionais para atender as diversas especialidades médicas e de enfermagem, fundamentais para o atendimento das demandas do município. As parturientes que, por algum problema pré-natal, não se submetem às parteiras tradicionais, buscam os hospitais maternidade de Macapá ou Santana.
- Desatendimento dos serviços básicos Há postos de saúde em que não funciona o sistema de abastecimento de água, tampouco o de escoamento sanitário (Piquiazal e Pioneiro); em outros, o sistema não é adequado, pois é feito através de poço amazonas, sem tratamento. Conforme informação dos moradores, a água distribuída pela CAESA na localidade do Carvão, que atende em torno de 50% da população, está "contaminada com ferrugem" desprendida da caixa d'água. Grande parte da população, que usa água de poço amazonas, não a trata devidamente, embora receba hipoclorito distribuído pelos agentes de saúde.

Outra situação problema reside na dificuldade de comunicação e transporte entre os postos de saúde e o hospital de Mazagão para atender os casos de emergência.

■ **Doenças mais comuns** - Apesar do esforço das entidades responsáveis, a malária continua representando a doença de maior incidência nas populações das localidades do \Carvão, Ajudante, Assentamento do Piquiazal (Pioneiro e Piquiazal) e Camaipi. Em menor escala há ocorrências de diabete, doenças de pele e doenças respiratórias.

Aspectos sócio-culturais

Do associativismo

A partir da década de oitenta, a população de Mazagão Velho inicia um processo sistemático de organização social, centrada no associativismo, com a implantação da Associação dos Agricultores de Mazagão Velho, cuja dinamização perdura até os dias atuais, sendo seu

principal projeto de atuação, além da organização política dos agricultores, (Tabela 08) a realização da Feira dos Produtores de Mazagão Velho; assim como foi significativa a formação e atuação do grupo jovem e Associação da Mulheres de Mazagão Velho e Carvão. A Associação Folclórica de Mazagão Velho destaca-se por sua atuação no processo de preservação das manifestações culturais da comunidade de Mazagão Velho, cujo repertório é rico e diversificado.

TABELA 08 - Dinâmica Associativista

Nome da entidade	Nº de associados	Tempo de existência	Nível de desempenho
Associação dos Extrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho-AEFRAMAVE	53	2 anos	Dinamização de vários projetos viveiro de peixes, de camarão, de sementes, de seringueira, manejo do açaí.
Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Carvão- ATAX-C	28	3 anos	Em plena atividade, efetivando projetos, convênios, socializando experiência de gestão com outras entidades.
Associação Escola Família do Carvão - AEFAC	36 pais além dos alunos com 16 anos ou mais de idade	3 anos	Em plena atividade. Dinamizando a Escola Família do Carvão e realizando outras ações de interesse dos associados.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá SINTRA/MZ	150	1 ano	Em fase de implantação do escritório de Mazagão.
Associação dos Agricultores de Ajudante - AGRA	28	5 anos	Em plena atividade. Mantém estreita relação com a comunidade e escola desenvolvendo vários projetos de interesse da comunidade (ou interesse geral).
Associação dos Agricultores do Piquiazal - ASAPI	34	6 anos	A ASAPI está inadimplente na RF; a grande maioria dos associados está insatisfeita devido desinteresse e irresponsabilidade dos dirigentes da associação.
Associação dos moradores e Produtores da Estrada do Camaipi AMPEC	26	5 anos	Operacionalizando projetos de interesse dos produtores; fábrica de farinha e de polpas.

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

Composição de Renda Bruta Familiar/ano

Na presente análise, a renda bruta das famílias entrevistadas é formada pelos rendimentos auferidos no ano agrícola 2000/2001, tendo como fonte principal os resultados das atividades rurais (agrícolas, extrativas e pequenos animais) e, secundariamente, por outras consideradas não-agrícolas, como venda de mão-de-obra, pensão, aposentadoria etc.

Conforme os dados apresentados nas Tabelas 09 e 10, a agricultura destaca-se dos demais componentes da renda, com participação média para a área em estudo, de 56,2% do volume total dessa renda. Os percentuais acima da média, foram registrados nas comunidades do Camaipi, Carvão e Ajudante, de 63,8%, 62,3% e 59,8% respectivamente. Ressalta-se ainda, que na composição da renda das famílias entrevistadas no assentamento do Piquiazal, ao contrario das demais comunidades em análise, o destaque se deu para o extrativismo, na ordem de 44,3%, mais precisamente pela contribuição da atividade de produção de carvão.

Com relação ao montante dessa renda, registra-se o maior valor médio/ano por família na comunidade do Carvão, com R\$ 6.260,80, e no limite inferior, tem-se a comunidade de Ajudante, com valor médio de R\$ 4.242,00, o que equivale a 1,8 SM mensal.

TABELA 09 - Formação da renda familiar anual (monetária + auto-consumo)

Principais núcleos	Cont	Renda bruta			
populacionais	Agricultura (%)	Extrativismo (%)	Peq. Animais (%)	Outras rendas (%)	familiar/ano (R\$)
Comun. Carvão	62,29	14,08	6,39	17,24	6.260,80
Comun. Ajudante	59,85	16,50	4,79	18,86	4.242,00
Comun. Camaipi	63,82	12,78	3,71	19,70	5.478,00
Assent. Piquiazal	38,89	44,33	3,40	13,38	5.978,00
Média da área	56,21	21,92	4,57	17,30	5.489,70

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.



FIGURA 44 - Casa de farinha.

Quanto ao detalhamento da composição da renda familiar por atividade e principais produtos trabalhados pelas famílias entrevistadas, os dados da Tabela 10 revelam a predominância dos produtos oriundos da mandioca, seguidos do cultivo do abacaxi, principalmente nas comunidades de Camaipi e Carvão. O fato do não registro desse produto no Assentamento do Piquiazal, segundo informações dos produtores locais, é devido a presença de doenças no fruto, fato que desmotivou o seu cultivo há mais de dois anos.

Em relação ao extrativismo, chama atenção o dado apresentado no assentamento de Piquiazal (44,3%), cuja participação, conforme se observa, é discrepante quando visto no conjunto das demais comunidades da área em estudo. O referido fenômeno é determinado pela significativa participação da atividade de produção de carvão vegetal.

Tabela 10 - Composição relativa da renda familiar por núcleo populacional

A	Principais núcleos populacionais				
Atividades/produtos	Comunidade Carvão (%)	Comunidade Ajudante (%)	Comunidade Camaipi (%)	Assentamento do Piquiazal (%)	
Agricultura	62,29	59,85	63,82	38,89	
■ Farinha	28,75	35,83	30,12	34,13	
■ Tucupi e goma	11,95	14,5	10,88	3,27	
■ Abacaxi	15,97	6,22	19,17	-	
Outros produtos Agrícolas	3,19	3,30	3,65	1,50	
Extrativismo	14,08	16,50	12,78	44,33	
■ Bacaba e açaí	7,69	7,07	5,48	3,35	
■ Carvão destinado à comercialização (significativa escala)	-	-	-	37,64	
Outros do extrativismo	6,39	9,43	7,30	3,35	

Fonte: dados da pesquisa.

EIXO DE OCUPAÇÃO RODOVIA EAP-010: RIO VILA NOVA/SEDE MUNICIPAL MAZAGÃO VELHO

■ Localidade: Carvão e vizinhanças imediatas = Um Dia de Convivência com a Comunidade = A Localidade
 ■ Escola Família Agroextrativista do Carvão EFAC = A Terra Circundante (Os Estoques Naturais)
 ■ Prática Produtiva = Localidade do Ajudante e vizinhança imediata = A Terra Circundante (Os Estoques Naturais)

■ MAZAGÃO VELHO: RECORTES SÓCIO-CULTURAIS ■ SÍNTESE HISTÓRICA ■ VIDA LOCAL ■ RELIGIOSIDADE
■ FLASHES DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO ■ UM ROTEIRO HISTÓRICO CULTURAL E TURÍSTICO



EIXO DE OCUPAÇÃO RODOVIA EAP-010: RIO VILA NOVA/SEDE MUNICIPAL/MAZAGÃO VELHO

A rodovia EAP-010, que liga a sede municipal à Mazagão Velho, com aproximadamente 32,7 km de extensão, foi definitivamente implantada na década de cinqüenta e, ainda hoje, constitui o principal eixo de integração rural do município. Dentre as vantagens trazidas pela sua implantação, destaca-se a instalação de várias propriedades ao longo de suas margens, servindo à exploração de atividades agrícola e pecuária. O atual cenário de ocupação do referido eixo inclui chácaras, pequenos agricultores, núcleos comunitários direto e indiretamente ligados à rodovia e criadores pecuaristas que, em conjunto, compartilham espaços contíguos, sintetizados na Figura 45.

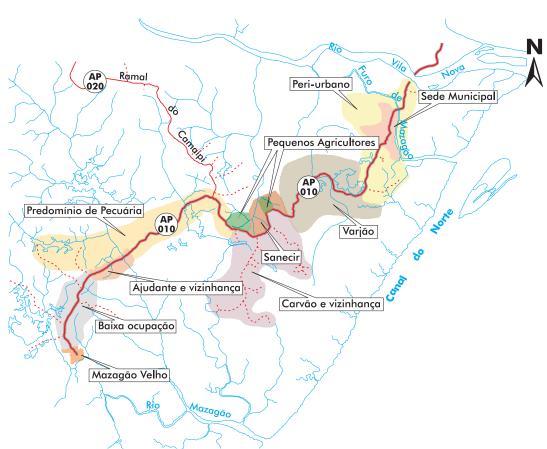


FIGURA 45 - Formas de ocupação da EAP-010. Projeção inferida ■ Fonte:COT/IEPA - 2003.

A Figura 45 pode indicar várias particularidades sobre a ocupação local. Em primeiro lugar, à exceção das localidades Carvão e vizinhança, Ajudante e vizinhança e Mazagão Velho, que compõem núcleos comunitários, as demais ocupações são representadas por áreas institucionais, propriedades particulares na forma de chácaras, principalmente no perímetro periurbano e pequenas fazendas para a criação de gado bubalino, mais concentradas nas áreas alagadiças. Grande parte dessas propriedades é trabalhada e/ou conservada por "caseiros" e seus familiares, visto que os respectivos proprietários residem noutras localidades. Comparativamente, é possível deduzir que a maior extensão do referido eixo viário não está sendo ocupada por pequenos agricultores locais o que pode ter diferentes desdobramentos para o desenvolvimento municipal.

Outras informações incluem:

- As áreas de maior concentração de pequenos agricultores, Carvão e vizinhança, Ajudante e vizinhança e Mazagão Velho mantêm uma população estimada de 190 famílias e:
- As outras áreas somam, aproximadamente um total de 30 propriedades.

LOCALIDADE: CARVÃO E VIZINHANÇAS IMEDIATAS

Um Dia de Convivência com a Comunidade

Com o apoio de lideranças locais, foi possível conhecer um pouco da dinâmica de vida da localidade, incluindo suas expectativas e limitações em torno de questões centrais dos seus cotidianos e projetos futuros. O cenário inicial constituiu uma oficina de investigação coletiva na Escola Família amplamente participada por representantes e membros da comunidade, representantes institucionais, professores e alunos (Figura 46).

As informações prestadas pela comunidade foram as mais diversas possíveis. Algumas mais gerais, tratadas conjuntamente a de outras localidades e, outras mais especificas, foram conciliadas com investigações de campo e de laboratório que a seguir são apresentadas.



FIGURA 46 - Registros das instalações físicas e da reunião realizada pelo ZEE na EFAC.

A Localidade

A origem da localidade está ligada aos primeiros povoamentos do município, resultantes de conflitos vividos pelos primeiros habitantes da atual Mazagão Velho e a desconcentração dos mesmos pelos rios e igarapés vizinhos. O nome da localidade data de uma história mais recente, em torno de 70 anos, segundo a qual, conforme contam os moradores, uma determinada senhora, chegando à área que hoje é a Vila do Carvão, observou que havia um tronco de árvore queimando, produzindo carvão. Após alguns dias retornou ao local e encontrou o tronco que continuava queimando. Posteriormente, ao se referir à área designava-a como "do Carvão", donde teria surgido o referido nome da vila. A partir da década de setenta, com a abertura em definitivo da rodovia sede municipal-Mazagão Velho (EAP-010) os moradores da localidade tiveram novos incentivos, em parte, pelas maiores facilidades de acesso, em parte pela proximidade com a sede municipal. Atualmente, Carvão constitui um dos distritos do município de Mazagão, com dinâmica centrada na produção agrícola. Do ponto de vista social destaca-se pela organização comunitária, pela implantação e dinamização da Escola Família do Carvão. Pelos estudos demográficos do IBGE (2000), o distrito do Carvão conta com uma população total de 718 habitantes.

Na vila está concentrada a maior parte da população distrital (60,0%) que dispõe de serviços públicos, como posto de saúde, escolas, energia elétrica, água encanada e sistema de telefonia comunitária. O acesso, além do rodoviário, também é feito pelo igarapé Mutuacá, navegável por pequenas embarcações.

No atendimento à educação, conforme explicitado anteriormente, a vila dispõe de educação infantil (Escola municipal Dona Benta), ensino fundamental (Escola Estadual Fagundes Varela) e ensino médio (Escola Família Agrícola do Carvão - RAEFAP). Pelo que foi relatado, todas as instalações prediais da educação necessitam de reforma e ampliação do espaço físico, além da aquisição de equipamentos didáticos.

O atendimento à saúde, como nas demais localidades circunvizinhas, carece de maiores investimentos, de modo a atender necessidades como: reformas físicas do posto de saúde, capacitação e atualização técnica, maior amparo laboratorial e de medicamento, principalmente pela extensão de atendimento que é feito à população do Camaipi e Piquiazal.

A energia elétrica fornecida à comunidade é do programa "eletrificação rural" e o fornecimento de água, que atende aproximadamente 50% dos domicílios é feito pela CAESA.

A vila também conta com pequenos estabelecimentos comerciais de propriedades de pessoas da comunidade ou com vínculos familiares. Quanto aos hábitos de vida, os moradores reproduzem alguns aspectos comuns à vida citadina mas conservam traços da vida rural, principalmente na liberdade de quintais produtivos e na conservação de costumes familiares. Do reconhecimento rápido da vila, ficou a impressão que a mesma está em franca expansão. A construção de novas casas no prolongamento da rua principal indica um crescimento no sentido da Escola Família. De igual modo, pequenos ramais ou ruas transversais chegam até as proximidades das cabeceiras do igarapé Mutuacá onde algumas propriedades domiciliares ainda dispõem de grandes terrenos. A pequena capela em devoção a Nossa Senhora das Graças e a casa de oração da igreja Batista centralizam a religiosidade local.

Escola Família Agroextrativista do Carvão EFAC

A EFAC teve sua implantação no período 1996-97. Segundo informativo da Escola, "como um modelo de escola que viesse atender as necessidades da educação rural do município que em virtude do êxodo local sofria o afastando do jovem de suas origens e, com isso, enfraquecendo a mão-de-obra familiar". A referida escola é uma das afiliadas a Rede das Associações das Escolas Famílias do Amapá - RAEFAP, entidade civil sem fins lucrativos de caráter educativo, cultural e social que tem como princípio a Pedagogia da Alternância.

Da rápida convivência com a referida escola, (Figura 47) conhecimento de suas instalações e funcionalidade fica a obrigação de registrá-la como algo edificante e merecedor de apoios para que possa ampliar suas funções em prol do desenvolvimento local. Os esforços das lideranças para garantir condições adequadas, continuidade e avanços, o empenho e capacidade do corpo técnico no sentido de melhor atender o aluno em sua formação integral fazem da escola uma extensão da relação familiar. A EFAC conta com um corpo discente de 92 alunos, procedentes das mais diversas comunidades com atividade agroextrativista, além de moradores da própria comunidade.



FIGURA 47 - Registro do almoço na EFAC.

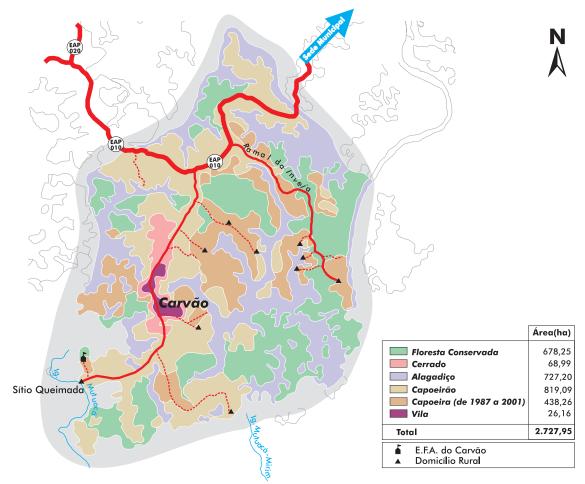


FIGURA 48 - Condição natural e planimetria da localidade Carvão e vizinhança ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

A Terra Circundante (Os Estoques Naturais)

A terra circundante da localidade do Carvão e vizinhança é representada por floresta densa de terra firme de porte mediano, áreas de contato e transição local com várzea ribeirinha e área alagadiça. Para as comunidades residentes, essa terra constitui sua principal área produtiva seja pelo aproveitamento de produtos extrativistas, seja pela derrubada e queima da floresta para formação de roçados agrícolas. Com isso o atual estado dessa terra é de um grande mosaico de formas naturais e antrópicas cuja representação e extensão são demonstradas na Figura 48.

As formas capoeirão e capoeira jovem constituem estágios diferenciados da regeneração natural dos pequenos roçados, de 1 a $1\frac{1}{2}$ ha em média, que são utilizados como bases das atividades agrícolas locais. Na prática, tratada como agricultura itinerante, após empobrecimento do solo, os mesmos são temporariamente abandonados o que explica a formação das referidas capoeiras.

Os resultados das análises químicas de sete amostras de solos dessa localidade submetidos à análise de freqüência (Figura 49) demonstraram que todas elas apresentaram acidez elevada. Em 86% das amostras, obteve-se saturação por bases baixa e saturação por alumínio alta e no restante, teores médios. Para a concentração de Ca²+ Mg²+ foram obtidos baixos teores. Na totalidade das amostras foram registrados baixos teores de potássio e fósforo. A maioria das amostras (86%) apresentou teores altos de matéria orgânica e, no restante, teores médios. A CTC foi média em 71% das amostras e alta em 29%. Os resultados indicam a necessidade de calagem e adubação para que os solos da localidade se tornem apropriados à agricultura.

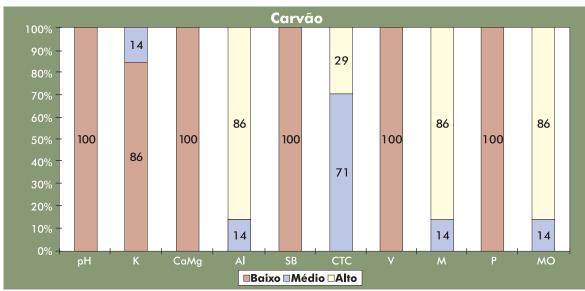


FIGURA 49 - Freqüência relativa dos resultados das análises químicas dos solos da localidade 🗷 Fonte: Embrapa.

Prática Produtiva

Dentre as práticas produtivas das populações ligadas à localidade Carvão foi visto que a agricultura é a mais representativa chegando a 62,3% da renda familiar bruta/ano. O modelo é basicamente de agricultura familiar, onde a farinha constitui o produto de maior importância na composição da renda (Figura 50). Todo o sistema é baseado na derrubada e queima da floresta para a formação de roçados, cultivo e colheita de mandioca por dois a três ciclos e abandono temporário, como já foi dito anteriormente, caracterizando práticas agrícolas de baixos níveis tecnológicos e pouco investimento de capital. Certamente, o somatório dos 1.257,35ha de capoeiras demonstrados anteriormente, refere-se à atuação dessa atividade agrícola ao longo dos anos de ocupação local.

Outros cultivos diferenciados foram vistos em locais onde a floresta faz contato com áreas alagadiças. Muitas dessas bordas vem sendo cultivadas com banana, milho e cana-deaçúcar, principalmente.



FIGURA 50 - Registro da fabricação artesanal de farinha.

As propriedades rurais nos ramais Novo, da Inveja e Bom Jesus constituem boas referências no plantio consorciado de abacaxi (*Ananas sp.*) com o gergelim (*Sesanum indicum*). Essas experiências têm efeito demonstrativo pela adoção de técnicas de cultivo, como o plantio em fileiras simples, em curva de nível, consorciação, seleção e descontaminação de mudas, etc. Com respeito a isso, apesar do cultivo de abacaxi ser prática freqüente em todo o município merece destaque o exemplo da propriedade do senhor Ceará que no momento da pesquisa disponha de 8.000 pés aparentemente muito bem cuidados (Figura 51).

Registra-se também a presença de pequenas fazendas de criação de gado, estrategicamente localizadas em áreas de contato direto da floresta com as áreas alagadiças (franjas de lagos) ou, às vezes, ligadas a remanescentes de florestas de baixos portes, a exemplo da fazenda Bom Jesus.

A infra-estrutura produtiva local apesar de simplificada é favorecida pela presença de estrada, ramais e de energia elétrica que, dentre outros aspectos, favorecem o escoamento da produção e a criação de agroindústrias locais.



FIGURA 51 - Registro do abacaxizal do senhor Ceará.

LOCALIDADE: AJUDANTE E VIZINHANÇA ÎMEDIATA

A origem da comunidade de Ajudante também está históricamente ligada às primeiras famílias de Mazagão Velho cuja movimentação para instalação de suas atividades agrícolas, no principio do século XX, se dava só pelo igarapé Nossa Senhora do Ajudante. Atualmente, a comunidade é formada por três núcleos populacionais: - o da sede da comunidade, onde está a capela, centro comunitário, posto médico e Escola Estadual Presidente Costa e Silva; o da "Vila Queiroz" formada pela família (extensiva) Queiroz, com um agregado em torno de 60 pessoas; e o da "Vila Maranhense", assim designada pelos imigrados do estado do Maranhão, sendo este o núcleo mais recente com cerca de 16 anos de existência, e conta aproximadamente com 28 pessoas unidas por relação de parentesco (consangüíneo e afinidade).

A localização desses núcleos é o próprio eixo da EAP-010 no trecho imediato ao igarapé Ajudante onde se mantêm com grandes proximidades entre si (Figura 52). A vida local é compartilhada pelas atividades características da pequena agricultura familiar, extrativismo principalmente de autoconsumo, cotidianos comunitários, cultos à religiosidade, etc.

O domingo é o melhor dia para reunir a comunidade após a celebração do culto religioso na capela local. Justo, nesse sentido, com o apoio de lideranças locais também foi possível conhecer um pouco da vida local, incluindo expectativas e problemáticas ligadas



FIGURA 52 - Registros da reunião com a comunidade.

aos seus cotidianos e projetos futuros. O cenário envolveu uma oficina participativa na Escola Estadual Presidente Costa e Silva que contou com representantes e membros da comunidade, professores e alunos (Figura 52).

As informações prestadas pela comunidade foram as mais diversas possíveis. As gerais foram tratadas conjuntamente às demais localidades e outras, mais especificas, foram conciliadas com investigações de campo e trabalho em laboratório.

Na visão da comunidade, as questões a seguir relacionadas constituem preocupações imediatas em torno de melhorias locais:

- **Educação** A Escola Estadual Presidente Costa Silva, construída há mais de 25 anos, atendendo 42 alunos, dispõe de apenas uma sala de aula e têm grandes dificuldades no suprimento de água para necessidades básicas;
- **Saúde** O posto municipal convive com dificuldades diversas que tornam precário o atendimento;
- Organização social A comunidade busca se organizar através da Associação dos agricultores de Ajudante que congrega 28 associados. Principais discussões giram em torno da instalação de sistema de comunicação comunitária, expansão de energia elétrica, transporte da produção, construção de sede própria, implantação e irrigação de horta. A valorização religiosa, em devoção a Nossa Senhora da Piedade (1 e 2 de julho) e Nossa Senhora das Dores (14 e 15 de setembro) também são questões tratadas pela referida associação.

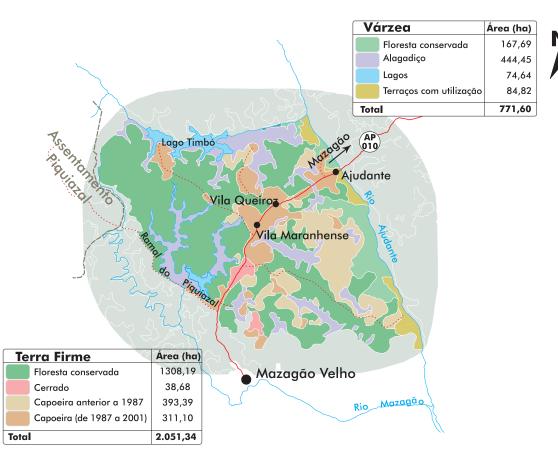


FIGURA 53 - Condição natural e planimetria da localidade Ajudante e vizinhança ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

A Terra Circundante (Os Estoques Naturais)

A terra que a população local dispõe para suas atividades produtivas é representada igualmente por recortes de terra firme e áreas alagadiças que se estendem até encontrar a várzea ribeirinha alimentada pelo igarapé Ajudante (Figura 53). Na terra firme a cobertura vegetal é praticamente representada por capoeiras em diferentes fases de desenvolvimento, decorre da longa história da atividade agrícola local baseada na itinerância de roçados. Em alguns locais, entre a terra firme e a margem do igarapé, formam-se pequenos terraços que permanecem livres de inundação direta pelo menos alguns meses ao ano. Nessas áreas são comuns os cultivos de banana, milho, melancia, dentre outras (Figura 55).

Nas áreas alagadiças que circundam a localidade, iguais aos outros locais, tem-se a presença da pecuária bubalina que é desenvolvida em regime extensivo por criadores de fora .

Os resultados das análises químicas de seis amostras de solos dessa localidade submetidos à análise de freqüência (Figura 54) demonstraram que todas elas apresentam acidez elevada, saturação por bases baixa, saturação por alumínio alta e baixos teores de Ca²++ Mg²+. Na maioria das amostras (83%) foi encontrado baixo teor de potássio (K+) e, no restante, teores médios. Para o elemento fósforo (P) a totalidade das amostras apresentou

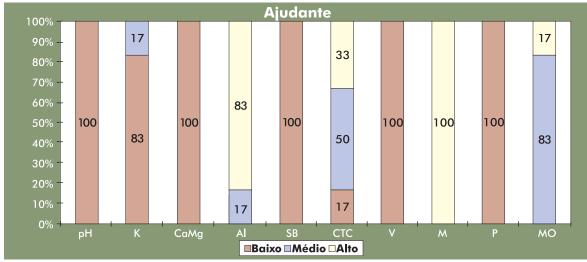


FIGURA 54 - Freqüência relativa dos resultados das análises químicas dos solos da localidade 🗉 Fonte: Embrapa.



FIGURA 55 - Vista de um terraço ribeirinho que foi roçado e queimado para a plantação de milho e banana

baixos níveis de concentração. Com relação ao teor de matéria orgânica, a maioria (83%) das amostras apresentou teores médios e o restante teores altos. A CTC encontrada foi média em 50% das amostras, alta em 33% e baixa em17%. Esses resultados indicam a necessidade de calagem e de adubação potássica e fosfatada para que os solos da localidade se tornem apropriados ao desenvolvimento da agricultura.

MAZAGÃO VELHO: RECORTES SÓCIO-CULTURAIS

Síntese Histórica

A origem de Mazagão Velho data do princípio da década de 1770 com a chegada de 163 famílias (e seus escravos) vindas da cidadela de Mazagon, na África, região da Mauritânia, do reino de Marrocos e que faziam parte do conjunto das 340 famílias, as quais, por determinação do rei de Portugal, D. José I, foram retiradas da região em virtude das lutas bélicas entre cristãos e mouros, estes os primitivos habitantes daquela região conquistada por Portugal no período de sua política de expansão ultramarina.

Politicamente, a Mazagão amazônica, atualmente Mazagão Velho, foi o centro dinâmico da região, quer como vila inicialmente instituída, quer como sede da Comarca até 1915, quando essa primazia passou à Mazaganópolis (Mazagão Novo).

Vida Local

Atualmente, a vila Mazagão Velho parece ressentir-se de uma grande atenção que faça jus à sua importância histórica e lhe possibilite maiores avanços incluindo elevar à condição de pólo turístico do estado. Sua atual paisagem urbanística, em que pese adequar-se mais aos costumes modernos de habitação, comércio, arruamentos, etc., ainda guarda relíquias de um passado distante, na forma de ruínas e de algumas construções que se mantêm mesmo sem o devido amparo das instituições responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural.

A igreja de Nossa Senhora da Assunção, segunda construída na comunidade, é uma das referências do acervo sacro, histórico e artístico cultural da comunidade (Figura 56). Os festejos de Nossa Senhora da Assunção são realizados anualmente no mês de agosto.



FIGURA 56 - Vista geral da praça e da igreja de Nossa Senhora da Assunção.

Pelo último censo (IBGE, 2000), a população urbana de Mazagão Velho situava-se em torno de 670 pessoas. Dentre os equipamentos de serviço público, a localidade conta com o atendimento do Posto de Saúde, Escola Estadual Professora Antônia Silva Santos que oferece ensino fundamental e segundo grau (modular), comunicação telefônica, energia elétrica, transporte coletivo inter-municipal e serviço de abastecimento de água.

Religiosidade

Pelo que se pode deduzir do quadro abaixo, a psicologia social da comunidade de Mazagão Velho é determinada pela religiosidade, emanada do catolicismo "popular", cuja dinâmica representa uma espécie de ufanismo ao afirmar que "aqui a gente tem santo (festa de santo) o ano todo". Esse fenômeno, se por um lado garante a mobilização e integração comunitária, emprestando-lhe identidade própria - como comunidade muito "religiosa" - por outro, para certas correntes econômicas e/ou sociológicas, costuma ser visto

TABELA 11 - Calendário Devocionário de Mazagão Velho

Mês	Data	Evento
Janeiro	06	Festa de Santos Reis
Janeiro	10	São Gonçalo (ladainha, folia e sairé)
Janeiro	20	São Sebastião (ladainha)
Fevereiro	03	São Braz
Março/abril	40 dias (móvel)	Quaresma
Abril	7 dias (móvel)	Semana Santa/Páscoa. Procissão do Senhor com o "cântico da Verônica"
Maio	29	Ascensão do Senhor
Junho	Período	Folguedos Juninos
Julho	4 a 11	Nossa Senhora da Piedade (ladainha, procissão fluvial e terrestre, batuque de obrigação e profano)
Julho	16 a 28	Festa de São Tiago dos adultos e das crianças (ladainha, presente, baile de máscaras, procissão, cavalhada - rememoração das lutas entre mouros e cristãos)
Agosto	15	Assunção de Nossa Senhora (novena)
Agosto	24	Divino Espírito Santo (novena, folia, marabaixo de rua)
Setembro	7 e 8	Nossa Senhora da Luz
Outubro	1° ou 3° dom.	Nossa Senhora de Nazaré
Novembro	1	Todos os Santos
Novembro	2	Finados
Dezembro	8	Nossa Senhora da Conceição

Fonte: Pesquisa de campo - COT/IEPA - 2003.

como fator de resistência ao "progresso" - no sentido que, o somatório dos "dias de guarda", portanto, sem produção econômica, pode implicar no aumento de dependência (econômica) que, em muito, é minimizada pelo assistencialismo e outras formas de manipulação, inclusive político - eleitorais.

A festa de Nossa Senhora da Piedade, que ocorre de 04 a 11 de julho, com seu novenário, folias, cortejo em terra e fluvial, seus batuque de obrigação e profanos (dançante) e sua estrutura de poder (mantenedores, labardistas, alferes bandeira, mestre sala, tamboreiros, taboqueiros e carregadores da pedra da Penitência), representa, além da manifestação de fé à Santa, uma expressão da resistência dos negros à dominação dos senhores cuja manifestação tradicional, a festa de São Tiago, implantada a partir de 25 de julho de 1775, representava uma de suas mais significativas expressões deste "poder".

Atualmente, a festa de São Tiago, (Figura 57) dada sua referência histórica de dominação, destaca-se no eventos culturais do Estado do Amapá, recebendo apoio oficial para sua realização. A festa ocorre anualmente de 16 a 28 de julho, com destaque para os dias 24 e 25 quando há o "baile de máscara" (24 à noite), a Procissão do São Tiago (manhã de 25) e a apresentação do teatro popular encenando as "batalhas entre mouros e cristãos" (25 à tarde).



FIGURA 57 - Cavaleiros da festa de São Tiago.



FIGURA 58 - Registros da festa do Divino Espírito Santo.



 $\label{eq:Figura} \textit{Figura } \textbf{59 - Registros da festa do Divino Espírito Santo.}$



FIGURA 60 - Registros da festa do Divino Espírito Santo.

Flashes da festa do Divino Espírito Santo

O período de 15 a 24 de agosto é dedicado ao devocionário do Divino Espírito Santo (Figuras 58, 59 e 60). Os festejos constam do novenário e folia, ao longo do período e, no dia 24, ritual de "coroação da imperatriz", como parte do cerimonial litúrgico, seguido do "cortejo imperial" que, saindo da igreja segue até ao Centro Comunitário, onde recebe as devidas homenagens.

Em seguida é servido o tradicional "chocolate caseiro" e várias iguarias; após o que tem início o marabaixo de rua, com participação popular e muita animação.

No início da Festa ocorre a "Levantação" do "Mastro Votivo", ornamentado com folhagem da *murta* e encimado com a "Bandeira do Divino", fortes elementos simbólicos da relação entre os devotos da divindade e a expectativa de bem-estar espiritual e material. No clímax da Festa, dia 24 de agosto por volta das 17:30 horas, tem início a cerimônia de "Derrubação do Mastro".

Um Roteiro Histórico Cultural e Turístico

Pelo que se expõe anteriormente, é fácil compreender que Mazagão Velho sintetiza o acervo dos ritmos de procedência africana da região marroquina, trazidos pelas famílias chegadas à região do Mutuacá a partir de 1771. Com eles veio o marabaixo, dançado pela população negra por ocasião da festa do Divino Espírito Santo, que em Mazagão Velho, é realizada de 17 a 24 de agosto. Outro ritmo foi o batuque, que faz parte do quadro ritualístico da festa em louvor à Nossa Senhora da Piedade, como batuque de

obrigação, por ocasião das ladainhas e dos cortejos e procissões, e nos "bailes", como batuque profano (tanto marabaixo, quanto batuque, de Mazagão Velho foram difundidos para outras localidades amapaenses). Outro ritmo é o "vominez", dançado pelos atores/soldados durante a representação das "batalhas" entre "mouros e cristãos" e ao final da representação, na tarde de 25 de julho, como parte dos festejos dos cristãos pela vitória final contra os mouros, finalizando a Festa de São Tiago. Além desses, ainda há o "sairé", designação regional para um ritmo de origem africana apresentado por ocasião da festa de São Gonçalo, que ocorre dias 09 e 10 de janeiro, como dança ritualística e profana; este santo, conforme constatado na comunidade, é padroeiro/casamenteiro das "moças velhas", cujos principais eventos são: a ladainha, a procissão dos sinos e o baile, com o batuque do "sairé".

Em Mazagão Velho também se destaca o artesanato cerâmico, na forma de produção isolada, se integrando ao conjunto das manifestações artístico-culturais da população que mantém viva esta peculiaridade da população tradicional rural. A produção das peças utilitárias (tipo potes, panelas, alguidar, bilhas...) são comercializadas, com maior freqüência, na própria localidade e circunvizinhanças e normalmente feitas por encomenda. Já as peças ornamentais, estas em maior número, são enviadas para a Casa do Artesão de Mazagão Novo e de Macapá, onde são repassadas em consignação.

Como se pode observar na Figura 61, as formas são diversificadas para atender tanto a demanda por peças ornamentais quanto utilitárias. As peças ornamentais se caracterizam principalmente por seus aspectos zoomorfos.



FIGURA 61 - Produtos do artesanato cerâmico.

EIXO DE OCUPAÇÃO RODOVIA EAP-020: RAMAL CAMAIPI

■ A COMUNIDADE



EIXO DE OCUPAÇÃO RODOVIA EAP-020: RAMAL CAMAIPI

A abertura em definitivo do ramal Camaipi, data dos finais dos anos setenta e inicio da década seguinte, certamente como estratégia para ampliar as fronteiras de colonização e integração rural do município. O ramal mede aproximadamente 50,3 km sendo via de ligação da EAP-010 com a BR-156. Passados 33 anos da sua implantação, a ocupação do ramal está assim constituída:

- Toda sua extensão é composta por moradores dispersamente distribuídos, estando alguns trechos mais ocupados que outros;
- Os primeiros 23 quilômetros a partir da EAP-010 são os que apresentam maior número de agricultores, presença de escola, posto de saúde o que lhes justifica a denominação de principal núcleo comunitário;
- A grosso modo, a atividade agrícola representa a maioria (90%) das formas de uso das propriedades locais, efetivamente ocupadas, ficando os 10% restantes representados por pequenos criadores de gado;
- A ocupação e uso diferenciados do ramal permitem caracterizá-lo segundo a Figura 62.

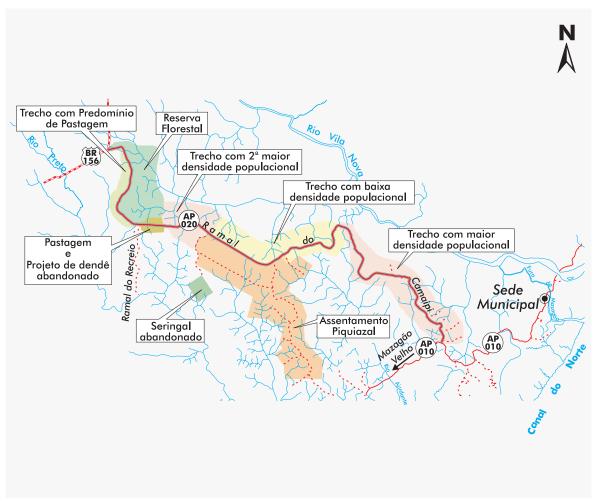


FIGURA 62 - Formas de ocupação da EAP-020. Projeção inferida ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

A COMUNIDADE

Como já foi dito anteriormente, apesar do ramal Camaipi encontrar-se ocupado em toda sua extensão, é considerado comunidade pelos moradores que ocupam os primeiros 23 km da via que, além de representarem o maior número de agricultores ainda constituem os mais antigos ocupantes locais.

A rápida convivência com essa comunidade constou de uma reunião na Escola Estadual Graziela Reis de Souza (Figuras 63 e 64) participada por lideranças e membros da comunidade após os esforços da associação local no sentido de superar as dificuldades decorrentes da dispersão da população. Pelas informações prestadas, pode-se observar que alguns problemas são semelhantes aos vividos por outras comunidades, como por exemplo, a falta de apoio ao desenvolvimento local com pouca oferta de insumos à produção, assistências técnicas, transporte, etc. Outras informações resultantes da reunião tratam especificamente de questões locais, que estão listadas a seguir.

- O atendimento à educação é feito através da Escola Estadual Graziela Reis de Souza que mantém cerca de 21 alunos (SEED-2000) freqüentando da 1ª a 4ª série, em dois turnos. Pelo informado, a comunidade de Camaipi tem demandas para a implantação das outras séries do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e educação para adultos. Quanto ao prédio escolar, este precisa de reformas, sofrer adaptações e aquisição de equipamento didático. O transporte para os alunos que residem longe da escola é defendido por todos os presentes;
- Para o atendimento à saúde, existe um profissional de nível médio que atende em seu domicílio, pois o prédio destinado à unidade de saúde da comunidade está desativado. No que tange ao controle da malária, a identificação do agente etiológico é realizada na própria comunidade. O número de casos positivos de malária em 2000 foi muito alto, representando cerca de 50% dos domicílios, muito superior a média estadual;



FIGURA 63 - Registro da reunião com a comunidade.

- A ocupação antrópica do ramal do Camaipi (Figura 65) também conta com grandes propriedades que, na visão da comunidade, em nada contribuem para o desenvolvimento local, além de restringir às oportunidades de socialização da terra;
- Nas visitas locais, entre outros aspectos, deu-se destaque às situações listadas abaixo:
 - A agricultura básica da comunidade assemelha-se a de outras localidades centrada na produção da farinha de mandioca que usa força de trabalho exclusivamente familiar;
 - Alguns agricultores, entretanto mantêm outros cultivos em maior escala como é o caso do abacaxi, citros e cupuaçu sendo o primeiro um dos produtos de maior importância na composição de renda familiar, (Tabela 10);
 - O cultivo de abacaxi vem enfrentando sérios problemas de ataques de pragas e doenças, com grande impacto na sua produção e comercialização;
 - Toda a comunidade é servida por eletrificação rural e o transporte para a comercialização da produção é gratuito;
 - Nas propriedades dos senhores Sidraque Aranha da Silva e Oliveira Antônio de Souza (Ceará), foram localizados e mapeados pequenos sítios de Terra Preta de Índio que já vêm sendo incorporado à dinâmica produtiva dos proprietários.



FIGURA 64 - Registro da reunião com a comunidade.

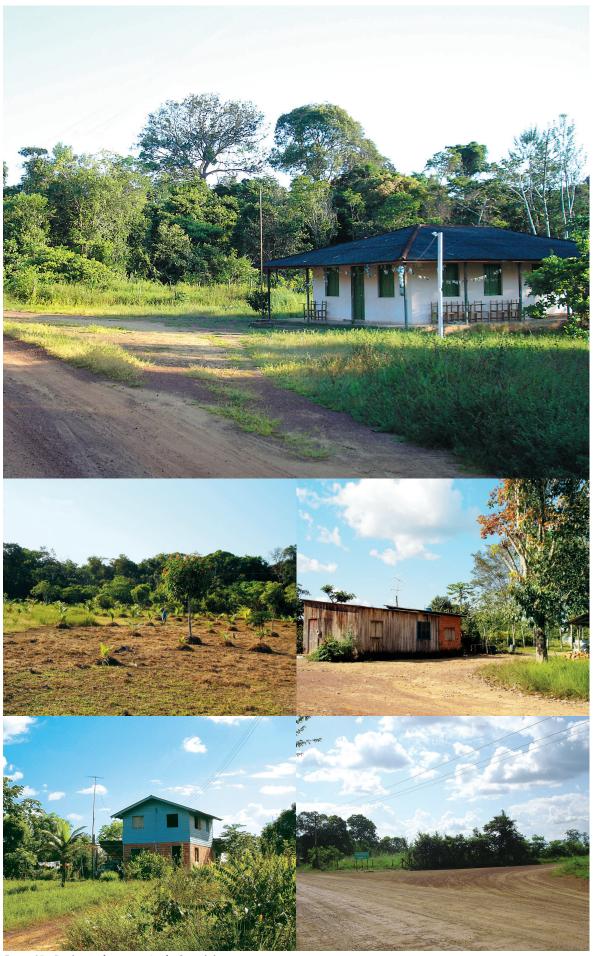


FIGURA 65 - Registros da ocupação do Camaipi.

O resultado das análises químicas de dez amostras de solos dessa localidade submetidos a análise de freqüência (Figura 66) demonstrou que a maioria (90%) das amostras possuem acidez elevada, saturação por bases baixa, saturação por alumínio alta e baixos teores de Ca²⁺+ Mg²⁺.

Na totalidade das amostras, os teores de potássio e fósforo foram baixos. Com relação a matéria orgânica a maioria (90%) das amostras analisadas apresentou teores altos, ficando o restante com teores médios. A CTC foi média em 80% das amostras, alta em 10% e baixa em 10%. Esses resultados indicam a necessidade de calagem e de adubação para melhorar as condições de fertilidade do solo local.

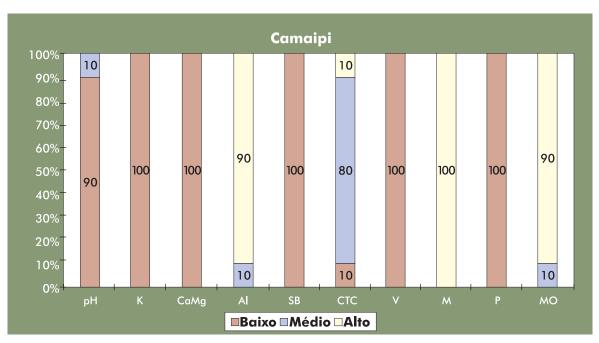


FIGURA 66 - Freqüência relativa dos resultados das análises químicas dos solos da localidade 🗷 Fonte: Embrapa.

Assentamento Piquiazal: O Desafio de Continuar

■ Um dia de Convivência com a Comunidade ■ Produção Local de Carvão Vegetal ■ Solo: o que dizer a respeito? ■ A Terra Alagadiça



ASSENTAMENTO PIQUIAZAL: O DESAFIO DE CONTINUAR

O assentamento Piquiazal, criado pela Portaria N°000289 de 01 de abril de 1987/INCRA têm uma área de 60,25 km² e, no momento da pesquisa, eram ocupados por cerca de 155 famílias assentadas (Fonte: INCRA, 2002). Na Figura 67, ilustrativa da situação espacial do assentamento, destacam-se as seguintes informações:

- O acesso terrestre ao assentamento pode ser feito diretamente através da EAP-020 e, indiretamente, por uma vicinal da EAP-010, nas proximidades de Mazagão Velho;
- O assentamento tem como principais vias de circulação interior os ramais Piquiazal e Pioneiro;
- A parte do assentamento chamada de Pioneiro, não dispõe de vicinais, já a parte chamada de Piquiazal, dispõe de três vicinais;
- O domínio natural do assentamento situa-se em ambiente de terra firme associado a áreas alagadiças;
- A extensão territorial dessas tipologias naturais abrange:
 - 40,0 km² de terra firme;
 - 2,5 km² de áreas alagadiças.
- Na terra firme a cobertura vegetal dominante é de floresta densa;
- Observando o croqui de loteamento do assentamento vê-se que a maioria dos lotes dispõe somente de terra firme e alguns dispõem de terra firme e área alagadiça, em proporções variáveis;
- A extensão de floresta transformada em capoeira, decorrente da atividade agrícola, soma 17,75 km²;

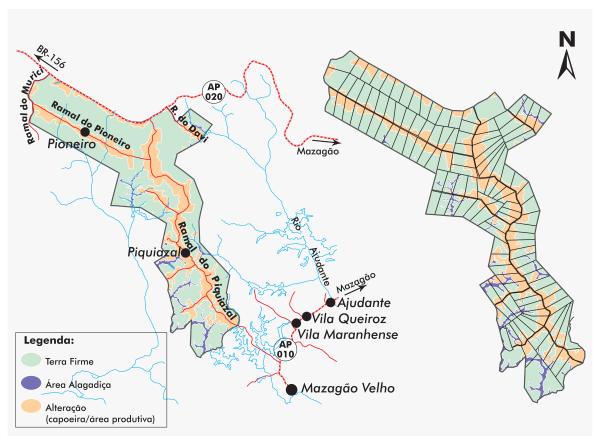


FIGURA 67 - Mapeamentos do assentamento Piquiazal ■ Fonte: COT/IETPA - 2003.

UM DIA DE CONVIVÊNCIA COM A COMUNIDADE

É possível que, em função das dificuldades e indefinições vividas, a população do assentamento Piquiazal têm muita vontade de discutir e compartilhar seus problemas. Esta pode ser uma boa explicação para traduzir o empenho das lideranças locais e a forte participação das comunidades do Pioneiro, Piquiazal e Mazagão Velho na grande oficina de investigação coletiva. O cenário foi o mais natural possível, tendo como ambiente de trabalho as instalações físicas e o quintal da propriedade do senhor José Rodrigues Mesquita, conhecido localmente como "seu camaleão", que não mediu esforços para ajudar e acompanhar todos os trabalhos realizados no assentamento (Figuras 68 e 69).

A descontração e a simpatia da população local possibilitou que os trabalhos de levantamento e a discussão das problemáticas locais pudessem ser realizados com pleno êxito, superando toda e qualquer eventual dificuldade material.



FIGURA 68 - Registros da reunião com a comunidade.

Com isso, grupos de trabalho foram organizados nas mais diversas situações, ao ar livre, em interiores de residências, caracterizando assim uma rica experiência participativa, amplamente compartilhada por representantes e membros da comunidade, representantes institucionais, professores, alunos, etc.



Figura 69 - Registros da reunião com a comunidade.

Resultado desses momentos de aprendizagem, trocas de experiências e convivência pessoal é reproduzido, a seguir, numa síntese da visão da comunidade sobre questões diversas do assentamento, incluindo os cotidianos da vida e trabalho a percepção dos problemas coletivos e suas propostas de solução.

QUADRO 01 - Síntese das particularidades de vida do assentamento.

Indicadores Situação A maioria das residências utiliza água de poço amazônico; ■ Todo o assentamento dispõe de eletrificação rural; ■ Não dispõe de telefone; Acesso a ■ Má conservação de ramais; serviços gerais ■ O transporte da produção é deficitário, e • Graves problemas com projetos essenciais como da instalação de poços artesianos e construção de residências da agrovila. O assentamento é atendido no ensino fundamental (1ª a 4ª séries), por duas escolas estaduais (ramais Piquiazal e Pioneiro) que estão necessitando de restaurações físicas. A escola de Piquiazal tem pouca iluminação nas salas de <u>Assis</u>tência à aula; falta água no verão por que o poço amazônico, que educação básica serve a escola, seca; a escola do Pioneiro está com suas instalações físicas inacabadas. Ao concluir a 4ª série do ensino fundamental, para continuarem seus estudos os alunos necessitam deslocar-se para Mazagão Velho ou para a sede de Mazagão, o que constitui um problema a mais para as famílias dos mesmos. Existem dois postos municipais de saúde (ramais Piquiazal e Pioneiro), o primeiro conta apenas com uma agente de enfermagem e o segundo com uma agente de enfermagem e Assistência à duas parteiras tradicionais. Ambos têm problemas com o translado emergencial de doentes, falta d'água e de saúde medicamentos. As doenças respiratórias são as que mais atingem a população, provavelmente, devido aos serviços de carvoaria vegetal. A Associação dos Agricultores do Piquiazal é a entidade que congrega os produtores locais com um efetivo de 34 sócios. <u>Organização</u> Dentre suas dificuldades foi destacado a inadimplência junto a Receita Federal. Além dessa associação, existe a Associação social dos Agricultores de Mazagão Velho que também agrega vários agricultores do assentamento. Dentre as problemáticas apontadas, transporte para o escoamento da produção, conservação deficiente de ramais e limitações naturais do solo foram as mais relacionadas como fatores restritivos ao desenvolvimento da agricultura local e, **Atividade** certamente, como elementos de estímulo à produção local de produtiva carvão enquanto alternativa para a subsistência da comunidade. O assentamento conta com 35 km de estradas/vicinais implantados, mas em precárias condições de tráfego e 10 km projetados.

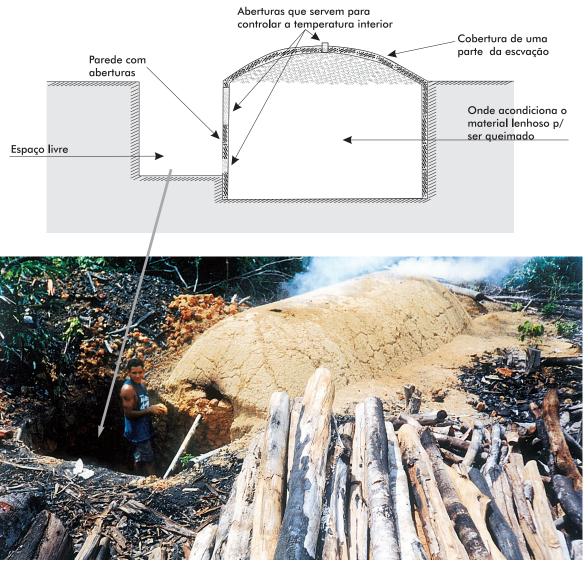
Fonte: Pesquisa de campo. COT/IEPA - 2003.

Valorizando um pouco mais a visão da comunidade sobre suas particularidades de vida, principalmente na área produtiva, são apresentadas outras informações que objetivam ampliar o conhecimento sobre a realidade local.

Produção Local de Carvão Vegetal

No item acima que trata do rendimento familiar do assentamento, foi visto que a contribuição do extrativismo chega a 44,3% e deste 37,6% correspondem à comercialização de carvão vegetal. Na reunião comunitária foi informado que alguns produtores de carvão chegam a produzir 700 sacos/ano o que corresponde a uma renda anual aproximada de R\$ 2.100,00. Esta situação vem sendo objeto de discussões técnicas que, em alguns casos, têm contado com importantes explicações de pessoas da comunidade. Para este documento, dada a oportunidade de conhecer um pouco da referida realidade, faz-se oportuno registrar alguns de seus aspectos operacionais:

■ A produção do carvão vegetal constitui uma prática muito comum no meio rural cujo processamento se baseia na queima de partes vegetais lenhosas em locais apropriados conhecidos como forno e caieira (Figuras 70 e 71);

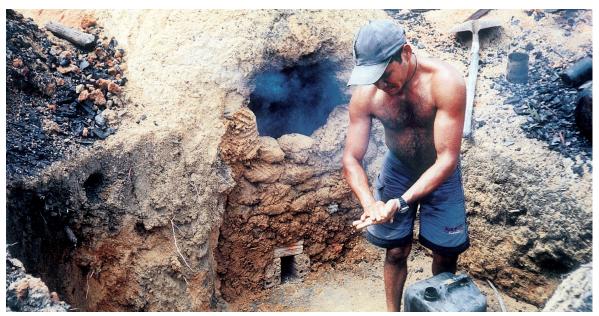


FIGURAS 70 - Croqui ilustrativo e registro fotográfico de um forno utilizado para fabricação de carvão ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

- Grosseiramente, o forno e a caieira são pequenas escavações no solo onde ficam acondicionadas as partes vegetais. A caieira é de construção mais simples, sem muita preocupação com o controle da queima da matéria prima. O forno, ao contrário, é de maior proporção e possui outros detalhes como a cobertura em barro batido, parede interior, e aberturas para o controle da temperatura interior e liberação da fumaça. Estas caraterísticas oferecem melhores condições ao preparo do carvão.
- Os fornos são construídos próximos dos roçados ou de áreas como ramais recém abertos, locais para habitação, etc, de modo a facilitar o aproveitamento da madeira disponível;
- No preparo do carvão, mesmo utilizando partes vegetais resultantes de outras operações, todo o trabalho inclui pesadas etapas de desgalhamento, padronização do tamanho e o transporte da madeira;
- A total desproteção pessoal no preparo e manipulação do carvão vêm ocasionando problemas respiratórios às pessoas diretamente envolvidas, segundo depoimentos da comunidade.

SOLO: O QUE DIZER A RESPEITO?

O resultados das análises químicas das 21 amostras de solos da localidade submetidos à análise de freqüência (Figura 72), demonstrou que a maioria das amostras (90%), apresentam acidez elevada, saturação por bases baixa e saturação por alumínio alta em 80% das amostras, média em 10% e baixa nos 10% restantes. Baixos teores de Ca²+ Mg²+ em 86% das amostras e médios nas restantes. Com relação aos teores de K+ e P, a maioria das amostras (81%) apresentou teor baixo de potássio (K+), apresentanto o restante (19%), teor médio. Na totalidade das amostras foram encontrados baixos níveis de fósforo (P). Com relação aos teores de matéria orgânica, a maioria das amostras (62%) apresentou teores altos e, as restantes, teores médios. A CTC foi média em 52% das amostras e alta em 48%. Esses resultados indicam a necessidade de calagem e adubação potássica e fosfatada a fim de que os solos da região se tornem apropriados para o desenvolvimento da agricultura.



Figuras 71 - Registro da produção de carvão.

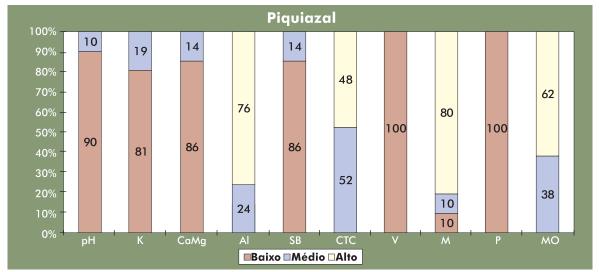


FIGURA 72 - Freqüência relativa dos resultados das análises químicas dos solos da localidade 🛮 Fonte: Embrapa.

Além desses resultados foi realizada uma análise particular para comparar a quantidade de cascalho (piçarra) das amostras de solo do Piquiazal com de outras localidades que também contém cascalho. Pelo demonstrado na Figura 73, verifica-se que os resultados do Piquiazal contêm em média 367g/kg de piçarra e 633g/kg de terra fina, enquanto que nos outros locais, a proporção é de 12g/kg de piçarra. Tal fato tem implicações diretas no manejo do solo e na escolha das culturas a serem implantadas.

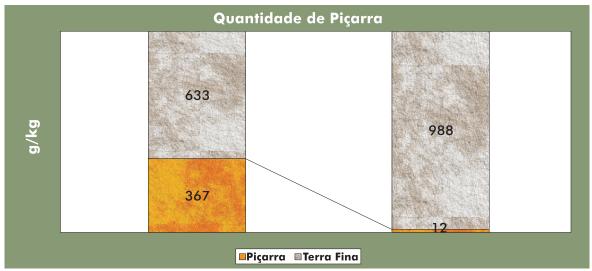


FIGURA 73 - Análise comparativa do teor de piçarra
Fonte: Embrapa.

A TERRA ALAGADIÇA

Produção de carvão, atividade agrícola, qualidade do solo são, todas, questões da maior importância para o assentamento, mas se restringem ao aporte da terra firme disponível. Outra condição natural do assentamento, e igualmente relevante, é dada pela presença de áreas alagadiças que incluem campos inundáveis e pequenos lagos em proporções variáveis (Figura 74). O conjunto desses ambientes particulares, cujo regime aquático é diretamente controlado pelos níveis de chuvas regionais, chega a caracterizar episódios funcionais bem distintos como:

- Início da cheia ==> dezembro/janeiro==>coincide com as primeiras chuvas;
- Rápido crescimento das águas ==> janeiro/abril ==> coincide com o maior volume de chuvas;
- Aparente estabilidade do nível de cheia ==> maio/junho ==> coincide com a diminuição das chuvas, mas ainda mantendo a altura da lâmina d'água;
- Início da seca ==> julho/agosto ==> coincide com o abaixamento da lâmina d'água;
- Prolongamento e ponto máximo da seca ==> setembro/novembro ==> coincide com o período de menor precipitação pluviométrica, onde a lâmina d'água dessas áreas alagadiças se reduz drasticamente.



FIGURA 74 - Registros de áreas alagadiças em época de cheia.

Vistas no conjunto das atividades locais, as áreas alagadiças parecem não ter função muito bem definida a não ser como base extemporânea da caça e pesca de subsistência. Essas áreas, em termos biológicos, são altamente especializadas, dispondo de vida aquática compartilhada por diferentes grupos de animais dentre os quais, algumas aves, mamíferos e répteis utilizados na alimentação humana, além dos vários tipos de peixes. No período seco, como acontece em outras partes deste estado, que dispõem de iguais condições naturais, é comum a prática de queima dos campos, a princípio sem muita justificativa, pois sem pecuária não há necessidade do manejo de capim (Figura 75).



FIGURA 75 - Registro de área alagadiça em época de seca e de queimada.

EIXO DE OCUPAÇÃO: MARGEM DIREITA DA BR-156 ENTRE OS RIOS VILA NOVA E PRETO

■ EIXO DE OCUPAÇÃO: MARGEM DIREITA DA BR-156 ENTRE OS RIOS VILA NOVA E PRETO



EIXO DE OCUPAÇÃO: MARGEM DIREITA DA BR-156 ENTRE OS RIOS VILA NOVA E PRETO

A margem direita desse trecho viário (Figura 76) é demarcada pela presença de três fisionomias naturais que a partir do rio Vila Nova assumem as seguintes caracterizações: numa extensão aproximada de 2 km a paisagem é tipicamente formada por terras baixas de influência ribeirinha. A partir daí, todo o restante do trecho é caracterizado pelo predomínio de floresta densa de terra firme sob condições diferenciadas de relevo: a primeira, imediatamente seguinte à fisionomia anterior, é caracteristicamente de relevo forte-ondulado que se estende até um pouco além do igarapé do Bispo. A condição seguinte, com predomínio de relevo ondulado, dá continuidade à anterior e se estende até encontrar a borda do rio Preto.

A ocupação humana do referido eixo, embora careça de maiores registros, configura-se muito mais como processos ligados à própria história de abertura e ocupação da BR-156 no prolongamento Macapá/Laranjal do Jari do que, propriamente, como resultante de programações específicas do município de Mazagão. Assim sendo passadas três décadas da abertura desse trecho viário é possível descrevê-lo com as seguintes padronizações espaciais:

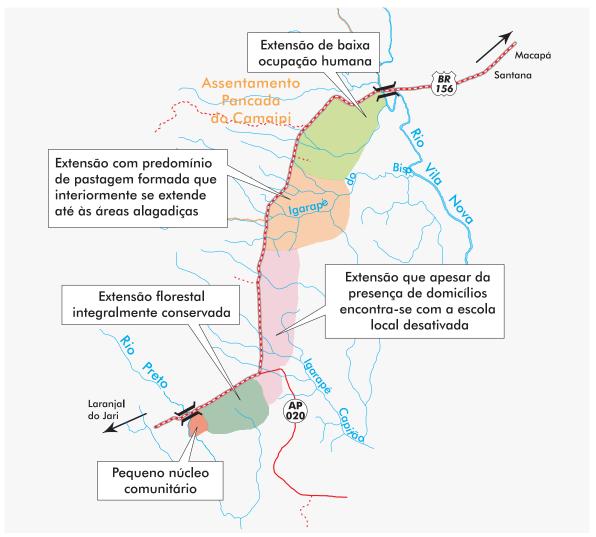


FIGURA 76 - Formas de ocupação do trecho da BR-156 em estudo. Projeção inferida ■ Fonte: COT/IEPA - 2003.

Na extensão de baixa ocupação humana, afora o trecho de influência ribeirinha, que é utilizado por uma propriedade comercial e como pastagem natural, todo o restante é marcado por grandes maciços florestais que não aparentam marcas de intervenções relevantes o que lhe atribui caráter de amostra natural bem conservada com pelo menos três características altamente representativas:

- O relevo é fortemente ondulado (acidentado) o que desaconselha grandes intervenções na cobertura vegetal;
- A floresta local é densa, de alto porte, rica em espécies madeiráveis e na presença de nichos particulares como é o caso das grotas que abrigam densas populações de açaizeiro (*Euterpe oleracea*) dentre outras;
- A ocupação humana é feita por apenas um morador.

O padrão marcado pelo predomínio de pastagem formada (Figura 77) se estende da BR-156 até encontrar às áreas alagadiças interiores que são acessadas pelo igarapé do Bispo. Comparado a outras formas de ocupação local, esse padrão configura um quadro mais ou menos tendencioso que é dado pela maior presença da pecuária em terra firme. Neste caso a floresta é integralmente convertida em pastagem, mas o regime de criação bovina continua a ser extensivo. O mesmo quadro também implica numa segunda tendência local que diz respeito à posse da terra em mãos de proprietários não residentes diretamente na propriedade.



Figura 77 - Registro de uma pastagem formada.

O padrão que dispõe de maior presença de domicílios na margem da rodovia dá continuidade ao anterior e se estende até ultrapassar o ramal do Camaipi. Nesse percurso, além das habitações também estão presentes algumas propriedades com pastagens formadas, roçados com lavoura de mandioca, quintais produtivos e escola que no momento da pesquisa encontrava-se desativada. Em alguns locais dessa unidade espacial, também foram registrados pequenos ramais utilizados para a exploração madeireira.

O padrão seguinte abrange uma amostra florestal aparentemente integralmente conservada que se faz destacar pela riqueza de angelim-vermelho (*Dinizia excelsa*).

Finalmente, o padrão espacial, ainda de terra firme, que chega até a margem esquerda do rio Preto. Nessa unidade espacial, tem-se a presença de um núcleo comunitário composto por moradores do referido rio e da Escola Estadual José Hilário que atende aos alunos locais e também aos da outra margem do rio que já fazem parte do assentamento agroextrativista do Maracá.

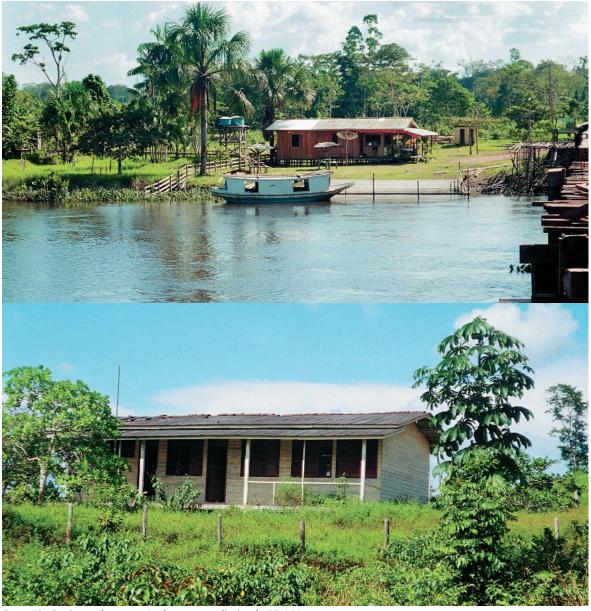


FIGURA 78 - Registros da ocupação da margem direita da BR-156.

Considerações e Recomendações

■ EXPLICAÇÃO ÎNICIAL



EXPLICAÇÃO INICIAL

Ao longo dos capítulos anteriores, foram levantadas diferentes informações sobre o município e, em particular, sobre uma pequena parte de seu território considerada como área de importância imediata para o planejamento e gestão municipal. Os termos utilizados para comunicar as mais diversas situações procuraram isentar-se de maiores subjetividades de modo a não originar conclusões parciais que pudessem interferir na lógica integral do estudo.

Propositalmente, todos os conteúdos apresentados demonstraram situações reais, fatos, análises, descrições, caracterizações, todas num plano de diagnóstico das realidades, tão somente. Julgou-se necessário oferecer um cenário de conhecimentos iniciais que dessem ao leitor maior propriedade para o acompanhamento, compreensão ou discordância das conclusões e recomendações técnicas emitidas. É, como se fosse, um nivelamento entre autores da informação e o leitor.

Nas páginas seguintes, o esforço é para apresentar conteúdos sínteses que possibilitem concluir sobre a caracterização das oportunidades e limitações do município a partir de suas realidades geopolíticas, sociais ou econômicas. O que se espera com tudo isso é uma percepção clara das condições do município e de suas múltiplas traduções na área ambiental, produtiva e de integração regional.

Outras Reflexões sobre as Grandes Vinculações das Terras do Município

O capítulo I deste documento apresenta um quadro geral do estado de vinculação, comprometimento ou apropriação das terras municipais. Intencionalmente, esse capítulo coloca em destaque uma questão pouco exercitada na administração municipal que diz respeito à gestão ou ordenamento territorial em nível macro-estratégico. Os municípios em geral dispõem de grandes extensões territoriais, mas pouca atuação legislativa sobre a destinação de suas terras.

É bem provável que a recentidade de autonomias territoriais que o Estado passou a ter (ainda hoje, grande parte do território amapaense é de propriedade da União Federal) seja uma das causas. Trata-se, entretanto, de questão urgente que pode decidir sobre o futuro dos municípios. No caso do município de Mazagão, vale a pena ainda destacar:

Pela Figura 79, fica demonstrado que 73%, do território municipal fazem parte de áreas institucionais representadas por terra indígena/FUNAI, assentamentos de reforma agrária/INCRA, reserva de desenvolvimento sustentável/SEMA e reserva extrativista/IBAMA. Concretamente, que reflexões podem ser tiradas da presente situação?

- Tratam-se de posses asseguradas por dispositivos legais estando principalmente ligadas a diretrizes e a regulamentações específicas a cada uma das referidas instituições;
- Todavia, o fato dessas áreas se destinarem ao desenvolvimento humano e, no caso dos assentamentos e reservas, ao uso sustentável dos recursos naturais, estabelece um elo de ligação com os interesses municipais que poderia ser melhor aproveitado como, por exemplo:

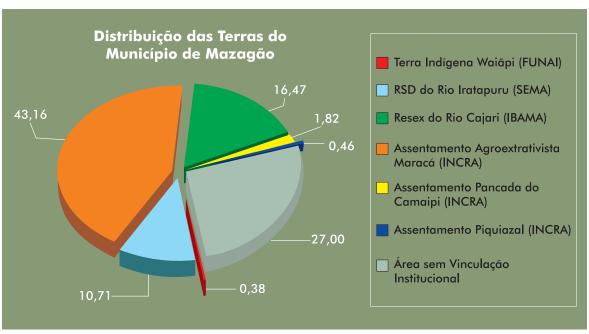


FIGURA 79 - Situação territorial do município de Mazagão ■ Fonte: Pesquisa de campo. COT/IEPA - 2003.

- diferentemente do que a prática vem dando conta, onde município planeja e atua isoladamente e o mesmo acontece com as unidades do IBAMA e INCRA, valeria a pena conciliar esforços para aproximar os agentes envolvidos e com isso dar início a programações integradas ou mesmo compartilhadas;
- Experiências nesse sentido poderiam ter como cenário de fundo os seguintes propósitos:
 - sendo componentes territoriais do município de Mazagão, tanto assentamentos de reforma agrária quando unidades de conservação fazem parte igualmente das obrigações e interesses do município;
 - para o município, dispor de parte de seu território e parte de sua população diretamente amparadas por incentivos federais ou estaduais deveriam ser vistas como vantagens;
 - os direitos de posse e de gestão federal e estadual não devem ser vistos como rompimentos de vínculos geopolíticos com o município;
 - a efetividade de programações tanto federal quanto estadual passa rigorosamente pela capacidade de internalização e envolvimento municipal;
 - assim sendo, têm-se claramente interesses em comuns entre as instituições que devem ser discutidos conjuntamente.

NA VIDA RIBEIRINHA, DENTRE AS CONDIÇÕES GERAIS E PARTICULARES FORAM APONTADAS TRÊS SITUAÇÕES LOCAIS QUE NA VISÃO TÉCNICA MERECEM SER PRIORIZADAS PARA EFEITO DE INVESTIMENTOS

O caso das pequenas serrarias locais

Considerando o explicitado no sistema ribeirinho, referente ao registro de 17 pequenas serrarias na bacia do rio Mazagão, incluindo os contribuintes, igarapés Grande, Mutuacá, Espinhel e Ajudante e de sua implicação, da ordem de 27,4% dos 77,6% correspondentes à participação do extrativismo na renda bruta familiar da população local, tem-se a considerar:

Risco de exaustão dos estoques florestais circundantes

De fato, a exploração madeireira seletiva, pura e simplesmente, pode levar ao risco de exaustão dos estoques florestais, dependendo da intensidade com que a exploração ocorre. Pelo que foi possível observar, a exploração local é individual e de baixa intensidade, mas no conjunto acaba sendo relevante pois é praticada num ambiente florestal de pequena extensão territorial. Indagadas sobre a questão, algumas pessoas locais deixaram transparecer que não existem riscos, pois a várzea regenera muito rapidamente e a abertura da floresta favorece o crescimento de novas espécies.

A singularidade do controle social das pequenas serrarias

Serrarias são comuns ao longo dos rios, mas em condição absolutamente distinta da encontrada no rio Mazagão. Neste local, o envolvimento de grande parte da população com pequenos negócios madeireiros, quase sempre de forma familiar, estabelece uma relação de trabalho diferente que pode, inclusive, ser vista como uma vocação local, para o que, fazse as seguintes recomendações:

- Urgente envolvimento de toda a prática madeireira local em técnicas de manejo florestal sustentável;
- Adoção de tecnologias para o melhor aproveitamento da madeira de modo a contribuir para a redução do comércio de tábua bruta;
- Incluir, como parte dos investimentos, a capacitação de mão-de-obra especializada para processamentos nobres da madeira;
- Organização da atividade madeireira local ligada a oportunidades de capacitação técnico-comercial da população envolvida.

O manejo de açaizais como fator de dinamização da economia ribeirinha

As várzeas ribeirinhas são ambientes naturalmente ricos em açaí (*Euterpe oleracea*) cuja produção (palmito e fruto) consumida e comercializada, como foi demonstrado, influencia fortemente na formação da renda familiar da população envolvida (42,8% dos 75,5% correspondentes à participação do extrativismo na renda bruta familiar anual). Por outro lado, estudos da Embrapa e IEPA, dentre outros, vêm demonstrando a conveniência do manejo técnico de açaizais para elevar a produtividade e, por conseqüência, os rendimentos das populações envolvidas. No caso dos eixos/segmentos furo Mazagão/Igarapé Banha e Rio Vila Nova/Rio Preto que apresentaram os maiores percentuais de comercialização do referido produto, além de possuírem grandes povoamentos naturais da referida espécie, ainda contam com mais duas outras situações favoráveis:

■ Ocupam áreas de fácil acesso fluvial e rodoviário

O acesso direto da região ribeirinha de Mazagão através do canal Norte do rio Amazonas ou indiretamente através da EAP-010 constituem situações estratégicas para o escoamento da produção local de açaí;

■ Ocupam áreas próximas de Santana e Macapá

Comparada a outras localidades produtoras de açaí, a proximidade de Mazagão aos principais centros consumidores do Estado também constitui condição estratégica para o escoamento da produção local.

Todas essas condições constituem fortes indicações da importância que o açaí tem para a vida ribeirinha e das vantagens estratégicas que o município dispõe para maiores investimentos no setor. Para isso, acrescentam-se as seguintes recomendações:

- Que nas programações de incentivos à implantação de açaizais manejados seja dada preferência para aqueles locais que apresentem boas vocações naturais;
 - Pelo que foi apresentado no diagnóstico do sistema ribeirinho, os locais mais favoráveis são aqueles classificados como várzea florestada;
 - As razões envolvidas dizem respeito ao tipo de solo e ao regime hidrológico local;
- Valorização dos atuais pólos de produção do açaí no sentido de aproveitar toda a experiência local acumulada;
 - Nesse sentido, as localidades do igarapé Banha, infra-estrutura, rio Mazagão e baixo rio Preto foram as que apresentaram maior atividade com a extração e comercialização do açaí;
 - Como registro, salienta-se que todas essas localidades dispõem das maiores áreas de várzea florestada;
- Buscar incluir essas recomendações em contextos que possam contribuir para a formação pessoal priorizando o ensino de jovens e adultos;

Pesca e comercialização de camarão na bacia do rio Mazagão

Igualmente ao açaí, também o camarão (*Macrobrachium amazonicum*), constitui um recurso natural amplamente distribuído no sistema ribeirinho de Mazagão como prova o dado da pesquisa (Tabela 04) onde fica demonstrado que 11,8% dos 77,6% derivados da participação do extrativismo na formação da renda bruta da população ribeirinha decorre da comercialização e autoconsumo do camarão.

Na mesma pesquisa fica demonstrado que das localidades investigadas, a bacia do rio Mazagão foi a que apresentou o maior percentual que chegou a 23,4% dos 77,6% correspondentes à participação do extrativismo. Face a isso, têm-se outras considerações:

■ A relação de 23,4% dos 77,6% indica que a bacia do rio Mazagão possui significativos estoques naturais de camarão

Estudos das condições naturais locais, incluindo de biologia e de ecologia do camarão, poderão contribuir para o melhor entendimento da questão além de poderem inferir no aconselhamento de práticas que valorizem o uso sustentável dos referidos estoques locais. Nesse campo de pesquisa poderia ser consultado o IEPA que já vem desenvolvendo trabalhos correlatos;

■ A relação de 23,4% dos 77,6% indica também que a população da referida bacia fluvial convive uma grande experiência com a pesca de camarão

Este é um aspecto da maior relevância e deve fazer parte de qualquer iniciativa que vise a organização e fortalecimento da atividade local. Nos dados da pesquisa constata-se, inclusive, a presença de artefatos que já fazem parte das práticas locais de pesca e de conservação in vivo do camarão.

Face a essas considerações, recomenda-se:

- Que a referida experiência seja tomada como uma indicação para investimentos que possam consolidar a pesca de camarão como fator do desenvolvimento local;
- Que, no conjunto dos investimentos, seja incluída a pesquisa técnica no sentido de acompanhar e orientar os limites da exploração frente à capacidade de suporte dos estoques naturais;
- Que, no conjunto dos investimentos, seja valorizada a adoção de tecnologias que possam aumentar a produtividade sem inferir em sobre-esforços da pesca extrativista;
- Inclusão de todos esses procedimentos em contextos de formação pessoal prorizando o ensino de jovens e adultos;

O DIAGNÓSTICO EVIDENCIOU QUE NA TERRA FIRME, A AGRICULTURA REPRESENTA 56,2% DA RENDA MÉDIA FAMILIAR/ANO DA POPULAÇÃO. NESTE CENÁRIO DE MUITOS FATORES ENVOLVIDOS, VALE A PENA DISCUTIR:

1°. Qualidade geral do solo

Por qualidade geral do solo entenda-se uma interpretação simplificada da fertilidade natural e textura do mesmo, de modo a possibilitar condições satisfatórias para o desenvolvimento das plantas. A propósito disso, faz-se as seguintes considerações:

- A acidez do solo, em geral, é o fator limitante mais importante a ser superado para a obtenção de melhores produções agrícolas, pois controla a regulação de diversos processos como, a intemperização de minerais e formação de argilas, a decomposição da matéria orgânica e, principalmente, a disponibilidade dos elementos químicos, tanto os essenciais quanto os tóxicos, o que indica a necessidade vital da calagem para correção da acidez elevada e elevação dos teores de cálcio e magnésio.
- A saturação por bases indica o percentual do complexo de troca catiônica que é ocupado por bases (potássio, cálcio e magnésio) e tem relação direta com o pH do solo, sendo o critério adotado atualmente para recomendar a necessidade de calagem.
- A saturação por alumínio alta compromete, de modo significativo, o desenvolvimento da agricultura caso não seja realizada a correção do solo de modo a neutralizar o alumínio existente e incorporar bases ao solo. O alumínio tem efeito deletério sobre o crescimento radicular constituindo uma barreira química para o aprofundamento das raízes no solo.
- Baixos teores de potássio e fósforo indicam a necessidade da adubação potássica e fosfatada para que se possa obter sucesso nos cultivos desenvolvidos.
- A matéria orgânica do solo consiste de resíduos de plantas e de animais em diferentes fases de decomposição que trazem diversos benefícios ao solo, como a melhoria das condições físicas, aumento da retenção de água, redução das perdas por erosão, fornecimento de nutrientes às plantas, dentre outros. Devido a esses benefícios, é sempre necessário manter de médio a alto o teor de matéria orgânica no solo, através de adubação orgânica, uso de leguminosas, plantio direto e outras práticas que tenham esse objetivo, propiciando a melhor conservação da água, a contribuição com alguns nutrientes como o nitrogênio e o aumento de cargas negativas ao solo, o que influência diretamente a CTC do solo auxiliando na retenção dos cátions necessários à nutrição das plantas.

Pela análise das 56 amostras de solo da área de estudo ficou demonstrado que predominam a acidez elevada, baixa saturação por bases, alta saturação por alumínio e baixos teores de cálcio e magnésio. Ficaram demonstrados também, baixos teores de fósforo e potássio e a necessidade de elevação da matéria orgânica dos solos. Do ponto de vista agronômico, o bom desenvolvimento da agricultura depende da superação dessas condições através de:

- Calagem do solo para correção da acidez e suprimento de cálcio e magnésio;
- Adubação potássica e fosfatada e;
- Elevação de matéria orgânica com a utilização de adubação verde ou com o uso de adubos orgânicos.

Esta é a conclusão mais imediata caso se queira pensar em aumento da produtividade agrícola local. Certamente é uma solução distante para as atuais possibilidades da maioria dos agricultores locais. Todavia, não investir nesse caminho significa manter os atuais níveis de produção de subsistência com a agravante de piorar no futuro, dado ao enfraquecimento gradativo que a agricultura itinerante vem impondo ao solo local.

2°. Aptidões localizadas

Terra Preta de Índio (TPI)

Terra Preta de Índio (TPI) é denominação dada a locais que apresentam solos antropogênicos, com horizonte A (superficial) espesso, rico em matéria orgânica, em bases trocáveis e fósforo, além da presença de fragmentos cerâmicos distribuídos aleatoriamente que evidenciam origens culturais pretéritas em condições ainda pouco conhecidas. Em toda a Amazônia é freqüente a ocorrência dessas TPIs, na forma de manchas isoladas o que demonstra a forte ligação da região com grupos indígenas. Como já foi dito, as técnicas utilizadas pelos silvícolas na formação desses solos ainda não foram totalmente elucidadas até o momento, embora existam estudos conduzidos nessa direção. Todavia, pela riqueza em nutrientes, é provável que o material orgânico incorporado continha restos tanto de vegetais quanto de animais e a presença de cacos de cerâmica, aleatoriamente distribuídos no horizonte antrópico, é a evidência diagnóstica mais imediata da presença desses solos.

Sobre a destinação das TPIs, algumas correntes técnicas sugerem que sejam consideradas sítios arqueológicos e, por conseguinte, protegidas e preservadas para pesquisas. Por outro lado, estudos avaliativos já vêm sendo conduzidos na Amazônia para quantificar a extensão dessas áreas bem como o seu potencial econômico em termos produtivos. À semelhança de qualquer outro solo, o uso continuado dessas TPIs, sem a adoção de técnicas eficientes de conservação, leva-as fatalmente à exaustão dos seus constituintes minerais e à perda de suas propriedades físicas voltadas à aptidão agrícola. Isto aconteceu com a TPI localizada próxima à Jarilândia que suportou experimentos com dendê por muitos anos e já se encontra bastante descaracterizada.

Na área de estudo, mais especificamente, ao longo da EAP-020 (ramal Camaipi), foram identificadas e avaliadas duas ocorrências de TPI. Uma delas (propriedade do senhor Oliveira Antônio de Souza "Ceará", km 15), tem sido utilizada intensivamente na produção de culturas temporárias e, mesmo situando-se em relevo plano, já dá sinais visíveis de

desgaste verificado pela redução da espessura do horizonte orgânico. A outra mancha de TPI (propriedade do senhor Sidraque Aranha da Silva, km 2), ainda mantém as características agronômicas favoráveis da sua condição original.

Para essas condições, caso não exista impedimento legal de uso produtivo, uma das recomendações é no sentido de utilizá-las para o cultivo de hortaliças que não exige muito espaço para se alcançar produções significativas. Além do mais, esses solos são muito macios mesmo quando secos, o que é uma vantagem adicional a ser considerada no trato de culturas olerícolas.

Faixa de transição

Em capítulo precedente deste documento foi chamada a atenção para a faixa de transição da terra firme para os campos inundáveis ou áreas alagadiças. A mensuração do comprimento do perímetro das mesmas chegou a um expressivo valor, superior a 2.100 km. Considerando uma faixa de uso de apenas 33m de largura tem-se lá uma oferta de área acima de 20.000 tarefas potencialmente favoráveis a práticas agrícolas.

Em termos práticos, quais seriam as aptidões dessas terras de modo a compor um cenário de recomendações produtivas para o município?

Em primeiro lugar, a localização da referida faixa, na transição terra firme/alagado, possibilita maior proximidade ao lençol freático e, com isso, maior disponibilidade de água durante todo o ano. Este fato aliado à condição de que os solos dos alagados (várzea) são dotados de melhores níveis de nutrientes do que os de terra firme, acaba criando uma condição diferenciada e promissora para estimular o aproveitamento produtivo das referidas áreas. Por segundo, faz-se notar que os níveis de declividades, também sugerem uma relação de transporte de nutrientes do interior da floresta para borda através da própria erosão natural; neste caso, a borda terra firme/alagado acaba configurando um local que acumula material continuamente. Todas essas condições, de um certo modo, já vêm sendo aproveitadas por alguns produtores locais, mas de maneira empírica e isolada de qualquer ação programática. Neste caso, a contribuição do estudo é de destacar as condições particulares das referidas áreas para que possam ser tomadas como indícios naturais promissores a projetos ou a modelos de aproveitamento agrícola mais vantajosos ao desenvolvimento municipal. Para isso, é necessário acercá-las de providências, dentre as quais, estudos demonstrativos para comprovar viabilidade agronômica, comportamento sazonal do lençol freático, definição do calendário agrícola anual e, principalmente, indicação precisa do que plantar e como plantar.

3°. Limites climáticos

Importante, também, para a agricultura é analisar, com mais profundidade, a distribuição e o comportamento das precipitações verificadas ao longo do tempo, tanto na escala anual quanto mensal, de maneira a auxiliar na reorientação ou mesmo na definição mais precisa do calendário agrícola e de outros empreendimentos ligados ao setor produtivo rural.

Para efeito comparativo, chama atenção para o início do calendário agrícola das culturas anuais, nas regiões sul e sudeste do país, que coincide com as primeiras precipitações da estação chuvosa que ocorrem principalmente no mês de outubro, podendo antecipar ou atrasar um pouco. As fases de plantio, crescimento vegetativo, floração e frutificação, que se

estendem pelos meses de novembro até fevereiro, se sucedem num regime pluviométrico caracterizado por um bom suprimento de água no solo. em seguida, há uma acentuada diminuição das precipitações que propicia um período favorável à maturação e à colheita.

Ao comparar o regime pluviométrico das citadas regiões com o observado nessa área de trabalho de Mazagão, constatam-se algumas discrepâncias, principalmente em relação ao início da estação chuvosa (dezembro) com duração maior do que seis meses, chegando até junho. Considerando que muitas culturas como arroz, feijão e milho, apresentam ciclos curtos que se completam dentro deste intervalo de tempo, os períodos referentes às fases de maturação e colheita serão ainda coincidentes com a estação chuvosa que é uma condição indesejável para se alcançar maiores rendimentos agrícolas e produtos de boa qualidade.

Com relação à temperatura, as oscilações mensais são desprezíveis ao longo de todo o ano. Isto significa que as estações não são influenciadas pelos gradientes térmicos, se quente em um período e frio em outro que, sob a ótica do regime térmico dominante nesta área, não existe uma época adequada para o plantio, ou seja, a semeadura passa a ser permitida durante o ano todo. Neste caso, deve-se atentar principalmente para o cultivo de espécies vegetais de boa adaptabilidade a essas condições de temperatura.

Caminhos alternativos, de busca de soluções adequadas para o problema do calendário agrícola, são vários, mas um deles, de caráter consistente, seria o fomento à pesquisa e à experimentação com ênfase na avaliação dos efeitos de parâmetros meteorológicos sobre rendimento agrícola, principalmente estudos de correlação com dados pluviométricos. Ensaios com irrigação no período de verão se apresentam também como uma linha importante de pesquisa agrícola para essa área de trabalho, dada a condição extrema de seca observada ao longo desta estação. Sugere-se implementar trabalhos nessa linha através da atuação integrada da Embrapa e do Rurap, que estaria ligado aos propósitos da pesquisa, experimentação e extensão agrícola.

Por outro lado, conhecer e compreender bem o regime climático é também importante na implementação de vários outros empreendimentos, incluindo programas de ecoturismo, manejo de animais domésticos e silvestres, piscicultura, etc.

Nestes documentos do zoneamento, referentes aos estudos climáticos, apenas os dados de precipitação e temperatura têm sido considerados pela sua relevância mesmo em sistemas de manejo primitivo da terra. Todavia, ao se optar pela adoção de programas mais avançados de uso eficiente do espaço, deve-se contemplar também linhas de pesquisa que consideram outras variáveis do clima como comprimento do dia, insolação, umidade relativa do ar, velocidade e direção dos ventos, evapotranspiração, dentre outros.

TRADIÇÕES E COSTUMES POPULARES FAZEM PARTE DA VIDA RURAL SOB AS MAIS DIVERSAS FORMAS. NO CASO DAS MANIFESTAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DE MAZAGÃO VELHO, CONSTITUEM UM REFERENCIAL À PARTE, POIS CONSERVAM EM SUAS PRÁTICAS, CAPÍTULOS SIGNIFICATIVOS E DETERMINANTES DA PRÓPRIA HISTÓRIA DO ESTADO DO AMAPÁ. FRENTE A ISSO, O QUE FALTA PARA TRANSFORMÁ-LAS EM AGENTE EFETIVO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL?

Roteiro turístico histórico - cultural: Uma vocação local

Pelo que foi visto resumidamente, o argumento do presente título faz justiça à valorização das manifestações socioculturais de Mazagão Velho, como instrumento de desenvolvimento local. Na verdade, apesar de toda a importância do quadro devocionário e ritualístico, além da riqueza histórica das festividades religiosas e comunitárias, em que se manifestam grandes esforços de continuidade de eventos como: Festa de São Tiago, Nossa Senhora da Piedade, Divino Espírito Santo, além de outros, não se percebe, em Mazagão Velho, maiores investimentos em infra-estrutura e serviços públicos locais, no aparelhamento de recepção a visitantes, capazes de favorecer a economia local. Do mesmo modo, não se observa o merecido destaque à valorização da identidade cultural nem à religiosidade local, exceto o que é mantido e cultivado pela própria população. Outras considerações enfatizam:

- Os eventos de importância religiosa e histórico-cultural, além da relevância para a identidade cultural da população local, e mesmo do Estado, favorecem à economia local, pois envolvem desde a comercialização de artesanato à venda de serviços.
- Todavia, o fluxo de visitantes, principalmente no período das comemorações mais significativas, ocasiona transtornos à localidade, destacando a pressão sobre a infra-estrutura de caráter público, considerada insuficiente, bem como aos serviços de hospedagem, restaurante e outros, atualmente com baixa capacidade de atendimento.

Isso indica que os acontecimentos locais se dão muito mais pela força e traços culturais que se mantêm presentes na população do que, propriamente, pelo planejamento de programações integradas entre Estado e município. Permanecer nessa condição significa que a vida local continuará caminhando, cultuando suas raízes e valores étnicos-culturais, mas correndo o risco de perder-se no tempo e, com isso, perder a própria vocação local.

Ante a esse quadro de crédito e expectativa, de um lado e, de outro, de situações pouco satisfatórias, recomenda-se:

- Definição de um plano de desenvolvimento local baseado na viabilização turística de toda a riqueza histórico-cultural que envolve a vida na localidade, onde seja enfatizado:
 - Inclusão de representação comunitária, prefeitura municipal, entidade representativa da política estadual de cultura e do turismo, SEBRAE, agências de turismo polarizadas no Estado;

- Inclusão de assessoramento técnico permanente que ofereça segurança aos valores culturais e costumes da população;
- Inclusão de assessoramento técnico que valorize e estimule a participação da população jovem nas diversas fases da programação dos eventos;
- Inclusão de assessoramento técnico que contribua para a definição de roteiros turísticos satisfatórios, com reais possibilidades de serem acordados pelos principais agentes envolvidos;
- Inclusão de detalhamento de responsabilidades e compromissos, principalmente os referentes à dotação de infra-estrutura e serviços básicos.

ASSENTAMENTO PIQUIAZAL E SEUS DESAFIOS

Certamente, grande parte dos problemas que o assentamento Piquiazal convive decorre das deficiências e dificuldades de atuação integrada dos poderes institucionais no caso, representados pelo Estado, Município e entidade federal responsável (INCRA). Em conta disso, parte de realidade do referido assentamento, refletida por carências sociais, de infra-estrutura, organização e produtiva não é muito diferente do que ocorre em alguns outros assentamentos humanos do Estado. Todavia, a condição que mais preocupa é da prática acentuada de produção de carvão como ficou demonstrada pelo diagnóstico. Frente a isso, faz-se outras considerações:

- Para qualquer outro entendimento sobre a vida do assentamento tenha-se em conta que a atividade de produção de carvão do assentamento é conseqüência de insucessos e de dificuldades locais com a lavoura básica;
- A forte pedregosidade local, certamente constitui um dos fatores limitantes para a lavoura fazendo com que algumas áreas sejam praticamente inaptas para a prática agrícola convencional;
- Neste caso, considerando a existência de significativa extensão de áreas já alteradas (capoeiras) e a experiência de 18 anos de atuação do assentamento é aconselhável:
 - Em primeiro lugar, priorizar a mecanização e a adubação da terra para buscar melhores resultados produtivos e restringir o desflorestamento de novas áreas:
 - Fazer com que essas metas estejam atreladas a outras programações destinadas a capacitação técnica do assentado;
- No caso particular do carvão, por que não aproveitar a experiência acumulada como cenário de fundo para dar início a um trabalho mais sistemático, como por exemplo: "o reflorestamento das áreas alteradas com espécies de rápido crescimento";
- Para tanto, faz-se necessário que a idéia esteja amparada por proposta técnica, devidamente acordada pela população e devidamente amparada pelos dispositivos legais que necessitem ser cumpridos;
- No passo seguinte devem ser vistas todas aquelas situações que garantam viabilidade comercial para o produto local e as necessárias providências para a redução dos riscos à saúde da população envolvida;
- O carvão produzido nessas circunstâncias teria a vantagem de não acrescer a pressão sobre os recursos florestais remanescentes além de continuar como fonte complementar de renda em condições mais apropriadas para a qualidade de vida local;
- Finalmente, deve ser dito que tudo isso só será possível se for através de programação organizada, a começar pela própria organização comunitária local que necessita ser fortalecida através de treinamentos e capacitações de modo a ampliar seus horizontes associativos e também suas oportunidades produtivas.

OUTROS COMENTÁRIOS SOBRE QUESTÕES ISOLADAS

Seringal abandonado

A presença de um seringal abandonado de aproximadamente 226,5ha no ramal Bacuri, que sai da EAP-020 em direção ao rio Preto, não pode deixar de ser lamentado. Em primeiro lugar por que reflete um descaso passado, mas que continua até o presente em torno dos reais propósitos que levaram a converter a floresta nativa em monocultura e posteriormente deixá-la ao acaso. Por segundo, frente aos recentes interesses em retomar a exploração de látex no Estado, principalmente na região sul, não seria o caso da inclusão do referido seringal como área potencial?

Dendezal e pastagem abandonadas

A presença de dendezal e pastagem abandonadas com área aproximada de188ha na EAP-020, proximidade ao ramal Recreio, também não pode deixar de ser lamentado, pois reflete, igualmente, um descaso passado, mas que continua até o presente em torno dos reais propósitos que levaram a conversão da floresta nativa e posteriormente deixá-la ao acaso.

Outras pastagens com baixa agregação de valor

Outras grandes áreas de pastagens formadas na EAP-020 e BR-156, em alguns casos, com baixa e, em outros, sem nenhuma atuação criatória acabam passando a idéia de desperdício da floresta e, portanto, da biodiversidade sem o devido retorno social.

Impresso em papel offset 90g, fontes utilizadas Times New Roman e Futura Md BT. Capa impressa em papel cartão supremo 250g com verniz UV.